

**COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA HUMANA, DA  
CIDADANIA, DA PARTICIPAÇÃO E DAS QUESTÕES SOCIAIS -  
CDDPHCPQS**

**13.03.2024**

\* \* \*

- Abre a reunião o Sr. Eduardo Suplicy.

\* \* \*

**O SR. PRESIDENTE - EDUARDO SUPLICY - PT** - Peço para que iniciem da transmissão da reunião. Presentes, deputada Ana Carolina (Vozes Sobrepostas.). Havendo número regimental, declaro aberta a 1ª Reunião Ordinária da Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, da Cidadania, da Participação e das Questões Sociais da 2ª Sessão Legislativa da 20ª Legislatura.

Registro, com muito prazer, a presença dos deputados Major Mecca, Beth Sahão, Eduardo Suplicy, que vos fala, Altair Moraes, Simão Pedro, Rômulo Fernandes, Ediane Maria. Deputado Reis, deputado Guilherme Cortez, deputado Jorge do Carmo, deputada Ana Carolina Serra. Então temos número regimental e quero agradecer muitíssimo ao ouvidor Cláudio Aparecido da Silva por ter atendido o nosso convite para vir apresentar a esta Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana a prestação de contas do formidável trabalho que a Ouvidoria da Polícia do Estado de São Paulo vem realizando conforme previsto na Lei Complementar nº 826, de 20 de junho de 1997.

Cabe chamar a atenção para o importante papel que a Ouvidoria da Polícia tem no controle social da atividade policial. A polícia obviamente tem o papel fundamental de certificar-se de que todos os cidadãos cumpram as leis e de que estejam em segurança. Principalmente por ser uma instituição autorizada a fazer uso da força, a polícia não pode estar acima das leis nem pode se furtar a ser submetida aos controles internos e externos a que devem estar sujeitas todas as instituições democráticas.

Exatamente para que não sejam ultrapassados os limites legais, é imprescindível que a população tenha formas de denunciar quaisquer abusos ou fazer elogios e sugestões visando à melhoria da atividade policial. A Ouvidoria do Estado de São Paulo foi a primeira ouvidoria criada no Brasil com estrutura independente das polícias,

representando um importante marco ao controle externo da atividade policial, estimulando o controle social na defesa da cidadania e da observância dos princípios da legalidade e da dignidade humana.

Eu quero expressar aqui, também, um momento de atenção a todos que exercem a atividade policial, que é uma atividade de alto risco. Muitas vezes necessitam até colocar a sua vida em risco para enfrentar pessoas que sejam infratoras da lei e, então, nós também expressamos a nossa solidariedade aos policiais militares, policiais civis e membros da Guarda Civil Metropolitana, todos que trabalham na área da Segurança, muitos dos quais perderam as suas vidas. E nossa solidariedade aos familiares destas pessoas que muito procuraram honrar o seu trabalho, a sua farda.

Conciliar a eficácia da ação policial com o respeito dos direitos individuais e coletivos é um desafio democrático, imperativo e permanente. Fortalecer a Ouvidoria da Polícia e garantir que o seu trabalho possa ser bem executado é um dever desta Casa Legislativa. Assim, vamos hoje ouvir a palavra do ouvidor Cláudio da Silva para que ele possa fazer a sua apresentação e logo em seguida passaremos a palavra às nobres deputadas e aos nobres deputados para que façam suas considerações.

Queremos registrar também a presença dos deputados Conte Lopes, Emídio de Souza e da presidente da Comissão de Direitos Humanos da OAB, Priscila Beltrame. Eu gostaria de assinalar que estão presentes também membros que são... Tem um membro especial desta comissão, o deputado Major Mecca, que por sua vez é também presidente da Comissão de Segurança Pública e Assuntos Penitenciários, e eu inclusive o convidei para estar aqui ao meu lado, mas ele disse que hoje prefere estar sentado ali, juntamente com os demais membros da base do governo. São muito bem-vindos aqui.

Eu passo então a palavra ao ouvidor, Sr. Cláudio Aparecido da Silva. Tem a palavra, por favor.

**O SR. CLÁUDIO APARECIDO DA SILVA** - Boa tarde, Sr. Presidente Eduardo Suplicy. Na pessoa do senhor, eu cumprimento essa Casa de Leis, Casa na qual eu tenho a honra de ter trabalhado por 13 anos e pela qual eu guardo profundo respeito em razão da relevância que essa Casa tem na garantia, no estado de São Paulo, do funcionamento do Estado Democrático de Direito. Cumprimento também aqui todos e todas as Sras. e Srs. Deputados.

Também manifestando pelos senhores e pelas senhoras o meu profundo respeito. Meu respeito pela legitimidade ganhada nas urnas que V. Exas. têm, e dizer que, para

mim, é uma satisfação estar aqui nessa tarde para que a gente possa fazer, aqui, de forma muito profícua, um grande debate sobre as atividades da ouvidoria do ano de 2023. Aproveito para cumprimentar também todas as pessoas que estão aqui nos acompanhando, toda a imprensa, todos os funcionários desta Casa Legislativa, senhores e senhoras policiais militares, policiais civis.

Vejo aqui também muitas pessoas dos movimentos sociais, os quais eu guardo também um grande respeito e carinho, e também cumprimento-os. E eu queria iniciar...

**O SR. PRESIDENTE - EDUARDO SUPPLY - PT** - Permita (Inaudível.). Quería convidar à Sra. Priscila Beltrame para tomar assento aqui junto aos parlamentares, faça o favor, como presidente da Comissão de Direitos Humanos da OAB. A senhora, aliás, pode subir e se sentar aqui. Pode prosseguir, por favor.

**O SR. CLÁUDIO APARECIDO DA SILVA** - Obrigado. Quero começar a minha intervenção aqui, Sras. e Srs. Deputados, informando que eu trouxe comigo um caderno com o balanço das atividades da ouvidoria de 2023. Por que é um balanço? É um balanço porque a gente está na fase final de elaboração do nosso relatório anual, até o final do mês de março ele deverá ser disponibilizado para todos e todas as Sras. e Srs. Deputados, mas eu trouxe aqui duas vias desse balanço e gostaria de apresentar aqui, passar às mãos aqui do deputado Eduardo Suply, presidente da Comissão de Direitos Humanos, e passar também às mãos do deputado Major Mecca, presidente da Comissão de Segurança Pública.

Informo aos senhores e às senhoras que como, por ser um balanço, não ser o relatório finalizado, eu devo disponibilizar ele para todos os membros dessa Casa, não só as comissões, como manda a nossa legislação, até o final do mês de março. Aí o relatório finalizado com todas as ações e tudo que aconteceu na ouvidoria no ano de 2023. Então já deixo aqui uma prévia do que pode ser esse relatório em poder dos deputados presidentes das comissões, e até o fim do mês eu devo entregar aqui, não só para as comissões, como também para todos os 94 Sras. e Srs. Deputados.

Antes de iniciar a nossa apresentação aqui, eu quero falar um pouco sobre a nossa chegada à Ouvidoria da Polícia. Ela foi uma chegada um tanto quanto tumultuada, uma vez que o processo de escolha da lista tríplice envolveu um processo de disputa bastante difícil e teve, necessariamente, que haver a mobilização do movimento social. Movimento

social esse que eu também faço parte, que a minha história de construção até eu chegar na ouvidoria da polícia é uma história de construção coletiva.

Eu nunca fui um gênio, não sou um gênio, não sou uma pessoa que dispõe de genialidades, eu sou uma pessoa que foi construída coletivamente a partir dessa trajetória de movimentos sociais, como o movimento negro, o movimento hip-hop, o movimento de direitos humanos e toda a nossa construção de vida. Então esse processo foi um processo um tanto quanto tumultuado. Houve questionamentos ao processo, questionamentos à forma como o processo se deu.

Havia já um sentimento de questionamento à gestão anterior da ouvidoria por parte do movimento social, e isso levou o processo a ser um processo um pouco mais tenso e difícil. Mas nós chegamos até a Ouvidoria da Polícia, fomos escolhidos no dia 24 de dezembro de 2022 com um compromisso firme e muito consolidado de construir uma gestão muito próxima dos movimentos sociais, deputado Altair. Vez que a gente considera que essa Ouvidoria da Polícia é uma conquista dos movimentos sociais. É importante a gente lembrar dessa história, lembrar dessa construção.

Então eu quero reafirmar aqui que essa gestão da Ouvidoria da Polícia tem um forte compromisso com os movimentos sociais, com os movimentos sociais de direitos humanos, com os movimentos sociais que defendem, também, as corporações policiais do nosso estado. Porque nós somos daqueles e daquelas que defendem direitos humanos efetivos e plurais. Então, quando a gente fala em direitos humanos, a gente está falando também dos seres humanos que atuam nas nossas corporações policiais, uma vez que, no decorrer aqui da nossa discussão, vão surgir temas relacionados a isso e V. Exas. poderão apreciar o quão difícil tem sido a vida de policiais civis, militares, aqui no estado de São Paulo.

Nós encontramos uma ouvidoria que, até hoje - há quase trinta anos que existe a ouvidoria, ela foi criada em 1995 - é uma ouvidoria que não tem um sistema eletrônico, estou falando de tecnologia, um sistema tecnológico, deputada Beth Sahão, para tramitar a sua documentação. Até hoje nenhuma gestão da Secretaria de Segurança Pública conseguiu viabilizar um sistema de tramitação de documentação da ouvidoria. Um sistema seguro em que as documentações possam tramitar e que possam garantir uma questão latente da legislação que criou a ouvidoria, que é o sigilo das informações de quem exige sigilo para elas.

Então a ouvidoria hoje, não sei se V. Exas. sabem onde está localizada a ouvidoria. A ouvidoria está localizada na Rua Japurá, número 42, aqui na Bela Vista. Alguns

deputados já estiveram lá, a deputada Leci Brandão sei que esteve lá na gestão anterior, deputado Reis nos visitou já duas vezes, deputado Emídio de Souza também esteve lá, deputado Jorge. Mas eu convidaria os nobres deputados - deputada Beth conhece - eu convidaria os nobres deputados para passarem um dia na ouvidoria para conhecer também a nossa dinâmica de trabalho, os setores da ouvidoria. Fica aqui aberto o convite.

A ouvidoria está num prédio muito antigo que não dispõe de wi-fi. Nós não dispomos de internet wi-fi, por quê? Porque esse prédio é muito antigo e a rede de cabeamento não comporta mais um cabo para passar o sistema wi-fi para a facilitação dos trabalhos que são decorrentes da nossa função na ouvidoria.

E, diante disso, a gente tem uma série de desafios. O nosso elevador não é um elevador acessível, o nosso prédio é um prédio extremamente insalubre, tem muitas dificuldades que vivenciamos hoje no dia a dia das nossas atuações, mas ainda assim a gente continua dando conta de responder às demandas que chegam tanto da sociedade civil quanto das corporações policiais no sentido de que a ouvidoria continue funcionando efetivamente.

Então hoje nós temos um projeto executivo para reforma do prédio da ouvidoria, né? Eu, inclusive, solicitaria aos nobres deputados que dessem uma atenção especial a isso no sentido de que a gente possa ter um espaço que seja acessível, porque o prédio hoje não é acessível. O prédio não é detentor de AVCB. E que consiga dar conta dos desafios que estão colocados para a ouvidoria enquanto órgão pertencente ao gabinete do secretário de Segurança Pública e ao Sistema de Segurança Pública aqui do nosso estado.

Eu vou avançar aqui sobre o quê que a ouvidoria pode fazer. Quais são os limites de atuação dessa ouvidoria? E aí eu preparei uma apresentação, acho que ela só está aparecendo em duas telas, mas pode passar, por favor. Então, a gente é regido por uma lei complementar, 826, de 1997. Porque em 1995 foi criada por decreto e em 1997 foi promulgada a Lei Complementar nº 826, que já passou inclusive por aprimoramentos.

A Ouvidoria da Polícia tem as seguintes atribuições: receber denúncias, reclamações e representações sobre atos considerados arbitrários, desonestos, indecorosos ou que violem os direitos individuais ou coletivos praticados por servidores das polícias civil, militar, e incluindo aí a polícia científica que está no corpo da Polícia Civil, embora tenha uma superintendência própria.

A gente também recebe sugestões sobre o funcionamento dos serviços policiais, ou sobre a segurança pública do nosso estado. Sugestões de servidores civis e militares da própria Secretaria de Segurança Pública, sobre o funcionamento desses serviços.

Reclamações, denúncias, uma série de questões que esses servidores queiram apresentar para a ouvidoria.

A gente, lógico, tem que ter o cuidado de verificar a pertinência de todos os casos que chegam lá, né? E, a partir de verificada a pertinência, a gente acionar os órgãos administrativos para a instauração de sindicâncias, apurações preliminares, inquéritos policiais e etc., especialmente quando houver indício de crime.

A gente também tem, dentre as nossas tarefas, a tarefa de sugestionar ao secretário de Segurança Pública e ao governador a adoção de providências que entender pertinentes e necessárias para o aperfeiçoamento da política de segurança pública. A população, as polícias civil e militar também têm o direito de colaborar conosco nessas construções e sugestionamento.

Nós também temos como tarefa a realização de pesquisas, seminários e cursos. Destaco aqui duas pesquisas que foram produzidas pelo antigo ouvidor, Benedito Domingos Mariano, uma pesquisa sobre suicídio policial e adoecimento mental no corpo das nossas forças de segurança pública e outra pesquisa sobre letalidade e vitimização policial. Uma pesquisa de 2017 e outra de 2019, que a gente tem a pretensão também de discutir esse tipo de construção para gerar reflexões sobre as nossas políticas de segurança pública.

Nós também temos a incumbência de organizar o nosso arquivo. Não sei se V. Exas. sabem, mas a ouvidoria é detentora hoje de um arquivo que ocupa um andar do nosso prédio, é muito papel, esse arquivo precisa ser digitalizado, precisa ser otimizado. É muito relevante que a gente possa pensar nessa perspectiva também, porque isso desocupa, isso gera menos risco e também gera um ambiente menos insalubre para os servidores, porque papel traz uma série de outros efeitos que podem ser nocivos à convivência do ser humano com aquele ambiente.

Elaborar e publicar o nosso relatório, anualmente, que a gente tem a tarefa, segundo determina a legislação de entregar aos presidentes da Comissão de Direitos Humanos, da Comissão de Segurança Pública, ao governador e ao secretário de Segurança Pública o nosso relatório do ano de 2023. Deve ficar pronto, como eu já disse, no final desse mês e a gente deve encaminhar, não só aos Srs. Presidentes da Comissão de Segurança Pública e da Comissão de Direitos Humanos, como a todos e todas os 94 parlamentares daqui dessa Casa.

E, sempre que solicitada, a ouvidoria manterá sigilo sobre tudo que chega lá. Isso também é uma premissa fundamental do trabalho, uma vez que boa parte das pessoas que

procuram - especialmente os próprios policiais, em razão do regime que vivenciam no seio das corporações, e aí eu quero destacar especialmente a corporação Polícia Militar, que tem um sistema muito hierarquizado, que serve para o controle da tropa, mas também de certa forma em alguns momentos gera algumas distorções - o sigilo. Então a gente garante o sigilo.

Então, se um policial nos procurar denunciando que está sendo tratado de forma arbitrária pelo seu comandante, se ele denunciar que ele está sendo tratado de forma desumana, muitos casos de assédio moral, assédio sexual, a gente também garante o sigilo desses policiais, assim como garantimos o sigilo daquelas e daqueles cidadãos e cidadãs que nos procuram e não têm confiança plena em falar diretamente com os órgãos correcionais das polícias. Então a gente garante o sigilo, e isso está garantido em lei, a gente tem protegido essas pessoas.

**O SR. PRESIDENTE - EDUARDO SUPLICY - PT** - Permita apenas, também, acrescentar que estão presentes a deputada Leci Brandão, a deputada Mônica do Movimento Pretas e deputado Enio Tatto. E agradeço se... Eu observo que lá em cima ainda há assentos e pessoas que gostariam de assistir, então acho que podem ser ocupados aqueles assentos também, por favor.

Aos policiais militares que estão aí tomando conta, foi combinado que haveria possibilidade de pessoas assistirem e estão interessadas em assistir. Por favor, convide-as para ocuparem os assentos. E também deputado Paulo Fiorilo está presente, líder do PT e da Frente Parlamentar (Inaudível.) Federação. Perdão, pode continuar.

**O SR. ENIO TATTO - PT** - Deputado Gil Diniz também presente, Sr. Nobre Deputado Suplicy.

**O SR. PRESIDENTE - EDUARDO SUPLICY - PT** - Deputado Gil Diniz também presente. Seja bem-vindo.

**O SR. GIL DINIZ - PL** - Obrigado, presidente. Desculpa pelo atraso.

**O SR. CLÁUDIO APARECIDO DA SILVA** - Bom, dando...

**O SR. PRESIDENTE - EDUARDO SUPLICY - PT** - Pode continuar (Inaudível.)

**O SR. CLÁUDIO APARECIDO DA SILVA** - Então, dando continuidade, todas essas determinações legais, a ouvidoria tem cumprido ao longo de quase 29 anos com o mesmo número de servidores e servidoras. Quase três décadas. Vamos em frente. Eu quero falar um pouco do que a gente pensou em relação ao nosso trabalho na ouvidoria assim que a gente... É importante dizer, Srs. e Sras. Deputados, que o ouvidor da polícia passa por um processo de escolha.

Esse processo é conduzido pelo Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa Humana, o Condepe, e esse conselho faz uma série de exigências. Dentre as exigências, é a exigência de que, quem for se candidatar à lista tríplice da Ouvidoria da Polícia, tenha uma trajetória em direitos humanos, tenha uma conduta ilibada, apresente certidões de execuções criminais federais e estaduais. Seja apresentado por uma entidade que tem notória atuação nos direitos humanos, inclusive consignada no seu próprio estatuto, e apresente um plano de trabalho.

A partir do nosso plano de trabalho, da nossa carta de princípios que a gente apresentou para o conselho, nós desenvolvemos seis trilhas de atuação para a Ouvidoria da Polícia. Essas seis trilhas dizem respeito a: ações de enfrentamento a mortes em decorrência da intervenção policial; políticas de enfrentamento à criminalização de movimentos sociais e das atividades das nossas polícias; prioridade no combate à violência contra públicos historicamente vulnerabilizados, mulheres, jovens - sobre jovens, já, já a gente vai falar um pouco sobre - população LGBT, entre outras populações historicamente vulnerabilizadas.

Combate ao racismo. Na gestão anterior, o ouvidor Elizeu Soares Lopes constituiu, no âmbito da Ouvidoria da Polícia, um grupo de trabalho para discutir enfrentamento ao racismo na atuação das nossas forças de segurança. Esse grupo foi composto por uma série de especialistas, pessoas muito renomadas como o Dr. José Vicente, reitor da Universidade Zumbi dos Palmares, a professora Dra. Eunice Prudente, atual secretária de Negócios Jurídicos da Capital, mas professora da Universidade de Direito da USP e uma série de outras pessoas fundamentais e importantes.

Participaram, também, desse grupo de trabalho, nosso querido e sempre companheiro, amigo, parceiro, coronel Souza, que é um tenente-coronel que atende hoje a essa Casa e tem uma história de atuação no enfrentamento ao racismo, que ele próprio já sofreu, e tem também um histórico de atuação em direitos humanos, vez que já atuou também na DPCDH da Polícia Militar.

Então o resultado desse grupo de trabalho tem sido objeto de atuação da ouvidoria porque a gente achou que aquele resultado era importante a gente dar consequência a ele, visto que se tratava de renomadas pessoas que tinham atuado para construir aquilo.

Qualificação da atividade profissional das nossas corporações. Então, depois, V. Exas. verão que essas três trilhas - pode passar a próxima - na verdade são transversais, elas dialogam entre si. Porque o debate, por exemplo... Elas atuam em rede, né? Porque o debate de enfrentamento ao racismo no seio da Segurança Pública diz respeito ao aprimoramento da atividade policial.

E V. Exas. também poderão ver que também consta do nosso plano de trabalho o aprimoramento do trabalho da ouvidoria. Eu iniciei dizendo aqui sobre as dificuldades que a gente tem para fazer uma atuação mais qualificada na ouvidoria, né? E a gente também acha que é necessário o aprimoramento da nossa atividade para cada vez mais a gente poder oferecer um serviço de excelência para a população do estado de São Paulo. Pode passar, por favor.

Aí, dentre os desafios que a gente tem, nós temos o desafio de enfrentamento das mortes decorrentes de intervenção policial. Eu acho que é ponto pacífico entre nós que quanto menos a nossa polícia atuar gerando consequências com resultado morte para nós vai ser melhor, porque a gente quer uma polícia cada vez mais aprimorada, cada vez mais aperfeiçoada no debate e no oferecimento de segurança pública para as pessoas.

Ampliação e acompanhamento até o alcance total da tropa do uso das câmeras operacionais portáteis, as câmeras corporais. Esse é um debate que para a gente é importante, porque a gente acredita que as câmeras não só protegem a população, mas também protegem os policiais, inclusive protegem os policiais do ponto de vista jurídico. Dá segurança jurídica para a atuação dos policiais.

A busca, e aí a câmera é uma tecnologia, a gente tem total noção de que a câmera não é a salvadora da pátria em segurança pública, mas ela pode colaborar muito, inclusive, se for implantada em conjunto com outras tecnologias. Busca de parcerias com universidades e instituições especializadas para dar conta daquela nossa premissa, também, de qualificação de dados. A gente, nessa gestão, incluiu na nossa equipe uma pessoa especial específica para poder dar conta dessa questão de inteligência de dados, que é a pesquisadora Fernanda Pereira, que está aqui do meu lado.

E também cursos destinados à comunidade policial, à sociedade civil, objetivando a formação em direitos humanos, mas também o aprimoramento, como a gente já falou lá atrás. E aí tem todo o conteúdo desse grupo de trabalho da gestão anterior, mas tem

uma série de outras questões. Nós também temos como desafio, como eu já disse, a política de enfrentamento à criminalização aos movimentos sociais e também à atividade policial.

**O SR. PRESIDENTE - EDUARDO SUPLICY - PT** - Eu gostaria de registrar a presença da nossa querida deputada federal Juliana Cardoso, e também dar as boas-vindas ao deputado Lucas Bove, que também se encontra entre nós. Pode prosseguir, por favor.

**O SR. CLÁUDIO APARECIDO DA SILVA** - Então, a política de enfrentamento à criminalização aos movimentos sociais porque, no nosso entendimento, movimento social não é caso de polícia e nem caso de criminalização. Movimento social é caso de política pública.

Nós, que atuamos com o debate de políticas públicas, temos a dura tarefa de esvaziar todas as pautas dos movimentos sociais, e esvaziar as pautas dos movimentos sociais significa entregar as reivindicações desses movimentos para a própria sociedade. Então quando não faltar mais vagas em universidades, com certeza não haverá movimento na rua pedindo vaga em universidade - só para citar um exemplo.

GT de saúde mental dos policiais, a gente tem aprendido todos os dias atuando nessa posição que a gente está atuando. E a gente já percebeu que tem um grande desafio para a política de segurança pública, não de São Paulo, de todo o Brasil, que é o desafio da saúde mental desses e dessas profissionais.

Essas pessoas trabalham numa atividade extremamente extenuante, num estado como São Paulo que paga um salário que, infelizmente, não alcança as necessidades básicas dessas pessoas, elas acabam tendo que ir para uma segunda atividade, e essa segunda atividade acaba sendo mais extenuante do que essa primeira atividade. Então essa questão de saúde mental é uma questão central e fundamental.

O diálogo interinstitucional com o Sistema Único de Segurança Pública. Nós também temos um desafio de discutir, abordar, nós nos autoimpusemos o desafio de discutir a abordagem policial. Deputada Leci, a senhora lida muito com esses temas todos os dias. A senhora e a deputada Mônica, principalmente, em razão do público que frequenta os mandatos de vocês, que eu acompanho, e a gente sabe que boa parte das reclamações que chegam são reclamações em relação à qualidade da abordagem policial.

Então a gente acha que aprimorar a abordagem policial, deputado Altair, é um caminho de legitimação da atividade policial. Então a ideia de a gente discutir a

abordagem policial é discutir, efetivamente, o aprimoramento desse serviço, fundamental e importante, dessa tarefa fundamental e importante das nossas polícias. Mas que, como o próprio Major Mecca tem conhecimento, que ele trabalhou na Rota, que o lema da Rota sirva para toda a polícia, né?

A Rota carrega um lema, não sei se as pessoas sabem aqui, que diz respeito ao seguinte termo: numa abordagem ou se faz um amigo, ou se prende um bandido. Então, se ele lema for levado a cabo por toda a tropa, a gente tem certeza absoluta de que vai morrer menos gente e que a polícia será cada vez mais aprovada e abraçada pela população. Então o tema de abordagem é um tema muito fundamental e importante.

Nós também temos os nossos desafios internos, como eu disse, em relação ao aprimoramento da nossa atividade. E nesses ambientes, especialmente como os que a gente está vivendo nesse momento, de operações e chegada de muitas denúncias e muita pressão pela opinião pública, pelos próprios movimentos sociais e também pressão vinda da tropa, a gente percebeu que a nossa equipe estava também, assim como o ouvidor, bastante pressionada. E surgiu na gente uma preocupação em relação à saúde, especialmente a saúde mental também daquelas pessoas.

Foi quando, por iniciativa do nosso chefe de gabinete, o Sr. Mauro Caseri, em parceria também com a Fernanda, a gente fez contato com as terapeutas solidárias e hoje a gente tem recebido as terapeutas a cada 15 dias na ouvidoria e estamos fazendo terapia coletiva com a nossa equipe porque a gente sabe que é importante cuidar dessa dimensão da saúde mental das pessoas. Outra questão fundamental é o Conselho Consultivo da Ouvidoria. A gente, como eu disse aqui, reafirmei, a gente tem uma parceria muito forte com o movimento social e o movimento social para nós é uma base fundamental de atuação.

E nós fizemos a construção da composição desse conselho, ao qual o ouvidor tem a premissa de indicar, dialogando com os movimentos sociais. Metade dos membros dos dez conselheiros que a gente tem direito a ter lá como conselho consultivo foram indicados pelos movimentos sociais. E a outra metade, o ouvidor é quem indica. Como, deputada Leci, os movimentos indicaram pessoas 100% movimento, a gente fez opção de fazer uma indicação de pessoas mais técnicas.

Então nós temos lá, no nosso conselho, indicados para o nosso conselho a Rede Contra o Genocídio, a Amparar, Movimento Mães de Maio, a Rede Rua. Uma série de organizações do movimento social, mas também temos o Fórum Brasileiro de Segurança Pública, temos também a Comissão de Direitos Humanos da OAB e temos também,

inclusive, Major Mecca, um membro da corporação, que é o tenente-coronel Paulo Ribeiro, que é um homem negro que foi soldado, cabo e sargento, prestou a academia e chegou até major na ativa e hoje, na inatividade, ele é tenente-coronel.

Esse conselho, é importante que se diga, o mandato do conselho anterior venceu no dia 16 de março do ano passado, nós enviamos o ofício para a Secretaria de Segurança Pública no dia 14 de março do ano passado e até já reiteramos algumas vezes, e até o momento esse conselho não foi nomeado. E a gente está aí, ainda, aguardando a nomeação desse conselho, que a gente acha que é fundamental também na atuação da ouvidoria.

Outro desafio que está colocado é essa coisa do sistema operacional, que eu já falei aqui na introdução, a reforma do prédio e essa questão da nossa qualificação, a promoção e atualização da nossa equipe interna.

Desses desafios, eu queria falar um pouco mais sobre câmeras corporais. Por que que a gente defende câmeras corporais como uma política fundamental e importante? Porque os dados demonstram isso, e isso fez a gente gerar um convencimento de que as câmeras corporais são fundamentais para garantir a vida das pessoas que são constantemente abordadas - e a gente já disse aqui que a abordagem é uma tarefa, uma função fundamental da polícia -, mas também garantir a vida e a segurança jurídica para a atuação desses policiais.

Muitas vezes a gente recebe denúncias, e o Major Mecca sabe muito bem disso, que os policiais chegaram agressivamente. E a gente sabe que isso pode não ser verdade. Nossa tarefa, na condição de ouvidor, é também avaliar isso, e as câmeras deixam isso muito perenes entre nós, uma vez que se um policial chegar numa abordagem e ser agredido e ter que fazer a resposta, como bem diz ali as regras de atuação da polícia, numa escala de uso da força, que as câmeras servem para poder apresentar essa necessidade de uso adequado da força dependendo da situação que for colocada.

Além disso, as câmeras também são uma fonte de economicidade jurídica, senhores e senhoras, uma vez que elas são uma prova cabal de que o policial praticou ou não praticou aquela ação. É fundamental dizer que policiais, soldados, cabos e sargentos, principalmente praças que respondem a alguma questão, dependendo do que for, eles muitas vezes têm que se desfazer de casas, de carros e de economias que fizeram durante toda a sua vida para poder se defender num inquérito policial militar ou no sistema judiciário militar.

Muitas vezes o policial trabalha na corporação 12 horas, trabalha mais 12 horas no bico, porque o bico existe, o bico legal existe, a Dejem, a operação delegada, mas também

existe o bico ilegal, que todo mundo sabe que existe e a gente faz de conta que não vê. Mas a gente vai na padaria, vê um policial plantado na porta da padaria. A gente vai na porta do shopping, vê o policial lá no mini shopping plantado lá. E a gente sabe que essa atividade é o que garante que esse policial possa garantir uma economia a mais e que possa garantir que ele consiga dar um pouco mais de condição, Adilson, para que a família dele possa comer um pouquinho melhor.

E muitas vezes a gente tem notícias de vários policiais que tiveram que abrir mão de casas, de 50, 30, 40 mil reais para poderem se defender num inquérito policial militar, e a gente acha que a câmara corporal garante essa economia e garante essa legitimidade e segurança jurídica para a atuação desse ou daquela policial.

Para além disso, os números são muito fortes. Reduziu algo em torno de 54% o número de mortes de policiais em serviço a partir do advento das câmeras corporais. Reduziu algo em torno de 76%, 77% o número de mortes decorrentes de intervenção policial a partir do advento das câmeras corporais.

Então as câmeras corporais não são a ferramenta que vai salvar ou vai levar a sociedade a aprovar plenamente a nossa política de segurança pública, mas elas darão uma contribuição fundamental.

**O SR. PRESIDENTE - EDUARDO SUPLICY - PT** - Permita registrar também a presença da deputada Bebel, muito bem-vinda.

**O SR. CLÁUDIO APARECIDO DA SILVA** - Vamos para o próximo?

**O SR. PRESIDENTE - EDUARDO SUPLICY - PT** - Pode prosseguir.

**O SR. CLÁUDIO APARECIDO DA SILVA** - Obrigado. Mais uma vez, reafirmar aqui o nosso compromisso com os movimentos sociais. Os nossos compromissos com os movimentos sociais, deputados e deputadas, se dão em razão de alguns dados que eu vou passar para os senhores aqui. Aliás, para não alongar, vou ficar em uma referência.

Existe um negócio, uma articulação no Jardim Ângela chamada Fórum em Defesa da Vida. Existe há quase 30 anos. O Fórum em Defesa da Vida foi articulado pelo Padre Jaime lá no Jardim Ângela, no bojo do Jardim Ângela, qualificado como o bairro mais

violento do planeta. Hoje o Jardim Ângela sequer frequenta, como frequentava antigamente, as páginas policiais. A partir do quê? Da iniciativa dos movimentos sociais.

Padre Jaime criou ali um conjunto de organizações, um fórum com um conjunto de organizações, inclusive a própria polícia, e a partir da reflexão coletiva, foram construindo, Beth, caminhos que viabilizaram uma melhor condição de vida e de qualidade de vida para os moradores daquele bairro.

Tem organizações que frequentam e que ajudam, colaboram com o Fórum em Defesa da Vida, que hoje atuam em mais de 22 serviços oferecidos à população. Desde casa para acolhimento de mulheres vítimas de violência, até creche para crianças que a mãe teria que deixar com uma vizinha ou com uma pessoa que talvez não estivesse preparada para poder lidar com a educação daquela criança.

Então, a razão da nossa deferência ao movimento social é em razão dessas experiências. O movimento social, como eu disse anteriormente, é fundamental. Fundamental para nos guiar a partir dos caminhos que a gente precisa percorrer. E fundamental também para nos oferecer possibilidades de soluções para os problemas que estão colocados nos territórios. Então com esse exemplo do Fórum em Defesa da Vida, eu fico por aqui em relação aos movimentos sociais. Vamos adiante.

Relações institucionais. Desde o nosso primeiro dia de trabalho, a gente tem feito um movimento de dialogar com todas as áreas das corporações policiais do nosso estado, e avançando inclusive com outros órgãos, como a própria OAB São Paulo, que tem sido uma parceira fundamental, a defensoria pública.

Nós fizemos inúmeras visitas à Polícia Militar, inúmeras visitas à Polícia Civil. Estabelecemos uma relação muito respeitosa e proveitosa com as corregedorias, tanto da Polícia Civil quanto da Polícia Militar. Relação essa que inclusive rendeu elogios dos próprios corregedores ao nosso comportamento, à nossa postura, e isso para a gente tem sido fundamental.

Para além disso, a gente foi suscitado pela equipe do secretário de Segurança Pública em relação a uma possibilidade de colaboração da ouvidoria e do ouvidor para que a secretaria tivesse acesso a um recurso disponibilizado pelo Sistema Único de Segurança Pública para a compra de viaturas aqui no nosso estado.

Nós tivemos em Brasília, procuramos, deputado Enio Tatto, o deputado Gilmar Tatto, seu irmão. Procuramos também o deputado Antonio Carlos Rodrigues, que é o coordenador da bancada estadual de São Paulo, fizemos uma movimentação política também com o ministro Alexandre Padilha e conseguimos, deputada Bebel, liberar um

recurso na casa de cinco milhões de reais para a Secretaria de Segurança Pública em São Paulo fazer a compra de viaturas.

Nós já temos viaturas novas circulando, patrulhando a cidade e o estado, e a gente tem certeza de que a ouvidoria deu uma contribuição para isso. E nós fizemos inúmeros encontros com o Ministério da Educação, disponibilizamos, inclusive, um servidor nosso lá da ouvidoria no bojo do debate sobre a violência nas escolas, naquelas ameaças todas.

A gente contribuiu com aquele grupo de trabalho que produziu aquela solução, deputada Bebel, como uma diretriz para a atuação e garantia de segurança nas escolas. A ouvidoria teve um papel fundamental, participou de um seminário internacional que aconteceu em Brasília, inclusive, e a gente também tem atendido demandas de Consegs, demandas dos próprios parlamentares que nos procuram.

Às vezes tem um tensionamento ali numa ocupação. A deputada Mônica sabe disso, a deputada Ediane Maria sabe disso, a deputada Juliana Cardoso, que está aqui conosco, também sabe disso. Às vezes tem ali, numa reintegração de posse, deputado Conte Lopes, um tensionamento entre as pessoas que fizeram aquela ocupação e os policiais que precisam fazer aquilo. A gente tem dito para os movimentos sociais o seguinte, deputado Conte Lopes, esse é o trabalho que a polícia não gosta de fazer, a gente já percebeu isso.

A polícia não gosta de fazer a reintegração de posse. Faz por obrigação, por dever de obrigação, uma vez que todas as reintegrações de posses precisam responder a uma demanda judicial. E, ao mesmo tempo, a gente também dialoga com os policiais que também aquelas pessoas não estão ali porque querem. Elas estão ali porque elas estão reivindicando uma moradia digna, uma condição melhor para morar, e muitas vezes aquelas pessoas sequer têm condição de pagar um aluguel.

Então a gente também tem dialogado nessas mediações, nesses diálogos. Reconhecemos que a polícia avançou nesse sentido. Avançou em relação a esses diálogos. Inclusive, a ouvidoria participa frequentemente de encontros, especialmente no CPA/M-1, que discute as manifestações que ocorrem na Avenida Paulista e em outras regiões do centro de São Paulo para dialogar, para colocar na mesa a polícia, os outros órgãos, como o CT, Metrô etc., para construir o melhor caminho para as manifestações ocorrerem da melhor forma.

E é por isso que a gente tem percebido que não tem tido mais incidentes que envolvam essas manifestações porque tanto o movimento social evoluiu, quanto a própria polícia também evoluiu, numa demonstração de que é sim possível a gente atuar no

enfrentamento à criminalização à atividade policial e no enfrentamento à criminalização dos movimentos sociais. Vamos em frente.

Aí, lógico que nem só de rosas vive o homem. A gente teve que se deparar com essa situação da operação escudo, que ocorreu entre o final de julho, no dia 27 de julho o soldado Patrick Bastos Reis é alvejado numa comunidade no Guarujá. E a partir do dia 28 é deflagrada uma operação que foi denominada “Escudo”, que ocorreu na cidade do Guarujá.

A nossa atuação nessa operação se deu em razão dos vários questionamentos que a gente começou a receber de familiares e de ativistas e movimentos sociais da Baixada Santista, principalmente, mas também aqui de São Paulo, porque as pessoas são procuradas pelas outras pessoas, e aí começou a chegar uma série de questões para nós.

Chegou policial que estava postando em rede social, deputado Major Mecca, placar das mortes e comemorando. Então, o policial, cada vez que morria uma pessoa, ele colocava “Dez a um, 11 a um, 12 a um, 13 a um” e na rede social lá, o nome do policial. Chegou também denúncias de torturas, de invasões de domicílios, inclusive em horários noturnos, uma série de outras questões que foram chegando. E a gente, no domingo, resolveu procurar a Secretária de Segurança Pública para perguntar o que efetivamente estava acontecendo.

Nós tínhamos uma queixa, por parte dos ativistas e dos movimentos sociais que nos suscitavam na Baixada Santista, de que naqueles três dias, sexta, sábado e domingo, havia morrido algo em torno de dez pessoas.

E quando a gente mobilizou, a própria Comissão de Direitos Humanos da OAB, o próprio Condep e as entidades para poder discutir isso numa reunião no domingo à tarde, que foi logo após a morte do soldado Patrick, a gente tentou, o deputado Eduardo Suplicy fez uma ligação para o secretário de Segurança Pública. Não teve êxito nessa ligação, não foi atendida a ligação, e o deputado falou então com o secretário adjunto, delegado Nico.

E naquela... O deputado colocou... A nossa reunião era online, era uma reunião virtual, e o deputado colocou a chamada ao vivo. Colocou no viva-voz. E a resposta que ele teve para aquela informação que a gente tinha foi de que não tinha tido nenhuma morte até aquele momento. Domingo à tarde, cinco da tarde mais ou menos.

E a gente continuou mantendo a narrativa de que tinham denúncias chegando, de que as pessoas estavam reclamando, inclusive naquele dia, naquele domingo, tinha uma família que estava sepultando uma pessoa que foi morta lá em Itaquaquecetuba.

Mandaram uma série de fotos etc. Reclamaram que essa pessoa foi torturada antes de morrer etc. etc. etc.

Na segunda-feira a secretaria manteve a narrativa de que os números que a ouvidoria tinha não eram os números corretos, e na terça-feira o número da secretaria chegou ao mesmo número que a gente. E aí pacificou esse debate em relação ao número. E a gente também fez missão lá na Baixada Santista. Como eu disse aqui agora há pouco, a pressão é muito forte, os movimentos pressionam, e a gente esteve na Baixada Santista com uma série de organizações, inclusive alguns deputados dessa Casa estiveram presentes.

E logo que a gente desce lá no Sítio Conceiçãozinha, dos nossos veículos, a gente já é abordado por um senhor que reclama, faz uma série de reclamações dizendo que as casas estavam sendo invadidas. Que a informação que tinha era que todo mundo que tinha passagem policial ia morrer e ele tinha um filho que tinha passagem pela Fundação Casa, ele não estava deixando o filho sair de casa porque ele estava com medo do filho dele morrer. E assim sucessivamente.

A partir daí, uma série de outros relatos, a gente foi andando pelo bairro e sendo abordado, chegamos a conversar com uma familiar de vítima e depois fomos numa atividade em Vicente de Carvalho, uma atividade dos movimentos sociais, em que os movimentos sociais soltaram uma nota criticando a atuação da ouvidoria. Para os movimentos sociais de direitos humanos, a atuação da ouvidoria naquele ato ainda estava aquém do que deveria ser, para os senhores terem a dimensão de que a gente recebe muita pressão também dos movimentos dos direitos humanos, mas a gente permaneceu firme e enfrentamos esse debate.

Pode passar por favor. Agora vou trazer um pouquinho de estatística para os senhores e para as senhoras.

**O SR. PRESIDENTE - EDUARDO SUPPLY - PT** - Bem-vindo, Delegado Olim, também, deputado Delegado Olim. Pode continuar.

**O SR. CLÁUDIO APARECIDO DA SILVA** - Como eu disse inicialmente, não são todas as estatísticas do ano de 2023, vez que o relatório está em fase final de elaboração. Esse é o número médio de atendimentos que a ouvidoria... Não de atendimentos, na verdade, a ouvidoria faz o dobro de atendimento. Esse é o número médio de procedimentos que são instaurados na ouvidoria, 6.000/ano.

Aí aqui a gente tem um comparativo de MDIP nos últimos cinco anos. O nosso número, nem todos os casos... Os números são destoantes. Os senhores podem ver ali que tem o número da Secretaria de Segurança Pública e o número da ouvidoria. Os números são destoantes porque nem todos os casos chegam na ouvidoria.

Então em 2019 nós tivemos, registrados pelas SSP, 867 mortes decorrentes de intervenção policial e 859 registrados na ouvidoria. Em 2020, 814 contra 705; 2021, 570 contra 480; 2022, 421 contra 314; e 2023, percebam que há uma tendência de queda, mas em 2023 ela volta a crescer. Ela quebra essa tendência de queda que tinha nos quatro anos anteriores. Pode passar.

As cidades com maior incidência de mortes decorrentes de intervenção policial são essas que estão aí no painel. Vocês podem ver aqui, todos os anos alguma cidade da Baixada Santista figura como as que mais morrem pessoas. Então, os senhores podem ver aí que tem São Vicente, Guarujá e Santos. É importante dizer que essas cidades são as cidades que estão sendo visitadas pelas operações. Então, isso nos dá a impressão de que os problemas nessas cidades não são novos, eles não são recentes, são antigos, né?

É importante dizer para os senhores e para as senhoras também que em relação a reclamações contra policiais, casos de corrupção, casos de agressão, violência policial, também essas cidades figuram entre as principais. Pode passar, por favor. E a polícia que mais está envolvida nessas mortes decorrentes de intervenção policial é a PM, por questões óbvias, né? É a polícia que faz o policiamento ostensivo, tem o maior número de policiais.

O perfil das vítimas - aí eu estou falando da operação “Escudo” -, 100% são homens e 57% são... Não estou falando da “Escudo” aí? Não, essa é geral. Desculpa, desculpa senhoras e senhores, esse dado é o dado geral, dado da ouvidoria, tá? Não estou falando da “Escudo”. Esse é um perfil das vítimas, 100% das vítimas de mortes decorrentes de intervenção policial foram homens, 57,84% negros, que é o acumulado de pretos e pardos, e 31,75% são brancos. A faixa etária com mais mortes é entre 18 e 24 anos, então quem tem morrido por decorrência de intervenção policial são jovens que perfaz aí o percentual de 27,78%, em relação ao número total.

E eu trouxe aqui um dado que tem nos chamado a atenção na ouvidoria. É o dado de morte de crianças e adolescentes em decorrência de intervenção policial. Os senhores e as senhoras podem ver que esse dado também era um dado que vinha reduzindo, né? Ao longo dos anos e no ano passado, o nosso dado de... Como eu disse, a gente não é detentor de todos os números em relação a essas ocorrências, mas no nosso dado, as

mortes decorrentes de intervenção policial de crianças e adolescentes no ano passado subiu 41,38%. E o dado da SSP é mais assustador ainda. Vamos passar.

O dado da SSP é que 58% - é 58? Não estou vendo daqui - 58% das mortes de crianças e adolescentes... Minto, desculpa, deixa eu reformular aqui. No dado da ouvidoria cresceu 41% porque, como eu disse, o dado da ouvidoria não alcança todas as mortes decorrentes de intervenção policial. No dado da SSP, cresceu 58% o número de mortes de crianças e adolescentes em decorrência de intervenção policial.

Esse dado é um dado muito assustador, que nos preocupa, porque, como eu disse inicialmente aqui na minha apresentação, essas populações historicamente vulnerabilizadas são motivo de nossa preocupação. E a própria legislação brasileira, a Constituição Federal e a Lei 8.069/90, que é o Estatuto da Criança e do Adolescente, determinam que criança e adolescente são a prioridade absoluta. Além de ser prioridade absoluta, criança e adolescente são responsabilidade da família, da comunidade e do poder público, do Estado. Então é fundamental a gente ter uma preocupação especial com essa questão, vez que crianças e adolescentes precisam ser protegidos por todos nós.

Na operação “Escudo” o perfil das vítimas também são 100% homens, 71,43% - esses dados são dos boletins de ocorrência - são pessoas pardas, 10,71% são pessoas pretas e 14,29% são pessoas brancas, o que determina que 82%, no mínimo, das pessoas que foram vítimas da operação “Escudo”, que morreram em decorrência da operação “Escudo”, são pessoas negras. A faixa etária mais afetada na operação “Escudo” é entre 18 e 24 anos, dialogando com a faixa etária dos números gerais, e 35 e 39 anos. Ambas as faixas etárias contribuem com 17,86% para o número de mortes. Pode passar.

A ouvidoria também recebe elogios, né? E tem uma questão que eu queria informar os senhores e as senhoras aqui. A ouvidoria age “ex officio”. Se a gente receber lá uma notícia, se a gente ver no “UOL” uma notícia de que teve uma morte decorrente de intervenção policial, deputado Carlão, a gente abre um procedimento para acompanhar a apuração daquela morte. E aí eu cheguei na ouvidoria vendo aquilo, eu falei: “Não”.

Se a gente faz isso, deputado Conte Lopes, eu falei: “Se a gente faz isso em relação às mortes decorrentes de intervenção policial, nós também devemos fazer ‘ex officio’ em relação a elogios”. Então eu determinei para o nosso expediente que, todas as vezes que a gente visse qualquer ação bem-feita da polícia, que a gente emitisse elogios partindo da ouvidoria em razão daquela ação bem-feita.

E aí o que que acontece? Em 2020 a gente tem 578 registros de elogios às nossas polícias, 2021, 791 registros, 2022, 926, percebam que ele cresce, mas em 2023 ele reduz

abaixo de 2021. Então tinha uma tendência de crescimento, e mesmo com essa determinação do ouvidor de abrir elogios “ex officio”, reduz, o que eu acho que é importante a gente saber para que a gente possa trabalhar aí na busca pelo aprimoramento da atuação da nossa polícia.

Bom, a gente, na condição de Ouvidoria da Polícia, tem tentado, sempre que... A gente não tem largado, aberto mão de um compromisso fundamental, deputado Lucas Bove, que é o compromisso com a justiça. Eu sou um homem confuso, religiosamente. Eu frequento o candomblé, eu frequento a igreja católica, eu gosto de religião. Eu acho que religião é um amparo fundamental para as nossas almas e para nós enquanto seres humanos.

E no candomblé eu sou de Xangô. Xangô é o orixá da justiça. E a Ouvidoria da Polícia é um órgão de acesso à justiça. Ela precisa ter uma atuação equilibrada. E nessa atuação equilibrada que a Ouvidoria da Polícia pretende fazer, a gente precisa ter total clareza do fundamental, que é a ouvidoria ser porta pra entrada das pessoas que buscam pela garantia da sua cidadania, mas ela também ser ponte de construção de caminhos que levem a nossa sociedade ao caminho da justiça.

Então, essa é a mensagem que eu quero deixar de final aqui e dizer que a gente está à disposição. Não só das senhoras e dos Srs. Deputados e Deputadas, como de toda a população do Estado de São Paulo, mas também, nessa população do Estado de São Paulo, a gente inclui as nossas forças policiais. Todos os policiais que nos procuraram na Ouvidoria da Polícia tiveram a audição do ouvidor e a audição da equipe da ouvidoria. Existe uma determinação na Ouvidoria da Polícia de que ninguém vai deixar de ser ouvido na Ouvidoria da Polícia.

Nós estamos agora, deputado Carlão, dando conta de uma série de policiais que têm nos procurado para reclamar de injustiças que vivenciaram no seio da corporação. Nós temos policiais que foram demitidos por não lavar uma viatura, nós temos policiais que foram demitidos porque não comunicaram seu superior hierárquico que iam se casar. Nós temos policiais que foram demitidos pelos maiores absurdos possíveis que V. Exas. podem imaginar. E esses policiais merecem ter a sua dignidade devolvida.

Diante disso... E aí é importante dizer que diante disso a ouvidoria tem atuado com muita firmeza e com muito afinco, mobilizando inclusive a própria Comissão de Direitos Humanos da OAB, a Dra. Priscila Beltrame sabe, a gente tem diálogo frequente sobre esses casos com a Comissão de Direitos Humanos da OAB, com a Comissão de Direito Militar e com a Comissão de Direito Constitucional. Vez que, muitas vezes, o policial...

No nosso estado existe uma lei chamada “Via Rápida”. Os policiais são demitidos em 90 dias, chegam a ser demitidos em 90 dias. Só que o processo judicial, deputada Monica, demora dois, três anos.

Quando o policial vence o processo judicial, que está determinado pela nossa Constituição - aliás, é importante citar que essa determinação na nossa Constituição, se eu não me engano, é uma determinação que foi feita através de uma emenda do deputado Conte Lopes - que o policial que for absolvido na Justiça pelo mesmo motivo que o colocou na rua no administrativo deveria voltar às fileiras da corporação. Nós temos hoje reclamação prospectado de algo em torno de 15.000 policiais que vivem essa situação, de terem sido absolvidos no sistema judicial e não conseguem voltar às fileiras da corporação. E isso significa dignidade, isso significa cidadania.

Então a gente tem feito um trabalho com essas pessoas, respeitando alguns critérios que a gente acha que são fundamentais respeitar, porque a gente também não quer promover injustiça. Então policiais que praticaram crimes que...

**A SRA. MONICA SEIXAS DO MOVIMENTO PRETAS - PSOL** - Pela ordem, presidente. Pela ordem. Desculpa, Cláudio, te interromper, mas é que esse barulho me parece barulho de manutenção, e caso seja isso, presidente, pedir para a Casa parar, para não atrapalhar a nossa escuta do ouvidor?

**O SR. PRESIDENTE - EDUARDO SUPPLY - PT** - Eu solicito que possa haver a solicitação para que esse barulho não atrapalhe a nossa audiência.

**A SRA. MONICA SEIXAS DO MOVIMENTO PRETAS - PSOL** - Perdão, Claudinho. Desculpa a interrupção.

**O SR. CLÁUDIO APARECIDO DA SILVA** - Então a gente, com esse exemplo de atuação da ouvidoria, eu encerro a minha participação aqui, dizendo que a ouvidoria está comprometida com a justiça e não é qualquer coisa isso. A gente tem um profundo respeito e vamos continuar atuando em defesa de que justiça seja feita, seja em favor da população civil, seja em favor da população policial, porque a gente nunca defendeu que a gente... A gente sabe que o trabalho desenvolvido pela polícia é um trabalho fundamental e importante.

Então a gente nunca defendeu que a polícia não exista. A gente quer que a polícia exista para garantir a nossa segurança e garantir o Estado Democrático de Direito, mas a gente quer uma polícia cada vez mais próxima da população, cada vez mais cidadã. E, além disso, que seja valorizada e respeitada e legitimada pela população que ela atende. Eu encerro por aqui esse primeiro momento (Vozes Sobrepostas.), agradecendo mais uma vez o espaço, obrigado. (Palmas.)

**O SR. PRESIDENTE - EDUARDO SUPLICY - PT** - Muito obrigado. Eu gostaria de informar que estão inscritos para observações, perguntas, diversos deputados, a ordem por enquanto é Beth Sahão, Guilherme Cortez, Delegado Olim, Carlão Pignatari, Gil Diniz, Lucas Bove, Professora Bebel, Monica do Movimento Pretas, Major Mecca, que pede para ser o último, mas está inscrito. (Vozes Sobrepostas.) Podem levantar a mão, eu vou pedir para anotar aqui, por favor.

**A SRA. EDIANE MARIA - PSOL** - Ediane Maria.

**O SR. PRESIDENTE - EDUARDO SUPLICY - PT** - Pode falar o nome, por favor.

**O SR. RÔMULO FERNANDES - PT** - Rômulo Fernandes.

**O SR. DR. JORGE DO CARMO - PT** - Deputado Jorge do Carmo.

**O SR. PRESIDENTE - EDUARDO SUPLICY - PT** - Emídio de Souza.

**A SRA. JULIANA CARDOSO** - Presidente, eu sei que estou em outra Casa, mas se (Vozes Sobrepostas.) oportunidade...

**O SR. PRESIDENTE - EDUARDO SUPLICY - PT** - A deputada federal Juliana Cardoso também se inscreve para dizer uma palavra.

**A SRA. PROFESSORA BEBEL - PT** - Pela ordem, Sr. Presidente. (Vozes Sobrepostas.)

**O SR. PRESIDENTE - EDUARDO SUPLICY - PT** - Pois não.

**A SRA. PROFESSORA BEBEL - PT** - Eu, para não atrasar, não estou passando “rolo” em cima de você não, Beth. É que eu estou indo para outra comissão e pretendo voltar, mas quero já de antemão só parabenizar nesse instante. Só isso, só justificar porque eu vou me ausentar nesse período. Muito obrigada, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE - EDUARDO SUPLICY - PT** - Também está inscrito o deputado Simão Pedro. Conte Lopes, Ediane Maria, Jorge do Carmo, Emídio de Souza, Juliana Cardoso e Rômulo Fernandes.

**O SR. CARLÃO PIGNATARI - PSDB** - Deputado Suplicy.

**O SR. PRESIDENTE - EDUARDO SUPLICY - PT** - Pois não.

**O SR. CARLÃO PIGNATARI - PSDB** - Sempre o Regimento determina que os membros da comissão sejam priorizados e falem, perguntem primeiro, dos que não são da comissão. O senhor me passou à frente do deputado Gil Diniz, ele é da comissão, eu não sou. Então eu tenho que ficar depois dele para poder primeiro os membros da comissão perguntar, depois os outros deputados perguntarem.

**O SR. PRESIDENTE - EDUARDO SUPLICY - PT** - Então vamos dar prioridade primeiro aos membros da comissão.

**O SR. DELEGADO OLIM - PP** - Eu era um dos primeiros, você ferrou a gente aqui. (Vozes sobrepostas).

**O SR. CARLÃO PIGNATARI - PSDB** - Olim, você é suplente do capitão Conte Lopes. Você é suplente.

**O SR. DELEGADO OLIM - PP** - E eu fui o primeiro a falar que (Vozes Sobrepostas.)

**O SR. PRESIDENTE - EDUARDO SUPLICY - PT** - Pois bem, então, primeiramente, em sendo membro da comissão e inscrita em primeiro, está a deputada Beth Sahão. Tem a palavra, faça o favor.

**O SR. GIL DINIZ - PL** - Pela ordem, presidente.

**O SR. PRESIDENTE - EDUARDO SUPLICY - PT** - Pois não.

**O SR. GIL DINIZ - PL** - Bom, presidente, só para esclarecer, tirar uma dúvida com V. Exa. também sobre a questão regimental do tempo dos deputados que são membros da comissão, os deputados que não fazem parte da comissão, a deputada Juliana Cardoso pediu a palavra também.

Só assim, verificar se é regimental o uso da palavra. Por mim, tranquilamente, ela utiliza da palavra, mas é um precedente que a gente precisa respeitar também nas próximas vezes que houver outras reuniões e outros deputados quiserem aqui participar das nossas comissões. Só para a gente deixar acordado aqui entre os deputados que, numa próxima reunião, também isso será mantido entre nós, presidente.

**O SR. PRESIDENTE - EDUARDO SUPLICY - PT** - Está bem. É de bom senso. Então tem a palavra a deputada Beth Sahão. Que tal fazer uma sugestão que cada parlamentar possa falar até três minutos?

**A SRA. BETH SAHÃO - PT** - Não, eu não consigo.

**O SR. PRESIDENTE - EDUARDO SUPLICY - PT** - Está de bom tamanho?

**A SRA. BETH SAHÃO - PT** - Regimentalmente eu tenho direito a dez minutos.

**O SR. PRESIDENTE - EDUARDO SUPLICY - PT** - Dez minutos?

**O SR.** - (Inaudível.)

**A SRA. BETH SAHÃO - PT** - Uai. Eu tenho uma série de colocações, não, não... Eu tenho... Como é que você pode inferir que ele não vai (Vozes Sobrepostas.)

**O SR. PRESIDENTE - EDUARDO SUPLICY - PT** - Então os membros da comissão poderão falar até dez minutos segundo o Regimento. E depois o bom senso vai dizer quantos minutos os demais irão falar. Deputado Carlos Giannazi também está presente. Deputada Beth Sahão pode...

**A SRA. BETH SAHÃO - PT** - Finalmente. Cumprimentar o Sr. Presidente da comissão, deputado Suplicy, deputadas e deputados que acompanham esta sessão. Depois que o Olim parar de falar eu vou continuar.

**O SR. PRESIDENTE - EDUARDO SUPLICY - PT** - Sim.

**A SRA. BETH SAHÃO - PT** - Depois, Olim, depois você fala. Cumprimentar o nosso querido ouvidor Cláudio Silva. Parabenizá-lo pelo trabalho que V. Sa. está fazendo à frente da ouvidoria. Uma ouvidoria que você coloca desde o início da sua exposição com uma estrutura precária, uma ouvidoria do principal estado do País, que não tem wi-fi. Quer dizer, isso é o mínimo que deveria ter.

Não tem wi-fi, funciona num prédio precário, os servidores daquela entidade o fazem muito mais por ideal do que por salário, porque os salários praticamente são irrisórios. E mesmo assim... Eu gostaria de pedir silêncio para os deputados Gil Diniz, para o deputado Lucas Bove, para que a gente pudesse falar isso. Principalmente quando uma mulher fala, né? Para que a gente não seja interrompido.

**O SR. GIL DINIZ - PL** - A gente está se solidarizando, deputada Beth. Se você mesma falou do wi-fi, é que muitos deputados aqui na Casa também não têm wi-fi. (Vozes sobrepostas.)

**A SRA. BETH SAHÃO - PT** - Aliás já aproveito para convidá-los porque na semana que vem nós vamos fazer um evento de mulheres exatamente sobre a questão das mulheres que são interrompidas. Mas continuando, eu queria cumprimentá-lo e queria dizer que V. Sa. traz dados importantíssimos.

Eu queria só pedir para o Dimitri, para eu poder dialogar melhor com ele. A respeito do trabalho que vocês desenvolvem, das estatísticas etc. Eu queria aqui colocar, cumprimentá-lo também pela transparência dos atos da ouvidoria. Transparência esta que

não é observada na Secretaria Estadual de Segurança Pública, infelizmente. Que, aliás, tem se negado a apresentar os dados não só da operação “Escudo”, mas também da operação “Verão”.

A operação “Verão”, que mudou significativamente as suas características daquilo que ela fazia em anos anteriores para aquilo que ela faz agora. Porque a operação “Verão” na verdade foi uma continuidade da operação “Escudo”, continuando a fazer as mesmas práticas violentas de mortes, sem justificativa, chegando hoje ao número absurdo de 70 pessoas que foram mortas por intervenção policial. Então eu queria fazer alguns questionamentos para o senhor, esperando que eles sejam respondidos com a mesma verve que você colocou à sua apresentação de uma forma tão didática e que traz informações que a gente desconhecia algumas delas.

A primeira delas é a seguinte: a operação “Escudo” e a operação “Verão”, como já disse, já somaram mais de 70 mortes. É possível afirmar que houve excesso por parte dos agentes da Segurança Pública? É possível apontar em quantos casos houve esses excessos? Eu vou fazer as questões, acho que todas, melhor do que ir fazendo de forma picada. Quantas missões a ouvidoria realizou para acompanhar as operações? A partir das apurações que a Ouvidoria da Polícia tem feito, quais os crimes que podem ser atribuídos aos policiais militares envolvidos nas operações?

E eu queria aqui fazer um parêntese, para não dizer que a gente às vezes considera apenas um lado disso, que você colocou durante vários momentos cuidados que você tem em relação aos próprios policiais. Quando você cita, por exemplo, a questão do assédio, que você citou, a questão da saúde mental dos policiais e a questão do suicídio - inclusive, suicídio baseado no estudo e no levantamento que foi feito por um ex-ouvidor, que é o Benedito Mariano, que tem um trabalho importantíssimo nesse sentido.

Então para deixar claro que o seu papel, pelo que eu pude depreender da sua apresentação, tem sido um papel bastante equilibrado e que tem buscado a justiça. Porque esse é o papel da ouvidoria, ouvidoria que é vinculada à Secretaria de Segurança Pública, mas que tem autonomia, e deve ter, de trabalho, como você tem lutado incansavelmente para que essa autonomia seja mantida e não seja objeto de intervenção de quem quer que seja. Continuando.

A Ouvidoria da Polícia teve acesso aos boletins de ocorrência das ações que resultaram em morte e laudos necroscópicos das vítimas? Houve solicitação? Dos boletins e laudos que teve acesso, quais as conclusões obtidas pela ouvidoria? A Secretaria de Segurança Pública tem atendido aos pedidos formulados pela Ouvidoria da

Polícia? Em quantas ocasiões a secretaria recebeu representantes da ouvidoria ou de órgãos de controle da sociedade civil, e a própria sociedade civil?

Os agentes da Segurança Pública que estão atuando nas Operações Escudo e Verão estão portando câmeras corporais durante a atuação principalmente na Baixada Santista? A ouvidoria requisitou acesso às imagens? A Secretaria de Segurança Pública forneceu as imagens para análise da ouvidoria? Quais as conclusões podem ser obtidas a partir da análise ou quais e que conclusões podem ser obtidas a partir da análise das imagens das câmeras corporais dos agentes de Segurança Pública que estão atuando em ambas as operações, “Escudo” e “Verão”?

A ouvidoria tem recebido denúncias de violações de direitos humanos de policiais que estão atuando no âmbito da operação “Escudo” e da operação “Verão”? E quais os procedimentos que estão sendo adotados? E de que maneira a Ouvidoria da Polícia tem atuado para assegurar a preservação dos direitos humanos dos policiais envolvidos nas operações “Escudo” e “Verão”?

E também se a Ouvidoria da Polícia tem recebido demandas, como você colocou no início, acerca da saúde mental dos policiais militares do estado de São Paulo? E quais as medidas têm sido adotadas ante o recebimento dessas informações?

Então eu gostaria que você agora pudesse responder, e se houver, e se estiver dentro do meu tempo, se alguma coisa que eu ainda possa fazer alguma intervenção, eu falo, mas por enquanto esses são os meus questionamentos prioritários. Obrigada, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE - EDUARDO SUPLICY - PT** - Com a palavra, Cláudio da Silva.

**O SR. CLÁUDIO APARECIDO DA SILVA** - Bom, obrigado pelas perguntas, deputada. Eu quero agradecer aos cumprimentos iniciais da senhora e dizer que, da nossa parte, é muito relevante que a nossa atuação seja uma atuação transparente e a mais nítida o possível para que todos os senhores e as senhoras, mas não somente os senhores e as senhoras, mas toda a população possa acompanhar e se valer da Ouvidoria da Polícia se necessário for, se dela necessitar. É importante, a senhora perguntou em relação às operações.

Em relação ao que tem chegado na ouvidoria, é possível sim afirmar que houve excessos. Por quê? Porque... Eu dei um exemplo aqui, na minha fala inicial: um policial fazendo conta e comemorando as mortes. Isso não é postura para um agente público,

especialmente um agente público que está envolvido diretamente com as ações. Então esse é um exemplo clássico, nós temos vídeos disso, que chegou até a gente, que foi encaminhado até a Corregedoria da Polícia.

**O SR. GIL DINIZ - PL** - Mas esse agente estava envolvido na operação? Esse agente que postava estava na operação?

**O SR. CLÁUDIO APARECIDO DA SILVA** - Isso a gente não tem certeza, mas é (Vozes Sobrepostas.)

**O SR. GIL DINIZ - PL** - (Vozes Sobrepostas.) na Operação. Então não é excesso na operação.

**O SR. CLÁUDIO APARECIDO DA SILVA** - Mas é um agente público.

**O SR. GIL DINIZ - PL** - Não, tudo bem, mas não é excesso na operação, você concorda?

**O SR. CLÁUDIO APARECIDO DA SILVA** - Nesse sentido é um agente público. Inclusive, na rede social, ele coloca inclusive a nomenclatura do cargo que ele ocupa. Ele coloca a nomenclatura do cargo que ele ocupa. É um agente público, e a gente acha que não é de bom tom um agente público...

**O SR. GIL DINIZ - PL** - Mas é que V. Sa. estava falando sobre o excesso na operação, dos policiais que trabalham na operação. A minha pergunta, e desculpa até interrompê-lo, é nesse sentido.

**O SR. CLÁUDIO APARECIDO DA SILVA** - Tranquilo.

**O SR. GIL DINIZ - PL** - Esse policial que postava, que V. Sa. diz que ele postava na rede social, ele estava envolvido diretamente na operação? Ele participou dessa operação?

**O SR. CLÁUDIO APARECIDO DA SILVA** - Não, mas tem outros exemplos, deputado. Esse nós não temos certeza.

**O SR. CARLÃO PIGNATARI - PSDB** - Eu acho que, ouvidor, esse eu acho que não serve de exemplo.

**O SR. CLÁUDIO APARECIDO DA SILVA** - Ok, ok, vamos dar o exemplo que foi para o “Fantástico”, de uma pessoa que estava dentro de uma casa, os policiais chegaram, executaram aquela pessoa e plantaram, na cena do crime, um colete balístico e uma arma. Esses policiais foram indiciados.

**O SR. CARLÃO PIGNATARI - PSDB** - Isso aí é informação da mãe do bandido, é isso?

**O SR. CLÁUDIO APARECIDO DA SILVA** - Não, senhor. Não. (Vozes Sobrepostas.) Essa é a informação do inquérito policial.

**A SRA. BETH SAHÃO - PT** - Eu queria (Vozes Sobrepostas.) Eu queria, Sr. Presidente... Eu queria que os deputados aguardassem a vez deles para falar. A vez deles.

**O SR. CARLÃO PIGNATARI - PSDB** - Mas ele não pode ficar fazendo ilação aqui. Ilação ele não pode fazer aqui, deputada. (Vozes Sobrepostas.)

**A SRA. BETH SAHÃO - PT** - Mas (Vozes Sobrepostas.) o deputado Carlão Pignatari acabou de dizer...

**O SR. CLÁUDIO APARECIDO DA SILVA** - Não, não, não... (Vozes Sobrepostas.)

**O SR. SIMÃO PEDRO - PT** - O senhor está fazendo ilação.

**O SR. CARLÃO PIGNATARI - PSDB** - Ficar fazendo ilação não. Ela está fazendo ilação. Ele está fazendo ilação. (Vozes Sobrepostas.)

**A SRA. BETH SAHÃO - PT** - Vossa Excelência acabou de dizer, V. Exa. acabou de dizer. (Vozes Sobrepostas.) Vossa Excelência acabou de dizer...

**O SR. CLÁUDIO APARECIDO DA SILVA** - Deputado...

**O SR. SIMÃO PEDRO - PT** - O senhor está fazendo ilação, Carlão. Você está falando mãe do bandido. Você está fazendo ilação.

**O SR. CARLÃO PIGNATARI - PSDB** - Não, ele está.

**O SR. SIMÃO PEDRO - PT** - Falou “mãe de bandido”.

**A SRA. BETH SAHÃO - PT** - (Vozes Sobrepostas.) Respeitar. Deputado Carlão Pignatari (Vozes Sobrepostas.)

**O SR. PRESIDENTE - EDUARDO SUPLICY - PT** - Deputada Beth, vamos assegurar a... (Vozes Sobrepostas.)

**O SR. CARLÃO PIGNATARI - PSDB** - (Vozes Sobrepostas.) Eu perguntei.

**A SRA. BETH SAHÃO - PT** - Ele é titular? Ele é titular? Ele não é titular, né? Você é suplente? Suplente. Então vamos aguardar o suplente. Primeiro os titulares, deputado Gil Diniz é titular.

**O SR. PRESIDENTE - EDUARDO SUPLICY - PT** - Deputada Beth, pode prosseguir, faz favor.

**A SRA. BETH SAHÃO - PT** - Vossa Excelência é suplente. Vamos aguardar...

**O SR. CARLÃO PIGNATARI - PSDB** - Não, eu sou deputado da Casa. (Vozes Sobrepostas.)

**A SRA. BETH SAHÃO - PT** - Ele está, ele está (Vozes Sobrepostas.)

**O SR. LUCAS BOVE - PL** - Deputada Beth, a senhora tampouco é presidente da comissão, não é função da senhora cercear a palavra dos deputados. É função do presidente da Casa.

**O SR. PRESIDENTE - EDUARDO SUPLICY - PT** - Ele está (Vozes Sobrepostas.)

**A SRA. BETH SAHÃO - PT** - Eu pedi a palavra para o presidente. Eu pedi autorização para o presidente.

**O SR. LUCAS BOVE - PL** - A senhora nem pela ordem pediu. Não é função da senhora.

**A SRA. BETH SAHÃO - PT** - Eu pedi autorização para o presidente.

**O SR. LUCAS BOVE - PL** - Não pediu. Não pediu.

**A SRA. BETH SAHÃO - PT** - Você não me interrompe que eu estou falando, eu não estou te interrompendo quando você fala.

**O SR. PRESIDENTE - EDUARDO SUPLICY - PT** - Deputada Beth Sahão. Pode prosseguir a sua arguição, faz favor.

**O SR. CLÁUDIO APARECIDO DA SILVA** - Sras. e Srs. Deputados, como eu disse, esse caso citado é um caso em que houve indiciamento no âmbito do inquérito policial. Eu estou falando sobre o indiciamento, não estou fazendo qualquer ilação aqui. Houve indiciamento, fraude processual e execução sumária.

Quantas missões a ouvidoria fez, até o momento, no âmbito das operações? A ouvidoria fez, durante todas as operações, tanto a operação “Escudo” quanto a operação “Verão”, nós fizemos até o momento três missões. Uma missão no âmbito da operação “Escudo” e duas missões no âmbito da operação “Verão”.

Nessas missões, a gente dialoga com as pessoas dos bairros, onde tem recebido visita da operação, e dialogamos também com familiares de vítimas e testemunhas, né? Pessoas que visualizaram, inclusive testemunhas oculares.

É importante que se diga que nós tivemos o acolhimento pelo Programa de Proteção à Vítima e Testemunha Ameaçada de uma das testemunhas oculares de uma das ações que já ocorreram na operação “Verão”. Então temos testemunha ocular também. Se os policiais usam câmeras, essa informação a gente não tem. Todas as vezes que a gente recebe qualquer notícia, seja ela de rede social, jornal ou da própria Secretaria de Segurança Pública de que houve uma morte decorrente de intervenção policial, seja na operação ou fora dela, a ouvidoria instaura um procedimento e expede alguns ofícios básicos.

Pedido de cópia do boletim de ocorrência, pedido das câmeras corporais se os policiais estavam usando, pedido dos laudos necroscópicos e pedido da cópia completa do inquérito policial com a solução do inquérito. Nós, até o momento, não recebemos nenhuma imagem, nem da operação “Verão”, nem da operação “Escudo”, né? A ouvidoria nunca recebeu essas respostas. Não recebemos nenhum laudo necroscópico.

Os laudos que a gente teve acesso foram laudos que nos foram encaminhados pelos próprios familiares que buscam, no IML, esses laudos, e aí nos fornecem para que a gente possa fazer uma análise. Então a gente não consegue analisar as câmeras porque a gente não tem acesso.

**O SR. CONTE LOPES - PL** - Um aparte. Esses procedimentos não são públicos quando corre o inquérito na Polícia Civil e no Ministério Público? A ouvidoria não teria condições de acompanhar no inquérito e no próprio processo?

**O SR. CLÁUDIO APARECIDO DA SILVA** - No caso da operação “Verão” e da operação “Escudo”, Exa., os procedimentos não têm sido públicos. Eles estão correndo com segredo de Justiça. Inclusive, nós pedimos, em nome da ouvidoria, acesso para consultas, como o senhor bem informou, e foi indeferido o nosso acesso, na condição de órgãos de controle externo da atividade policial, inclusive com um parecer desfavorável também do próprio Ministério Público que avocou para si o papel de controle externo da atividade policial no âmbito dos inquéritos. Então a gente não tem tido acesso a esses inquéritos, tá?

**A SRA. BETH SAHÃO - PT** - Só para... Pode ser indeferido um pedido da ouvidoria? Quer dizer, há bases legais ou uma base legal para a Secretaria de Segurança Pública não lhe apresentar esses dados?

**O SR. CLÁUDIO APARECIDO DA SILVA** - Em tese, deputada, pela nossa legislação, a ouvidoria deveria ter acesso a todo e qualquer dado de Segurança Pública do Estado. Muitos dados a própria secretaria pública no site da secretaria, todos os dias 25 de cada mês. A gente tem feito o esforço de buscar esses dados, não só esses da operação como outros dados, como dados que nos preocupam, como eu disse aqui, a gente tem uma preocupação com a questão de gênero. Então a gente está produzindo lá uma pesquisa sobre violência policial ou violência de gênero.

Também temos buscado dados sobre a questão racial, que são temas relevantes para a gente e a gente tem conseguido alguns desses dados no site da secretaria. Muitos outros a gente tem que pedir. Os boletins de ocorrência, nem todos a gente tem tido acesso. Os boletins de ocorrência aos quais a gente teve acesso, a impressão que a gente tem é que são muito parecidos. São boletins com um relato muito parecido, padrão que esses relatos sejam feitos apenas por uma parte, a outra parte não consegue.

Houve casos, por exemplo, como o caso daquele jovem chamado Ruan, que o pai dele... Ele foi abordado na rua, ele era o chefe da equipe de manutenção urbana. Tinha algo em torno de 20 pessoas ali e ele coordenava aquele grupo junto com o pai dele, que também estava ali naquele momento. Esse jovem sofreu uma abordagem policial, ficou insatisfeito porque ele estava no meio do processo de trabalho, isso gerou um conflito entre ele e o policial. Ele tomou um tiro no pé.

No meio dessa confusão o próprio pai tentou apartar ali aquele entrever que havia entre o Ruan e o policial que o abordava, o pai acabou sendo lançado ao chão por conta de um empurrão que ele sofreu desse policial. E essa ocorrência acabou com esse rapaz com um tiro no pulmão. O rapaz foi socorrido ao hospital, esse pai procurou a delegacia para dar a versão dele, e foi negada. O deputado Eduardo Suplicy tem esse relato porque ele esteve conosco na delegacia.

Foi negada por parte da autoridade policial que aquele pai pudesse dar a versão dele na feitura, na elaboração do boletim de ocorrência. Essa pessoa nos procurou, em uma dessas missões nos abordou na chegada em São Vicente, e pediu para que a gente pudesse, com ele, ir até à delegacia para ver se os policiais da delegacia, a autoridade competente, poderiam ouvi-lo e consignar a versão dele nos autos do inquérito policial que estava em curso. O deputado Eduardo Suplicy nos acompanhou até a delegacia e a autoridade de plantão, aí sim, depois de alguns dias, ouviu e consignou ali a versão daquele pai naquele caso.

Então o que a gente tem percebido é que os B.Os. só têm um lado da história. As pessoas que estão envolvidas ali não são ouvidas e os B.Os. são muito parecidos, os que a gente recebeu. No caso da operação “Verão”, nós não recebemos nenhum B.O. até o momento por parte da Secretaria de Segurança Pública, embora a gente tenha pedido algo em torno de duas semanas, esses boletins de ocorrência, dos casos que já haviam ocorrido, hoje, alguns minutos antes de sair da ouvidoria e vir para cá, nós recebemos uma resposta do diretor do Deinter 6 dizendo que não poderia transmitir os boletins de ocorrência para a Ouvidoria da Polícia vez que os casos correm em segredo de justiça. Ele fundamenta a decisão dele com base no segredo de justiça.

A Secretaria de Segurança Pública, nós já tivemos várias reuniões na Secretaria de Segurança Pública. Dessas reuniões todas que a gente teve, três contaram com a participação do secretário de Segurança Pública. Quando o secretário assumiu a gente teve um momento, uma visita institucional de apresentação, eu me apresentei para ele, ele se apresentou para mim. Numa outra ocasião, quando a gente finalizou o nosso plano de trabalho, nós fomos ao secretário e à equipe dele e apresentamos um plano de trabalho para ele. E numa outra ocasião que tinha um café com Consegs a gente também se encontrou lá.

As outras reuniões que a gente teve com a Secretaria de Segurança Pública foi da ouvidoria com a equipe do secretário, com o chefe de gabinete, com o secretário adjunto, com o chefe da assessoria policial militar, com o chefe da assessoria policial civil. Em geral, são com essas pessoas que a gente conversa na Secretaria de Segurança Pública. Então nós tivemos algo em torno, aí, de umas 20 reuniões até o momento com a Secretaria de Segurança Pública.

E em relação aos cuidados com os policiais, essa também é uma preocupação nossa no âmbito da operação. Por quê? Por que o que ocorre? A Rota é considerado o batalhão de elite da nossa polícia, então qualquer coisa que envolva qualquer pessoa que pertença à Rota, o Major Mecca pode me corrigir se eu estiver errado, isso mobiliza muito os ânimos de toda a tropa, porque a Rota é o exemplo da tropa. A Rota é muito bem quista e muito bem vista pela tropa, né? Ouço dizer, deputada, que quando um policial é da Rota, a vida dele é dedicada à Rota. Então é um batalhão muito querido.

E a gente tem discutido com a Secretaria de Segurança Pública, proposto essa discussão com a Secretaria de Segurança Pública, não ser de bom tom quando ocorre esse tipo de ação, de pessoas que acabam agredindo, especialmente mortalmente, um policial,

a gente deflagrar operações visto que isso mobiliza toda a tropa do ponto de vista emocional.

E isso pode conflagrar uma série de situações que culminam com uma série de abordagens que a gente tem recebido no sentido de que estão havendo excessos. Então a gente tem discutido muito isso, a gente acha que isso pode colaborar para o adoecimento mental, pode colaborar para a violação, pode colaborar para uma série de questões. E a gente considera que o adoecimento mental, e colocar esses policiais para atuarem sob essa forte pressão, isso pode contribuir sim para que ele seja induzido ao erro.

E aí se ele for induzido ao erro ele vai cair no mesmo caminho que os policiais injustiçados, né? Ele vai ser processado, ele pode ser demitido da corporação. Pode ser demitido da corporação e depois não ter a sua dignidade devolvida porque foi induzido a um erro. Então a gente, também quando a gente defende que as operações precisam ser mais planejadas, que as operações precisam ser construídas, dialogadas e precisam abusar do uso das ferramentas de inteligência, a gente está defendendo também que esses policiais estão tomados por forte emoção.

A mais de... A quase 30 anos um policial da Rota não morria em serviço em São Paulo. Em menos de um ano nós tivemos dois policiais da Rota mortos em serviço. Isso é muito grave, isso mobiliza emocionalmente muito fortemente a tropa. Então a gente acha que o caminho é um caminho um pouco mais difícil, mas é um caminho mais inteligente, o caminho de se pensar, planejar, dialogar, construir essas operações e a identificação e localização dos malfeitores de uma forma que proteja mais a população e também proteja mais a tropa. Essa é a nossa posição.

**O SR. EMÍDIO DE SOUZA - PT** - Pela ordem, Suplicy. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE - EDUARDO SUPLICY - PT** - Muito bem. Pois não, deputado Emídio.

**O SR. EMÍDIO DE SOUZA - PT** - Eu só queria sugerir que, se cada deputado fizer a pergunta e o ouvidor for responder, nós vamos ter uma demora muito grande no andamento dos trabalhos. Eu sugiro que se faça pelo menos três ou quatro intervenções de deputados para ele responder e dar mais celeridade.

**O SR. PRESIDENTE - EDUARDO SUPLICY - PT** - Se todos estiverem de acordo com a sugestão do deputado Emídio podemos segui-la.

**O SR. GIL DINIZ - PL** - Mas, aí, presidente, vai ficar... O ouvidor vai responder aquilo que ele quiser e o que ele bem entender.

**O SR. EMÍDIO DE SOUZA - PT** - (Inaudível.) Ele pode responder em bloco.

**O SR. GIL DINIZ - PL** - Não, ele vai responder em bloco, mas se tiver dez perguntas de um deputado “x”, e cinco do deputado “y”, ele vai escolher a pergunta que ele quer responder. Se for a pergunta e a resposta direta, fica mais fácil.

**O SR. SIMÃO PEDRO - PT** - Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE - EDUARDO SUPLICY - PT** - Vamos pedir ao ouvidor que procure responder a todas as perguntas, está bem? Então...

**O SR. SIMÃO PEDRO - PT** - Porque se o deputado não se sentir contemplado com a resposta, ele pode voltar a intervir, deputado Gil.

**O SR. PRESIDENTE - EDUARDO SUPLICY - PT** - Pode, claro. Então, agora, deputado Guilherme Cortez, por favor, tem...

**O SR. GUILHERME CORTEZ - PSOL** - Muito obrigado, deputado Eduardo Suplicy, presidente dessa comissão. Boa tarde a todos os ilustres deputados e deputadas, e sobretudo ao Sr. Ouvidor Cláudio Silva, da polícia, queria agradecer a sua presença aqui. Parabenizar pelo trabalho que vem realizando à frente da ouvidoria, e lamentar que a apresentação do senhor começa relatando toda uma realidade de precariedade da ouvidoria, que é um serviço fundamental. E, estando numa Casa de Leis, como a Assembleia Legislativa, eu acho que é trabalho de todos os parlamentares aqui corrigir essa situação.

E acho que, sobretudo, aqueles parlamentares que se dizem mais ligados à pauta da segurança pública, embora essa devesse ser uma preocupação igual de todos os parlamentares, independente da sua vida pregressa, independente das suas carreiras, mas

espero contar com o apoio, com a atuação, com a solidariedade de todos os parlamentares dessa Casa.

Sobretudo porque estamos discutindo o Plano Plurianual nesses primeiros meses, assim como fazemos a discussão da Lei de Diretrizes Orçamentárias, como votamos no fim do ano passado a Lei Orçamentária Anual, para que a gente possa ter uma recomposição orçamentária da ouvidoria.

Porque essa deveria ser uma preocupação de todos os parlamentares, mas sobretudo aqueles que se dizem da segurança pública, que às vezes se chamam de bancada da bala, que eu acho que não é um termo adequado, porque eu acho que ninguém defende “bala”. Ou não deveria defender “bala”, a gente tem que defender a segurança pública como um serviço público, e como um direito da população.

E o trabalho que a Ouvidoria da Polícia faz não deveria preocupar e nem incomodar a ninguém, mas muito menos aqueles que se dizem defensores da segurança pública e defensores da Polícia Militar, dos nossos policiais que são servidores.

Porque como o senhor mesmo disse, a ouvidoria presta um serviço fundamental para garantia da dignidade e efetivação dos direitos desses servidores da segurança pública. E para a proteção de toda a nossa sociedade contra abusos. A Polícia Militar, a Polícia Civil, assim como qualquer instituição, qualquer serviço público, não estão imunes a praticar abusos, a praticar excessos, porque elas são compostas por seres humanos. Seres humanos são falhos, cometem erros.

Agora, é papel do serviço público, é papel das autoridades públicas buscar meios para conter esse tipo de excesso, que pode acontecer tanto contra a população civil, mas contra os próprios policiais, como foi relatado de casos de abuso, de casos de infrações a direitos de policiais dentro da própria corporação. Então o trabalho que a ouvidoria faz é um trabalho fundamental.

Quero parabenizar o senhor e a todos os membros da sua equipe e fazer voto de que a gente possa, a partir desse depoimento, atuar aqui na Assembleia Legislativa para que a ouvidoria tenha as condições estruturais para poder realizar esse trabalho que já faz tão bem, mas ainda melhor. Porque isso não restringe o direito de ninguém, muito menos da polícia. Isso dá mais condições para que os bons policiais possam ser protegidos. Isso dá mais condições para que a população possa ser protegida.

Ainda mais numa realidade histórica do nosso País, que é fundada em cima do racismo estrutural. Que a gente ainda supera hoje a chaga da ditadura militar, e que no próximo mês vai se completar 60 anos do golpe militar no nosso País. E que a gente sabe

que a segurança pública ainda é muito calcada em base à violência que vai contra os princípios da nossa Constituição Federal, certo?

Então acho que nenhuma morte numa operação deveria ser motivo para ser comemorada. Quando ocorre uma morte numa operação policial, é motivo de que algo falhou. Quando um policial morre no seu serviço é motivo para a gente se lamentar, porque não fomos capazes de proteger a vida desse servidor público.

E quando, por conta de um conflito, um civil é morto em uma operação, não há nada que se comemorar, muito menos contabilizar como se fosse um placar, porque significa que a gente não conseguiu efetivar o que a nossa constituição diz. O que o Estado Democrático de Direito prega, para que as pessoas que são culpadas de algum delito sejam responsabilizadas, sejam julgadas como manda a lei.

Então acho que esse estímulo à violência, à vingança, olho por olho, dente por dente, coloca a gente no limiar entre a civilização e a barbárie. Eu acho que o estímulo a essas atitudes, como fico muito espantado com esse caso, de um agente da segurança pública, um agente público, independente de fazer parte da operação ou não, mas que contabilizava, que comemorava nas redes sociais os números de morte, eu acho que não é para isso que a gente pensa o funcionamento da nossa segurança pública.

Queria fazer três perguntas muito breves, Sr. Ouvidor, e me desculpar porque vou ter que me retirar, mas me comprometo a ouvir as respostas. Felizmente a Rede Alesp transmite com muita qualidade, na íntegra, todas as nossas reuniões. Mas, em primeiro lugar, eu venho da cidade de Franca, e certamente chegou ao conhecimento do senhor o caso de uma abordagem problemática, a meu ver, mas não sou especialista, no mês de janeiro, em um terreiro de candomblé.

Numa ocasião em que, no momento de um rito religioso do candomblé, houve uma reclamação por parte dos moradores ao redor de perturbação do silêncio, do sossego, da lei do silêncio, mas a resposta dada pelos agentes policiais naquela ocasião, me pareceu bastante desproporcional. Eu já vi casos de a polícia ser acionada para conter um som excessivo em uma festa. Eu nunca vi casos de a polícia ser acionada ou tomar qualquer medida para conter um som excessivo, um barulho excessivo, em outros templos religiosos.

Mas nesse caso a gente viu a Polícia Militar, dois agentes da Polícia Militar, entrarem dentro de um terreiro de candomblé, violando o princípio da inviolabilidade dos templos religiosos, e retirando o líder religioso, com as suas vestes religiosas. Inclusive, ingerindo que ele se despisse das suas roupas, dos seus trajes. E ele foi levado. Sabe, isso

não me parece, francamente, eu nunca vi nada parecido, a abordagem adequada para uma contravenção penal que é a perturbação do sossego, que fosse. Eu nunca vi isso acontecer com uma festa, ou com um churrasco, ou com qualquer perturbação que acontece na vizinha, que esse seja o procedimento da Polícia Militar.

Entrar no espaço, deter a pessoa, conduzir a pessoa dentro da viatura até a delegacia. Me parece que foi um pouco exagerado. E não deixo de levantar dúvidas e preocupações sinceras sobre se isso não tem alguma motivação com o racismo religioso que a gente ainda tem presente aqui no nosso País, porque numa ouvimos falar de nada parecido em nenhum outro templo religioso, exceto num templo de candomblé. Que, se estivesse perturbando o silêncio, que fosse feita a notificação, que se regularizasse a situação, mas, da maneira como foi feita, levantou sinceras preocupações.

O senhor já disse, é o tema da maior parte das perguntas, mas todos nós vemos ou deveríamos ver com muita preocupação os relatos de abusos e excessos que acontecem hoje na Baixada Santista, principalmente no contexto das Operações Verão e Escudo, e para nós, pelo menos aos deputados da oposição, embora ache que não deveria ser uma exclusividade nossa, as declarações do governador de estado, do secretário de Segurança Pública nos parece, me parece ao menos, inapropriada.

Por ocasião de uma denúncia do governo de Estado à Organização das Nações Unidas, recentemente a gente viu uma declaração do governador do Estado de São Paulo dizendo que não se importava com essa denúncia, que se enviasse para a ONU, que se enviasse para a Liga da Justiça, para o raio que o parta. Isso me assombra, porque eu acho que essa não é a postura democrática republicana para a qual o governador foi eleito.

E se há algum caso de abuso, e aliás, em entrevista o secretário Guilherme Derrite disse que não tem conhecimento de nenhum caso de abuso nas operações, então eu queria perguntar, porque o senhor citou vários casos. Queria perguntar se já houve a notificação da Secretaria de Segurança Pública de casos de abuso para justificar que o secretário diga que não tem conhecimento. Mas, se há abusos, deveria ser papel do secretário de Segurança Pública e do governador serem os principais interessados em solucionar esses casos, em afastar os agentes que eventualmente estão cometendo abusos.

Porque isso coloca em risco a população civil. Isso coloca em risco os próprios policiais. Isso coloca em risco a própria imagem da Polícia Militar. Então eu queria lamentar essa declaração do governador, mas questionar ao ouvidor se já houve a notificação formal desses indícios, desses casos ao secretário de Segurança Pública porque me pareceu muito estranho, com tantos registros que a gente tem na imprensa,

com tantas denúncias e com o trabalho que a ouvidoria tão bem tem feito, que o secretário diga que não tem conhecimento de nenhum desses casos.

E por fim, Sr. Ouvidor, se tornou pública, na imprensa, e certamente chegou ao conhecimento de vários parlamentares aqui através das redes sociais, através do contato com a população, uma política do governo estadual de promover trocas no comando da Polícia Militar. O que teria causado, inclusive, insatisfação em parte da tropa, inclusive porque, ao que me consta - também não sou especialista no tema - comandantes e coronéis a mais tempo na corporação teriam sido preteridos em detrimento a outros, sem muita motivação de o que teria levado a essas trocas.

E gostaria de saber se esse fato chegou ao conhecimento da ouvidoria, se houveram reclamações, denúncias que foram oficiadas à ouvidoria em relação a isso. Se há algo que tenha sido denunciado oficialmente à ouvidoria. E, sobretudo, se há alguma motivação plausível, se há o conhecimento de quais que seriam as motivações das trocas no alto comando da Polícia Militar, e desses flagrantes casos de desrespeito à hierarquia da corporação.

Essas são as perguntas que eu tinha para fazer, Sr. Ouvidor. Queria agradecer e pedir que elas possam ser respondidas. E pedir desculpas ao deputado Eduardo Suplicy, a todos os membros dessa comissão por, em pouco tempo, ter que me retirar porque eu preciso participar de uma outra reunião agora mesmo. Muito obrigado, deputado.

**O SR. PRESIDENTE - EDUARDO SUPLICY - PT** - Muito bem. Então, agora, o deputado Gil Diniz, por favor.

**O SR. GIL DINIZ - PL** - Presidente, não é melhor o ouvidor responder o nobre deputado Guilherme Cortez que precisa se retirar daqui, não vai nem ouvir as respostas aqui. Vai fazer as perguntas, não vai ficar aqui para ouvir as respostas. Aí outro deputado vai fazer outras perguntas, vai sair também. Gostaria, se for possível, ouvir as respostas para o deputado Guilherme Cortez, e ao final eu faço as perguntas.

**O SR. PRESIDENTE - EDUARDO SUPLICY - PT** - Está bem, então o ouvidor Cláudio Aparecido da Silva tem a palavra.

**O SR. CLÁUDIO APARECIDO DA SILVA** - Quero agradecer as perguntas do deputado Guilherme Cortez. Agradecer também os elogios que V. Sa. fez ao nosso

trabalho. Também, mais uma vez, reafirmar, a ouvidoria está à disposição do mandato de V. Exa., à disposição dos movimentos sociais ou qualquer pessoa que dialogue lá com o seu mandato, para acolher e dialogar sobre qualquer que seja o tema relacionado à nossa atuação lá na ouvidoria.

De fato, eu já tinha registrado aqui essa questão da precariedade do nosso trabalho. Agradeço também as suas palavras em relação ao reforço institucional que a ouvidoria precisa ter. Tenho certeza absoluta de que todas as pessoas que são dos movimentos sociais dos direitos humanos que estão aqui festejam essa sua posição. Inclusive, convidando os demais deputados a somarem com o senhor nesse sentido. E acho que é muito relevante a gente fortalecer todo e qualquer mecanismo de reforço do Estado Democrático de Direito, da democracia.

Eu queria dizer para o senhor é o seguinte. Em relação ao caso de Franca, chegou sim ao nosso conhecimento. Esse caso chegou ao nosso conhecimento através de um militante do movimento negro local, membro do Conselho Estadual da Comunidade Negra. E, imediatamente ao chegar na gente essa denúncia, com vídeos, com os relatos da abordagem, mas com vídeos que comprovavam a abordagem, inclusive um dos vídeos havia de fato a menção daquele policial que fazia aquela abordagem a retirada de um objeto da indumentaria daquele sacerdote.

A gente imediatamente acionou a corregedoria da Polícia Militar, à época o corregedor era o coronel Edson Simeira, que passou a interagir conosco, anunciando que estariam tomando as devidas providências para que os policiais, para que aquela ação fosse objeto de investigação interna e os policiais respondessem legalmente pela ação que foi feita ali. A outra questão que o senhor faz é sobre a questão das notificações da ouvidoria em relação aos abusos ou arbitrariedades que estão sendo cometidos nas operações.

Todo caso que chega na Ouvidoria da Polícia a gente encaminha para a corregedoria e para a Secretaria de Segurança Pública quando é o caso, porque em muitos casos o órgão que precisa ser acionado é a própria corregedoria, na maioria dos casos. A gente aciona sim, em todas as operações isso tem sido feito. Todas as operações sem nenhuma exceção. E no caso da Corregedoria da Polícia Civil é importante que se diga, nós não temos nenhuma pendência da Corregedoria da Polícia Civil. Todos os casos que a gente encaminha vem resposta.

E no caso da Corregedoria da Polícia Militar nós temos acumulado algo em torno de 3.500 casos sem respostas para que a gente possa devolver para a população. Lógico

que nem todos os casos ficam sem respostas, vêm respostas sim, mas hoje nós temos algo em torno de 3.500 casos sem respostas na Corregedoria da Polícia Militar. Em relação à troca de comando, sim, a ouvidoria tomou conhecimento da troca de comando. Não houve, até o momento, nenhuma denúncia que se relacione com essa movimentação feita pelo secretário de Segurança Pública.

De fato, o que o senhor diz, é importante dizer da tradição da Polícia Militar. Tempo na polícia significa patente. Então um soldado que tem dois anos é superior ao soldado que tem um ano, pela experiência, e assim sucessivamente. De fato, foi uma troca paradigmática. Ao longo da história dos quase 200 anos da Polícia Militar nunca tinha havido isso. Nunca tinha havido a troca de um subcomandante geral no curso da sua gestão, a não ser em uma exceção que foi o fato do coronel ter se aposentado.

Não sei se os senhores sabem, mas os coronéis, quando são promovidos a coronéis, eles têm apenas mais cinco anos de carreira. Eles são obrigados a aposentar após a passagem desse tempo. E nesse caso, especificamente, que ocorreu, foi um coronel que teve que se aposentar por obrigatoriedade da carreira e acabou sendo substituído. Mas, fora essa exceção, nunca tinha havido antes na história uma troca como houve nesse momento. Especialmente chamando a atenção o fato de coronéis mais velhos, na hierarquia interna, estarem submetidos a coronéis mais novos. Isso, de fato, nunca houve.

**O SR. CONTE LOPES - PL** - Só pela oportunidade, também nunca houve casos de colocar um capitão, um policial à frente da Secretaria de Segurança Pública. É a primeira vez, né?

**O SR. CLÁUDIO APARECIDO DA SILVA** - Sinceramente eu não sei sobre o que o senhor está perguntando, deputado. Desculpa.

**O SR. CONTE LOPES - PL** - Não, o governador colocou um capitão da polícia na Secretaria de Segurança Pública. (Vozes Sobrepostas.)

**O SR. CLÁUDIO APARECIDO DA SILVA** - Ah, ok, sim, senhor. É verdade, também é a primeira vez na história que se coloca um policial, de qualquer uma das carreiras, mas nesse caso policial militar, à frente da Secretaria de Segurança Pública, sim. Isso também é uma quebra de paradigma.

**O SR. GUILHERME CORTEZ - PSOL** - Agradeço muito pelas respostas. Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE - EDUARDO SUP LICY - PT** - Então, muito bem, agora vamos dar a palavra ao deputado Gil Diniz.

**O SR. GIL DINIZ - PL** - Obrigado, presidente. Cumprimento V. Exa. e todos os deputados presentes aqui nessa reunião. Cumprimento o ouvidor da polícia, o Sr. Cláudio, que está aqui conosco hoje. Vou usar, presidente, esse meu tempo para fazer algumas perguntas para o ouvidor, e uso o tempo aqui de dez minutos perguntando, ele me responde, pode usar o tempo que quiser também. Nós temos esses dez minutos aqui para dialogar. Ouvidor, V. Exa. é filiado ou já foi filiado a algum partido?

**O SR. CLÁUDIO APARECIDO DA SILVA** - Sou filiado a um partido político, Partido dos Trabalhadores.

**O SR. GIL DINIZ - PL** - Desde quando?

**O SR. CLÁUDIO APARECIDO DA SILVA** - Desde 1998.

**O SR. GIL DINIZ - PL** - Vossa Excelência se define como militante político-partidário?

**O SR. CLÁUDIO APARECIDO DA SILVA** - Eu sou militante político-partidário nos momentos em que não estou exercendo minha função de ouvidor, mas sou militante político-partidário sim, senhor.

**O SR. GIL DINIZ - PL** - Então como ouvidor V. Exa. não milita e não defende as causas do Partido dos Trabalhadores?

**O SR. CLÁUDIO APARECIDO DA SILVA** - Não, senhor. Na condição de ouvidor, não.

**O SR. GIL DINIZ - PL** - Tudo bem. Então o senhor é um militante partidário que não milita das... Qual a sua carga horária de trabalho?

**O SR. CLÁUDIO APARECIDO DA SILVA** - A minha carga horária deveria ser das 9h às 18h, de segunda a sexta-feira.

**O SR. GIL DINIZ - PL** - Das 9h às 18h, V. Exa. não é militante partidário, nas horas vagas V. Exa. é militante partidário?

**O SR. CLÁUDIO APARECIDO DA SILVA** - Sim, senhor.

**O SR. GIL DINIZ - PL** - Vossa Senhoria disse que é filiado ao Partido dos Trabalhadores há muito tempo. O Partido dos Trabalhadores tem alguma posição quanto ao fim da Polícia Militar ou a desmilitarização das polícias?

**O SR. CLÁUDIO APARECIDO DA SILVA** - Até onde eu sei, o Partido dos Trabalhadores não tem posição sobre esses temas. Formulada não.

**O SR. GIL DINIZ - PL** - Então V. Exa. nunca defendeu, por exemplo, o fim da Polícia Militar ou a desmilitarização, ou não conhece dirigentes do Partido dos Trabalhadores, que V. Exa. é filiado, que defenda o fim da Polícia Militar ou a desmilitarização dessas polícias? Vossa Excelência não conhece?

**O SR. CLÁUDIO APARECIDO DA SILVA** - Eu nunca defendi o fim da polícia. Nunca defendi o fim da polícia, mas eu discuto a desmilitarização. (Palmas.) Por que que eu discuto a desmilitarização?

**O SR. GIL DINIZ - PL** - Vossa Excelência discute ou defende?

**O SR. CLÁUDIO APARECIDO DA SILVA** - Discuto. Discuto a desmilitarização. Com probabilidade de defender, sim, porque eu acredito nessa perspectiva por algumas razões, deputado. Porque, primeiro, que nós temos hoje, na nossa corporação, algo em torno de 97% de policiais que são praças e 3% que são oficiais. Eu defendo que... E esses policiais, segundo o Regimento Interno, segundo o RD, o Regime

Disciplinar da própria Polícia Militar, eles não podem discutir ordem de superiores, uma vez que eles estão submetidos a um regime militar.

Diante disso, eu defendo a desmilitarização no sentido de que essas pessoas também são seres pensantes. E são elas que estão mais próximas da população no dia a dia do patrulhamento, dialogando, entendendo e recebendo da população os anseios da população em relação àquela política. Então eu acho que a gente precisa permitir que esses policiais possam participar mais efetivamente da construção e da gestão da política de segurança pública.

**O SR. GIL DINIZ - PL** - Vossa Senhoria talvez tenha esses dados aqui sobre a operação “Escudo” e a operação “Verão”. A operação “Escudo”, 936 presos, entre eles 338 procurados pela Justiça. Procurados pela Justiça. Cometeram algum crime, foram condenados, estavam procurados pela Justiça. Trezentos e trinta e oito, deputados. Cento e dezessete armas ilegais, frise aqui, ilegais, apreendidas, incluindo fuzis e submetralhadoras. Quase uma tonelada de drogas apreendidas.

Operação “Verão”, 43 mortos, sendo que 26 dos 37 maiores tinham passagens por crimes como homicídios, tráfico de drogas associação criminosa, porte ilegal de arma, roubos, furtos e aliciamento de menores. Ou seja, 70% desses marginais aqui, que morreram em conflito com os nossos policiais. Oitocentos e noventa e um presos, entre eles 344 procurados pela justiça e 38 menores de idade. Noventa e duas armas ilegais apreendidas, incluindo fuzis. Seiscentos e cinquenta e três quilos de drogas apreendidos. Oitenta e seis veículos recuperados.

Tem outros dados aqui também, V. Sa. com certeza tem essas informações. Há aqui uma reportagem, acho que no “Brasil de Fato”, com aspas de V. Sa. dizendo: “A Operação deve acabar, minimamente ser suspensa”. Tem outras aspas aqui, em outro jornal, V. Sa. respondendo aqui ao secretário Guilherme Derrite dizendo: “Não corresponde à verdade a declaração do secretário, ao qual podemos atribuir um provável processo de inviabilização do trabalho dessa ouvidoria, que representa nesse cenário massacre e crise humanitária”.

Tem outra declaração aqui, de V. Sa. dizendo: “As comunidades onde a gente tem ido estão denunciando que as pessoas estão sendo socorridas mortas. Levam o corpo já sem vida para o hospital. Se você considerar que as pessoas estão sendo socorridas mortas, que esse socorro está sendo feito pela própria Polícia Militar através de viaturas

do Corpo de Bombeiros e que os locais não estão sendo preservados, você conclui que tem alguma ação orquestrada nesse sentido”.

Vossa Senhoria mantém essas declarações aqui? São verídicas essas declarações de Vossa Senhoria?

**O SR. CLÁUDIO APARECIDO DA SILVA** - São verídicas.

**O SR. GIL DINIZ - PL** - Vossa Senhoria reafirma aqui que viaturas do Corpo de Bombeiros, que os policiais do Corpo de Bombeiros estão levando criminosos mortos para os hospitais para que não seja devidamente investigado essa operação policial ou esse confronto entre policiais e esses possíveis marginais ou marginais?

**O SR. CLÁUDIO APARECIDO DA SILVA** - Excelência, todas as declarações que eu dou em relação à operação “Escudo” dizem respeito a denúncias que chegam para a Ouvidoria da Polícia. As nossas manifestações baseiam-se nessas denúncias. (Palmas.) Houve...

**O SR. GIL DINIZ - PL** - Mas qual denúncia que V. Exa. tem? Porque perguntaram para o senhor aqui sobre exemplos e o senhor não deu nenhum exemplo desses de que policiais do Corpo de Bombeiros socorreram indivíduos alio, em confronto com os policiais mortos, que foram colocados em viaturas do Corpo de Bombeiros. E, salvo engano aqui, Corpo de Bombeiros é uma das instituições em São Paulo e no Brasil que mais goza de credibilidade no povo paulista.

Então eu acredito que seja uma acusação forte e que esses bombeiros estejam respondendo, que a ouvidoria tenha representado esses bombeiros, Ministério Público, na justiça, por usarem de suas viaturas para colocar corpos e inviabilizar a investigação da Polícia Técnico-Científica. Tem algum relato nesse sentido? Tem alguma denúncia contra esses bombeiros nesse sentido? Vossa Excelência poderia aqui nos dar algum exemplo?

**O SR. CLÁUDIO APARECIDO DA SILVA** - Tem denúncias de casos que as pessoas morreram, foram mortas, ou dentro das suas casas ou nas imediações das suas casas e que elas foram, sim, socorridas mortas. Denúncias, inclusive, de testemunhas do local e denúncias de familiares. Essas denúncias existem. Eu tenho áudio disso, porque

nessas missões que a gente tem ido, deputado, a gente tem feito o que a gente chama de “escuta qualificada”.

E é lógico que eu não posso apresentar o áudio para V. Exa. aqui, vez que essas pessoas pediram sigilo das suas identidades. Mas eu tenho registros de que essas pessoas disseram que as vítimas estão sendo socorridas. E existem muitos casos registrados em boletim de ocorrência de que está havendo a dispensa do laudo de local, que é um instrumento fundamental para determinar a realidade dos fatos ali daquela ocorrência. Então isso está acontecendo sim.

E aí a gente tem feito, a gente tem se manifestado com base nessas denúncias. A ouvidoria não cria denúncia, a ouvidoria não cria nada. Chega denúncias... Inclusive, o senhor pode observar que a operação “Escudo” foi deflagrada no dia 28 de julho, numa sexta-feira, a ouvidoria só foi se manifestar lá no domingo, que se eu não me engano era dia 30. Quer dizer, até o momento, a ouvidoria não havia sido provocada, e a ouvidoria não foi atrás da denúncia, a denúncia chegou à ouvidoria. Eu tenho registros de que essas denúncias chegaram à ouvidoria. Então chegou a denúncia...

**O SR. GIL DINIZ - PL** - Mas algum policial responde por isso? Algum policial, nesse momento, algum policial militar do Corpo de Bombeiros está respondendo por isso?

**O SR. CLÁUDIO APARECIDO DA SILVA** - Excelência, sinceramente, eu não consigo te dizer, porque eu não tenho recebido...

**O SR. GIL DINIZ - PL** - É porque a sua afirmação, Cláudio, é gravíssima. A sua afirmação, quando você disse que reitera tudo isso que você disse, é gravíssima contra esses profissionais da Polícia Militar, especificamente do Corpo de Bombeiros. Eu acabei de dar vários dados aqui.

**O SR. CLÁUDIO APARECIDO DA SILVA** - Sabe por quê?

**O SR. GIL DINIZ - PL** - Não, só para eu finalizar. Eu acabei de dar vários dados aqui sobre apreensão de drogas, toneladas de drogas que seriam exportadas para a Europa ou que seriam distribuídas no litoral, aqui no estado de São Paulo, que estariam intoxicando aqui nossas crianças, nossos adolescentes. O povo de São Paulo. Tonelada,

quase tonelada de drogas foi retirada das ruas, armas ilegais, procurados pela justiça que esculhambam aqui a população de bem diariamente, e V. Exa. diz: “Essa operação tem que acabar”.

Vossa Excelência vem a público e diz: “Viaturas do Corpo de Bombeiros estão recebendo corpos já sem vida” e V. Exa. diz aqui: “Olha, eu desconheço denúncia contra... Eu desconheço bombeiros que estejam respondendo por isso”. A afirmação de V. Exa. é gravíssima, e a gente precisa apurar.

**O SR. CLÁUDIO APARECIDO DA SILVA - Excelência.**

**O SR. GIL DINIZ - PL -** A gente precisa apurar isso. Para finalizar aqui, ouvidor, eu acho muito temerário porque assim, quando V. Exa. diz isso, afirma isso e já acusando os profissionais de segurança pública, Vossa Excelência... A orientação da Ouvidoria é que, tendo conflito com marginais ou não, se a Polícia Militar atingir esse bandido, é para deixar sangrar até morrer no local? Não é para levar para o PS?

É para deixar ali esse marginal ou essa pessoa que ali por um acaso tenha sido alvejada, é para deixar sangrar até morrer? É essa a orientação da ouvidoria? Porque, pelo que eu entendi aqui, se o policial socorrer ele vai ser acusado de carregar o corpo morto para o hospital. Se, por acaso, ele deixar ali e não socorrer, ele vai ser acusado de negligência, de deixar ali esse cidadão vir à óbito sem a mínima prestação de socorro.

**O SR. CONTE LOPES - PL -** Um aparte, um aparte.

**O SR. GIL DINIZ - PL -** Claro.

**O SR. CONTE LOPES - PL -** Só para colocar que a Polícia Militar não socorre mais por ordem de um secretário da época do anterior. Quem socorre é o Samu, a polícia preserva o local e nem bombeiro, quem socorre é o Samu. No meu modo de ver, não é a Polícia Militar que socorre ninguém, está proibido.

**O SR. GIL DINIZ - PL -** Só para finalizar, presidente, aqui, eu respeito o Cláudio. Ele trabalhava aqui na Assembleia Legislativa, no primeiro mandato nós tivemos muito contato, mas discordo das suas falas. Discordo da atuação que a ouvidoria tem feito e defendo, sim, defendi e defendo o projeto do deputado Frederico d’Ávila que acabava

com a Ouvidoria da Polícia. E novamente, Cláudio, acho que V. Sa. no posto que está deveria ter um pouco mais de responsabilidade nesse sentido porque V. Sa. acaba criminalizando esses policiais antes mesmo do julgamento, antes mesmo do inquérito.

Eu perguntei aqui, antes mesmo. Li aqui as aspas, até acreditava que o jornalista poderia ter colocado aqui palavras na sua boca, teria colocado, mas não, V. Sa. reafirmou tudo aquilo que foi dito nos jornais. Então fica muito difícil defender a atuação da ouvidoria, já que V. Sa. no exercício do seu mandato, à frente da ouvidoria, acusa esses profissionais de segurança pública como eu afirmei aqui agora, coloquei aqui agora, esses bombeiros de estarem utilizando as suas viaturas para cometer crimes. Então isso é muito difícil.

Estive em todos os velórios dos policiais militares. Não vi V. Sa. lá. Não no do Patrick, agora do Cosmo também. Vossa Senhoria falou sobre o uso das câmeras, eu discordo do uso da câmera, essa câmera não tem protegido os nossos policiais. O Patrick morreu com a câmera no peito, ele nem viu de onde veio a bala. Ele nem viu de onde veio, nem viu.

Policiais. Policiais. A última ocorrência em que um policial filma, deputado Major Mecca, a sua execução, na fração de segundo que ele pensa ali se ele atira ou não naquele marginal, ele morre, e nós fomos lá no velório dele entregar a bandeira nacional para a sua viúva. Vossa Excelência é de quebrada também, eu cresci também na periferia de São Paulo. Que trabalhador, que trabalhador vai mostrar para o policial onde é a biqueira ou vai mostrar para o policial onde o marginal, com a moto roubada, está lá com o produto do seu crime, sendo que ele está sendo filmado.

Essa câmera não está protegendo nem a população que mora ali na favela, que é esculachada e esculhambada por esses marginais. Morei por muito tempo na favela, Mecca, e tinha um vagabundo, ladrão de moto, que todo dia saindo para o correio, para entregar carta, ele voltava com uma moto roubada. Ele desmontava as motos na viela, Conte Lopes. Desmontava as motos ali e eu tinha que sair desviando com meus filhos para levá-los para a escola, desviando daquilo que eu sabia que era um produto de crime.

Como que eu vou mostrar para o policial onde que aquele bandido está sendo que, depois, V. Sa. vai requisitar essa câmera e vai ter lá eu apontando para o marginal, vagabundo, bandido ali? Como que vai ter? Vou ser expulso da favela, se não me matarem, se não executarem o meu filho. Fora que isso não tem evitado, isso não tem evitado... Vossa Senhoria colocou aqui, nos batalhões que foram implementadas as câmeras, diminuíram os confrontos.

É óbvio, deputado Conte Lopes, é claro que ia diminuir. Obviamente ia diminuir, não porque a câmera está segurando a integridade física do policial. É porque o policial está evitando confronto porque sabe que falas como essa de V. Sa. vão os condenar antes do julgamento. Porque a imagem vai sair no “Fantástico” e eles não vão ter direito à defesa, não vão ter 50, 60, 70.000 reais para pagar para o advogado em tribunal de júri. Eles já saem da operação condenados. Eles não têm nem direito à presunção de inocência.

Como eu disse aqui, V. Exa. acabou de acusar bombeiros e acabou de dizer que desconhece qualquer denúncia contra bombeiros. Finalizo aqui, presidente, já passei do meu tempo, agradeço mais uma vez aqui a paciência dos outros deputados, obrigado.

**O SR. CLÁUDIO APARECIDO DA SILVA** - Excelência, mais uma vez manifestar meu respeito por V. Exa. e meu respeito pelos seus posicionamentos. Se tem uma coisa que eu aprendi nessa minha longa trajetória, seja partidária, de militante de movimento social, ou seja de atuação nessa Casa, foi respeitar os deputados. Mas eu tenho que discordar de V. Exa. em relação a algumas questões.

Primeiro, assim, o pedido para que se cesse a operação não se dá em razão de que não deve haver a operação. Ele se dá em razão de que se deve cessar as mortes. A gente quer que pare as mortes. A Ouvidoria da Polícia nunca, jamais, vai deslegitimar a atividade policial. A atividade policial é fundamental, é importantíssima. A polícia nos defende. Sem a polícia, nós já vivenciamos em vários lugares do Brasil greve de Polícia Militar, é o caos. Aumentam todos os índices vertiginosamente.

A gente sabe que não dá para viver sem a polícia, a gente já sabe. A gente já está ciente disso. O que a gente quer é que a polícia atue da melhor forma possível, da melhor forma que consiga acolher as pessoas, que consigam respeitar a cidadania das pessoas. Em relação às prisões que foram feitas no âmbito da operação “Escudo” e da operação “Verão”, nós já emitimos pedidos dos boletins de ocorrência. Nós não recebemos resposta.

Porque a gente quer analisar a qualidade da prisão também. A gente acha que é importante prender o criminoso, o cara que está cometendo crime, o cara que está colocando as nossas crianças, as nossas famílias, submetendo-as a conviver com aquela situação de criminalidade de drogadição etc. A gente acha que essa pessoa tem que ser submetida às leis, submetida ao crivo legal. Ela tem que ser entregue para o juiz e o juiz determinar o quê que ela tem que fazer com base na nossa legislação. A gente também defende isso.

O que a gente não quer é que essa pessoa morra, o que a gente não quer é que o policial morra. O que a gente não quer é que as pessoas sejam criminalizadas por morarem em locais de extrema pobreza. Isso é o que a gente não quer, então para a gente é importante também analisar. Nós também temos informação de estudo da Defensoria Pública que boa parte das pessoas que foram presas nesse número muito grande que o senhor citou aqui, são pessoas que já estavam com pedido de prisão revogados, e não tinham sido baixados no sistema.

São pessoas, algo em torno de 30% dessas pessoas, são pessoas que foram presas por pensão alimentícia e outros casos. Nem tudo que está ali são crimes cometidos. Mas a gente insiste em pedir para a Secretaria de Segurança Pública cópia de todos os boletins de ocorrência de prisão porque a gente quer fazer essa análise. Eu tenho uma pessoa na ouvidoria muito competente que vai analisar a qualidade das prisões, se o secretário da Segurança Pública ou a Polícia Civil disponibilizar os boletins de ocorrência para a gente.

Então assim, eu, em nenhum momento, acusei nenhum policial. Não é o meu papel. Eu não posso fazer isso, eu sei disso, eu não acusei nenhum policial bombeiro, nenhum policial militar, eu não acusei. O que eu recebo são denúncias, as minhas manifestações são todas em cima de denúncias que a gente recebe e muitas dessas denúncias vêm acompanhadas de evidências.

Hoje mesmo, vindo para cá, eu recebi uma denúncia de um jornalista do “G1”. Ele falou: “Olha, a polícia está em operação na Baixada Santista e as pessoas estão reclamando da agressividade” e me mandou um vídeo de uma pessoa falando: “Filma.” Uma senhora, uma senhora de 80 anos, aproximadamente, visualmente olhando, uma senhora de 80 anos falando: “Filma, filma que eles estão nos agredindo, pode filmar.” É isso que essa senhora afirmava no vídeo. Eu não posso desconsiderar isso.

Eu não posso, na condição, investido do cargo que eu estou, desconsiderar isso, Vossa Excelência. Infelizmente eu não posso fazer isso. Então, todos os casos que chegam lá, eu encaminho para a devida apuração, seja das corregedorias, seja do Ministério Público. Mas as manifestações que são feitas, eu sou questionado sobre o que tem chegado. Quando me questionam, eu falo o quê que tem chegado.

Eu defendo sim a suspensão da operação ou o fim da operação porque eu acho que a gente pode mais. Eu acredito na nossa polícia. Eu acredito na capacidade de inteligência dessa polícia. Vejam só, morreram 70 pessoas nas duas operações, nenhuma das 70 pessoas que morreram nas duas operações, ou se tiver uma ou outra, mas eu ousou dizer

que 90% dessas pessoas não estavam envolvidas diretamente na morte dos policiais. Não estavam. Tem pessoas que morreram recebendo seguro-desemprego.

**O SR. GIL DINIZ - PL** - Então não foi vingança.

**O SR. CLÁUDIO APARECIDO DA SILVA** - Vossa Excelência sabia que tem pessoas que tinham sim passagem criminal e que morreram recebendo seguro-desemprego? Vossa Excelência viu o caso do Felipe, lá da praia, que trabalhava fora da temporada? Porque a operação “Escudo” foi deflagrada no inverno.

Ele trabalhava fora da temporada no quiosque porque ele era o melhor funcionário, relato do patrão dele. Vossa Excelência sabia que tem uma pessoa que foi vítima que está sendo acusada de ter trocado tiro com a polícia que não tinha o movimento das mãos? Porque era cabelereiro, caiu um espelho em cima da mão dele, ele perdeu os ligamentos da mão.

Então eu não posso ignorar essas mensagens, eu tenho o áudio aqui, eu posso mostrar para o senhor ouvir, de uma mãe falando comigo. “Meu filho foi morto a tiros, mas ele tomou uma facada”.

**O SR. CONTE LOPES - PL** - Toda mãe fala isso.

**O SR. CLÁUDIO APARECIDO DA SILVA** - Eu ignoro isso? Eu ignoro isso? Que uma pessoa que morreu numa suposta troca de tiros com a polícia tomou uma facada? Existe no arsenal da Polícia Militar alguma arma que lança faca? Não existe, Excelência. Então eu não posso simplesmente ignorar. Eu concordo com V. Exa., deputado Conte Lopes... (Vozes Sobrepostas.)

**O SR. GIL DINIZ - PL** - A facada foi do policial? Segundo essa mãe, a facada foi do policial?

**O SR. SIMÃO PEDRO - PT** - Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. CONTE LOPES - PL** - Permita-me, estão debatendo coisas aí muito particulares que vão ser julgadas num inquérito (Vozes Sobrepostas.) Não é... Cada um acha uma coisa, eu também posso dizer um monte de coisa.

**O SR. SIMÃO PEDRO - PT** - Pela ordem, Sr. Presidente. Para garantir que o nosso (Vozes Sobrepostas.) possa concluir as respostas.

**O SR. CONTE LOPES - PL** - (Vozes Sobrepostas.) que vai dizer...

**O SR. CLÁUDIO APARECIDO DA SILVA** - É que eu preciso responder, Excelência. Eu preciso responder para o nobre deputado Gil Diniz ter pelo menos uma noção do ponto de vista ao qual eu me posiciono sobre os casos.

**O SR. CONTE LOPES - PL** - Mas V. Exa. está dando uma colocação que V. Exa. não sabe se na Justiça o cara com mão ou sem mão vai ser condenado ou não, ou o policial que o matou. A justiça (Vozes Sobrepostas.)

**O SR. CLÁUDIO APARECIDO DA SILVA** - Concordo plenamente.

**A SRA. BETH SAHÃO - PT** - Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. CONTE LOPES - PL** - Aqui está PT e direita e esquerda, um defende e o outro acusa.

**A SRA. BETH SAHÃO - PT** - Pela ordem, Sr. Presidente. (Vozes Sobrepostas.) Pela ordem, Sr. Presidente. Apenas para dialogar com o deputado Conte Lopes. Deputado, ele está respondendo. As respostas dele são pertinentes às perguntas do deputado Gil.

**O SR. CONTE LOPES - PL** - Então eu entendo, eu entendo. Só que não vai acabar nunca isso aí.

**A SRA. BETH SAHÃO - PT** - Mas ele está respondendo. Mas deputado Conte Lopes, querido, ele está respondendo. Ele tem que fazer ilustrações. Como é que ele vai dar veracidade àquilo que ele está falando se ele não traz os exemplos que ele vivenciou, as denúncias que ele está recebendo, acho que é o mínimo.

**O SR. PRESIDENTE - EDUARDO SUPLICY - PT** - Permita, deputada Beth. Deputado Conte Lopes, V. Exa. está inscrito, mas agora vamos passar a palavra ao inscrito...

**O SR. CLÁUDIO APARECIDO DA SILVA** - Mas eu posso concluir? Rapidamente, só para falar dos bombeiros. Os bombeiros de fato são uma categoria muito respeitada e muito valorizada por todos nós que estamos aqui, por toda a sociedade paulista e paulistana, e eu também os respeito muito. Eu, em momento algum, fiz nenhuma acusação contra bombeiro. Eu não faço acusação, Excelência, está fora das minhas condições na investidura do cargo que eu estou.

Eu recebo as denúncias, e encaminho as denúncias. Outro dia saiu uma matéria num veículo de grande circulação em São Paulo que tinha lá áudios, aliás, tinha gravações de profissionais do Samu dizendo que eles estavam sendo obrigados a socorrer mortos. Não sou eu quem estou dizendo, são os próprios profissionais que estão dizendo. Então, eu estou falando isso, Excelência, não é nem para confrontar a posição de V. Exa., eu estou falando isso para dizer o seguinte: eu sou provocado a agir.

E aí eu vou tomando as medidas que são necessárias serem tomadas em razão do cargo ao qual eu estou investido. Agora, como bem disse aqui o nobre deputado Conte Lopes, os órgãos correcionais atuarão, a justiça atuará, e ao fim a gente vai saber se efetivamente os fatos são verídicos, os fatos noticiados para a ouvidoria são verídicos, ou não são verídicos. É lógico que a gente sonha que todos esses fatos sejam analisados considerando todas as possibilidades de provas que existam, inclusive os laudos periciais que em muitos casos estão sendo dispensados.

**O SR. PRESIDENTE - EDUARDO SUPLICY - PT** - Muito bem. Agora, Major Mecca está inscrito, por favor. Tenha a palavra.

**O SR. MAJOR MECCA - PL** - Muito obrigado, presidente. Sr. Ouvidor, eu queria, antes de começar, fazer uma pergunta direta ao senhor. O senhor analisa como sensato eu afirmar que a ouvidoria do senhor trabalha sob influência e orientação do crime organizado? O senhor acha sensato eu fazer essa afirmação?

**O SR. CLÁUDIO APARECIDO DA SILVA** - Não senhor.

**O SR. MAJOR MECCA - PL** - Logo o senhor não pode afirmar que nas ocorrências dessas operações houve fraude processual. Nós, policiais, eu quero que fique bem claro aqui porque eu sou policial, eu estou deputado, trabalhei 31 anos nas ruas defendendo o povo de São Paulo. Nós temos um compromisso com a defesa da vida e com a dignidade da pessoa humana, e nós reforçamos esse compromisso em todos os inícios de nossos turnos de trabalho.

O senhor pode ter toda a certeza de que os nossos órgãos correcionais apurarão, com extremo rigor, todas essas denúncias. Porque, se há uma instituição onde a corregedoria trabalha com muita seriedade, é a Polícia Militar do Estado de São Paulo. Inclusive, o senhor citou questões aí de policiais que foram mandados embora injustamente. Talvez seja por essa rigidez. E digo ao senhor, o senhor pode ter certeza de que nenhum policial foi mandado embora por não ter pedido autorização para se casar porque isso não existe mais na polícia há muitos anos.

Agora, me causa muita estranheza nenhum dos deputados de esquerda citar aqui o crime organizado. O que é o subjuço do crime organizado às comunidades nas periferias? Eu também cresci na periferia, todo policial cresceu e foi criado na periferia e mora na periferia. Nenhum dos senhores citaram o que é o “tribunal do crime” do Primeiro Comando da Capital, que executa um jovem e a mãe nem ao menos tem o direito de saber onde esse jovem foi enterrado. E a esposa mal pode se manifestar na fila da cadeia quando ela vai visitar o outro filho, porque isso é coisa do partido e ninguém pode nem tocar no assunto.

Então, Sras. e Srs. Deputados, a todos que nos ouvem, o que os nossos policiais bravamente, corajosamente vêm fazendo hoje, é procurar libertar o povo de São Paulo da escravidão moderna. Aquela pessoa que perde o seu filho para o tráfico de drogas, logo aos oito, nove anos para ser aviãozinho e trabalhar para o tráfico.

Aquele criminoso que pratica o domínio territorial, porque para esses integrantes do crime organizado é interessante que não se tenha educação para os jovens e para as crianças, porque eles precisam de mão de obra para que eles possam desfilarem com iates, com carros importados.

Promover o tráfico de armas, como é comum. Helicópteros da polícia, durante o turno de serviço, serem alvejados por tiros. O que nós fazemos hoje, o que o governador Tarcísio de Freitas junto com o secretário de Segurança Pública, Guilherme Derrite, coronel Cássio, comandante-geral, Dr. Artur Dian, ouvidor, é justamente libertar o cidadão de bem, o povo, dessa escravidão que foi imposta por criminosos.

E nós sabemos, todos nós acompanhamos, se nós entrarmos em redes sociais, tem traficantes que hoje fazem palestras e falam que ingressaram na polícia por ordem do crime, para que pudessem, através da farda, ter facilitado o transporte de drogas e de armas. Foi expulso da corporação. Esses nunca falarão bem da nossa instituição, que é uma instituição que prega o respeito ao próximo, como o senhor falou de um dos nossos lemas na polícia.

Quando nós fazemos uma abordagem, ou nós prendemos um bandido, ou nós fazemos um amigo. E eu tenho muitos amigos na favela. Muitas famílias que confiam em mim, no meu trabalho, e confiam na Polícia Militar do Estado de São Paulo. Confiam na Polícia Civil. Não podem manifestar esse apoio, não podem manifestar essa amizade porque tem a sua segurança comprometida por criminosos que os subjagam.

Até mesmo durante o nosso trabalho parlamentar. Se vocês forem na escola Heckel Tavares, no Jardim Helena, é com emenda minha a quadra que nós fizemos naquela escola, dentro de uma comunidade. E eu fui até lá. Recebi de uma criança jovem a minha imagem desenhada a lápis. E recebi esse presente com muito orgulho, porque sei que é um presente sincero de uma criança que sofre com a falta da educação pelas políticas públicas desprezadas no Estado de São Paulo nos últimos 30 anos, por quem governou esse estado, que abandonou o povo, abandonou a polícia, a saúde, a educação.

E hoje nós procuramos fazer o melhor para o povo. Mas digo ao senhor, ouvidor, não é um trabalho simples, não é um trabalho fácil. Porque quando o senhor diz “cessar as mortes”, se dependesse de nós policiais, fazíamos nesse instante. Mas não depende de nós, deputado Simão Pedro. Porque depende do criminoso que decide e resolve colocar uma arma na cintura, roubar um cidadão de bem, praticar um latrocínio, traficar, estuprar, e quando se deparar com um policial, efetuar um disparo, e o policial precisa se defender.

É legítima a defesa do policial e ele defender a sociedade. Não depende de nós. Faríamos, o senhor pode ter certeza, faríamos nesse instante ou já teríamos feito há muito tempo, porque um policial, quando troca tiros, ele não tem tempo hábil para saber se é um adolescente, se é um jovem, se é uma pessoa mais velha. Se é um branco, se é um negro. Não dá tempo para nada. E eu falo isso para os senhores porque eu já troquei tiro nas ruas de São Paulo, já fui agredido a tiros.

E bate sim a tristeza no coração de um policial quando ele vê que estava com uma arma na mão um adolescente, um jovem. E o senhor tenha certeza de que muitos policiais hoje, por não ter o tratamento adequado nesses últimos 30 anos, em relação a essa

estressante atividade, não só física como psicologicamente, têm problemas. Porque não é fácil para um ser humano lidar com esse tipo de situação.

Eu, ouvidor, já fui denunciado por fraude processual, eu e os policiais que estavam comigo, e nós nem tínhamos estado naquele local, mas fomos denunciados. O senhor sabe por quê? Por conta de influência ideológica na política. E era bem mais fácil apontar para o policial e denunciá-lo, mesmo que injustamente. Mas, com as bençãos de Deus, nós fomos absolvidos. Tive que pagar advogado do meu bolso. Respondemos injustamente.

É por isso, ouvidor, que eu não acredito ser justo acusar que houve fraude processual. Se o senhor é ouvidor, o senhor deve sim ouvir e encaminhar para os órgãos correccionais, para a Polícia Militar. E o senhor tenha certeza de que, quando uma pessoa não se dirige a um quartel da Polícia Militar porque tem medo, é porque ela sofreu uma forte influência de demonização das polícias, porque nós recebemos com muito respeito, com muita satisfação qualquer membro da comunidade. Como eu sempre recebi quando eu comande a Companhia do 16º ao lado do Paraisópolis.

Nós recebíamos moradores, recebi cartas. Tive a honra, deputada Leci Brandão, de uma senhora de idade apertar a minha mão e agradecer pelo trabalho que nós policiais militares fazíamos dentro do Paraisópolis. Mas ela não podia externar publicamente esse agradecimento. Fica aqui registrado também, Sr. Ouvidor, quando o senhor se dirigiu ao policial que ele deve ser um ser pensante.

Os nossos policiais militares compõem uma categoria onde tem os maiores seres pensantes, operadores de segurança pública, os maiores estrategistas de segurança pública. Os nossos soldados, com a sua experiência policial, dentro de uma equipe, muitas vezes tomei decisões ali cerceadas no que o soldado me orientou. Eu, comandante, o soldado sempre me orientou: “Comandante, vamos fazer de tal forma porque essa área é extremamente perigosa. Faça dessa forma, faça de outra”.

Nossos policiais são seres pensantes, sim. Sou contra a desmilitarização porque em qualquer instituição a disciplina e a hierarquia é a base de tudo, até dentro da nossa família. O filho tem que respeitar os pais, tem que respeitar os avós, os tios, as pessoas mais velhas. Eu aprendi com meu pai, integrante da força pública, se você estiver no transporte público, no ônibus, e uma senhora estiver em pé, você ofereça o seu lugar para essa senhora, porque é um sinal de respeito que você deve aos mais velhos.

Por isso que defendo, sim, defendo a Polícia Militar, defendo a escola cívico-militar, para que o pai que também pense da maneira como eu penso possa ter essa opção para o seu filho. Então, ouvidor, fica aqui disponibilizado ao senhor a Comissão de

Segurança Pública, para que o senhor, para que toda a sua equipe, para que todos aqui conheçam quem são os policiais militares do Estado de São Paulo, quem são os policiais civis. Pessoas dignas, honradas, mas que sofreram muito por ideologia política nesse País.

Sofreram muito com falsas acusações, e hoje nós só procuramos fazer o melhor para o povo de São Paulo. E os nossos policiais nunca desistiram de serem sentinelas do nosso estado para proteger ao cidadão de bem. Só esse ano, oito policiais militares foram executados. No ano passado, 31 policiais militares foram executados. E é triste nós entregarmos a uma mãe, a uma esposa, uma bandeira nacional dobrada. Uma farda manchada de sangue. Mas nós não arredamos o pé de defender o povo de São Paulo porque esse é o nosso juramento.

A nossa comissão está à disposição do senhor para que todos os senhores saibam quem são esses heróis que vestem a farda cinza-bandeirante. Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE - EDUARDO SUPPLY - PT** - Muito obrigado, Major Mecca. Nessa comissão também o senhor tem toda a liberdade de expressão e de expor o seu ponto de vista. O senhor quer responder um pouco?

**O SR. CLÁUDIO APARECIDO DA SILVA** - Vou ser objetivo, que V. Exa. só fez uma pergunta inicialmente, mas eu quero dizer à V. Exa. que o que a ouvidoria persegue, nessa gestão que termina, o meu mandato termina dia 24 de dezembro, é sempre a justiça. Eu não fiz nenhuma afirmação de que houve fraude processual. O que eu afirmei aqui é que a solução do inquérito disse que houve fraude processual.

A solução baseada nas provas e evidências colhidas em relação àquele inquérito. E em muitos outros casos têm acontecido isso: solução de inquérito determinando que houve fraude processual. E por que eu repeti isso aqui? Porque eu respeito o trabalho da polícia, especialmente da Polícia Civil, a quem cabe o poder de Polícia Judiciária e investigação.

Eu concordo com V. Exa. que a gente vive em ambiente - eu falo "a gente" porque eu moro na favela, eu moro em favela - em ambientes que têm uma presença muito forte do crime, especialmente do crime organizado.

Mas é importante dizer que o crime organizado também existe em áreas que não são periféricas, e nessas áreas a gente não vê uma atuação policial no mesmo tom que se dá nesses locais mais periféricos. A gente sabe que tem muita, por ser organizado, pelo

crime ser organizado, ele não se organiza apenas na periferia, ele se organiza em outros lugares.

Eu, quando virei ouvidor da polícia, eu ouvi muitas ilações, especialmente de policiais, dizendo que é o ouvidor do PCC. Teve deputado que postou isso, deputado que postou que o ouvidor tinha relação com o PCC. Eu nunca atuei em atividade criminosa, deputado. Nunca, jamais, atuei em atividade criminosa. E eu tenho certeza absoluta de que eu fui conduzido a esse espaço que eu estou hoje por respeitar os direitos humanos, por respeitar e ter lealdade com princípios do Estado Democrático de Direito, fundamentais.

E eu tenho certeza absoluta, e eu sou daqueles defensores de direitos humanos que não seleciona as vidas que precisam ser defendidas. Eu também defendo a vida do policial militar. Eu também defendo. No ano passado, Major, permita-me uma correção, muito humildemente, o ano passado morreram nove policiais em confronto, e 31 de suicídio, segundo dado da própria Secretaria de Segurança Pública, que eu acho que é maior, não tenho certeza. Trinta e um de suicídio.

Qual é o maior problema para a garantia da vida dos policiais? O suicídio ou o confronto? Talvez o senhor me responda que os dois são um grande problema, só que eu não percebo por parte da Secretaria de Segurança Pública um movimento de enfrentamento à política de suicídio, às mortes por suicídio. Eu, na condição de ouvidor de polícia, preocupado com a vida do policial militar e do policial civil, porque na Polícia Civil, se o senhor for analisar percentualmente, na Polícia Civil o problema do suicídio e do adoecimento mental é muito maior do que na Polícia Militar, se considerar o tamanho das duas tropas.

Nós sugerimos um grupo de trabalho para a gente construir uma política de saúde mental integral das nossas tropas. Até o momento nós não tivemos respostas, nós estamos preocupados. Eu tenho certeza absoluta, como bem disse o senhor aqui, que a polícia é fundamental. Ela é tão fundamental que nos últimos dez anos ela atuou em 30.000 partos. São uma base, basicamente, deputada Ediane, são 3.000 partos por ano que a polícia atua. A polícia é relevante, é importante.

Agora, a gente precisa da melhor polícia. Nós estamos no maior estado, no principal estado da Nação, no mais rico, no mais poderoso. Nós temos a polícia mais estruturada. Por que não defender que essa polícia faça o melhor trabalho para ser exemplo para o País? Então o que eu tenho defendido é isso. Eu não quero que um policial gaste 50 mil

reais se defendendo de uma acusação como o senhor teve que se defender de uma acusação indevida. Eu não quero que isso aconteça.

É por isso que eu acho que ele tem que ter a câmara corporal, que é um instrumento fundamental de defesa dele, de segurança jurídica e de economicidade judicial. A câmara não vai deixar o inquérito tramitar 90, 120 dias. Quando a câmara chegar lá vai ter solução para o inquérito, para a apuração preliminar, para o inquérito policial militar imediatamente. Então é por isso que eu defendo.

E eu acho que a nossa polícia ganha muito mal. Muito mal. O soldado de segunda classe ganha 4.000 reais. Quatro mil reais, não dá para sobreviver, deputado. É muito pouco. Isso...

**O SR. LUCAS BOVE - PL** - Pela ordem, presidente. Pela ordem. Não foi questionado sobre o salário dos policiais, gostaria que você ativesse às perguntas do inquirido para que nós possamos dar andamento. Tem muitos outros deputados para falar, a sessão vai ser suspensa daqui a pouco, com todo respeito ao Sr. Cláudio.

**A SRA. EDIANE MARIA - PSOL** - Mas eu acho importante trazer esse ponto, viu?

**O SR. LUCAS BOVE - PL** - Dada a sua vez, a senhora pergunta, então, sobre o salário, não foi questionado pelo deputado Major Mecca. Gostaria só que fosse só respeitada as perguntas.

**A SRA. EDIANE MARIA - PSOL** - Então, mas também não foi perguntado para o senhor a opinião. Inclusive o deputado Mecca está ouvindo aqui atentamente e anotando os pontos.

**O SR. LUCAS BOVE - PL** - Deputada, eu pedi a palavra e o presidente me deu. Se a senhora quiser, a senhora peça a palavra depois de mim. Só peço que não me interrompa para mantermos a... Vai continuar me interrompendo, tudo bem.

**A SRA. EDIANE MARIA - PSOL** - O senhor está intervindo aqui na comissão, eu também vou falar.

**O SR. LUCAS BOVE - PL** - Eu pedi a palavra. Tem um Regimento, deputada. Obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE - EDUARDO SUPPLY - PT** - Perdão, porque ele vai concluir agora. Mas só para informar que é importante que ele tenha liberdade de expressão para poder justificar as suas palavras.

**O SR. CLÁUDIO APARECIDO DA SILVA** - Para concluir, Excelência... Para concluir, especialmente o deputado Lucas Bove, por que eu tenho falado sobre isso? Porque assim, em muitos aspectos e em muitas intervenções a gente percebe que existe uma fama de que a ouvidoria é contra a polícia, e não é isso. A ouvidoria não pode ser contra a polícia, porque se a polícia deixar de existir, não tem razão de existir a ouvidoria. Defender o fim da ouvidoria é ir em contramão à toda a atualização legal que a gente está tendo. O Susp prevê ouvidoria.

Você desconecta a política do Estado com a política nacional. Cada vez mais, o governo federal é cobrado sobre suas responsabilidades em relação à política de segurança pública. Desconectar não é um caminho. A gente precisa das ouvidorias exatamente para poder garantir que as pessoas tenham as suas cidadanias respeitadas.

Então eu estava falando sobre salários porque eu quero deixar claro, essa gestão da ouvidoria valoriza a Polícia Militar, valoriza a Polícia Civil, valoriza a Polícia Científica. A ouvidoria não é contra, não tem razão de ser, não tem sentido ser contra a polícia. O que a gente quer é que a gente tenha a melhor polícia porque nós estamos no maior estado. Se nós temos o melhor parlamento, nós temos os melhores equipamentos públicos, por que não ter a melhor polícia do Brasil.

**O SR. PRESIDENTE - EDUARDO SUPPLY - PT** - Muito bem.

**O SR. MAJOR MECCA - PL** - Ouvidor, Sr. Presidente, só para responder, rapidamente...

**O SR. SIMÃO PEDRO - PT** - Pela ordem, Sr. Presidente, só para o senhor informar qual é a ordem dos inscritos.

**O SR. PRESIDENTE - EDUARDO SUPLICY - PT** - Agora teremos o Delegado Olim, Carlão Pignatari, Lucas Bove, Professora Bebel, Monica do Movimento Pretas, Simão Pedro, Conte Lopes, Ediane Maria e Jorge do Carmo são os inscritos.

**O SR. MAJOR MECCA - PL** - Sr. Ouvidor, Presidente só para que eu possa complementar que o ouvidor citou a questão do suicídio. Os governos anteriores nunca tinham adotado iniciativa alguma para proteger os nossos policiais em relação a esse mal que assola de forma muito impactante as nossas polícias até hoje.

Nesse governo foi contratado psicólogos, inclusive os policiais têm a opção de entrar, através de um app, não precisa comunicar o seu superior de que vai fazer isso. Caso ele se sinta constrangido, ele pode diretamente no app fazer uma consulta, seja através da tele consulta ou fazer uma consulta pessoalmente com o psicólogo.

**O SR. PRESIDENTE - EDUARDO SUPLICY - PT** - Está bem.

**O SR. MAJOR MECCA - PL** - É o início de um trabalho que está sendo feito. E o senhor citou a questão das operações nas comunidades. Eu já participei, se o senhor quiser eu mostro para o senhor inúmeras operações da polícia em condomínios fechados, em condomínios de luxo para prender integrantes do crime organizado. Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE - EDUARDO SUPLICY - PT** - Está bem. Obrigado Major Mecca. Agora, Delegado Olim tem a palavra, faz favor.

**O SR. DELEGADO OLIM - PP** - Muito obrigado, Sr. Presidente. Aliás, parabéns pela condução dos trabalhos. Sr. Ouvidor, eu vou fazer três perguntas e queria que o senhor respondesse, e depois eu vou fazer a outra pergunta para o senhor. Primeiramente, a sua formação é advogado?

**O SR. CLÁUDIO APARECIDO DA SILVA** - Não, senhor. Sou professor.

**O SR. DELEGADO OLIM - PP** - Professor?

**O SR. CLÁUDIO APARECIDO DA SILVA** - Sou professor de educação física.

**O SR. DELEGADO OLIM - PP** - Está bom. Sr. Ouvidor, professor Cláudio, primeiramente eu queria saber a faixa salarial dos seus assessores que trabalham com Vossa Excelência.

**O SR. CLÁUDIO APARECIDO DA SILVA** - A ouvidoria tem 15 assessores, todos são cargos comissionados a direito do ouvidor.

**O SR. DELEGADO OLIM - PP** - Faixa de salário.

**O SR. CLÁUDIO APARECIDO DA SILVA** - Então nós temos cinco cargos, assessor de ouvidoria, dois, que a faixa salarial...

**O SR. DELEGADO OLIM - PP** - Só a faixa, não precisa me dar os... Mais ou menos.

**O SR. CLÁUDIO APARECIDO DA SILVA** - Líquida? Líquida, R\$4.500,00.

**O SR. DELEGADO OLIM - PP** - Não, eu quero bruto.

**O SR. CLÁUDIO APARECIDO DA SILVA** - Bruto R\$6.000,00.

**O SR. DELEGADO OLIM - PP** - Seis mil?

**O SR. CLÁUDIO APARECIDO DA SILVA** - Seis mil. O “Assessor 2” são cinco cargo. Aí nós temos o “Assessor 1” que é, líquida...

**O SR. DELEGADO OLIM - PP** - Qual é a faixa salarial... Certo... Ganha um pouco mais.

**O SR. CLÁUDIO APARECIDO DA SILVA** - Não, menos.

**O SR. DELEGADO OLIM - PP** - Menos?

**O SR. CLÁUDIO APARECIDO DA SILVA** - É, R\$3.500,00.

**O SR. DELEGADO OLIM - PP** - Está bom, na faixa salarial vamos por R\$5.000,00. Pergunto a V. Exa. qual o salário de Vossa Excelência?

**O SR. CLÁUDIO APARECIDO DA SILVA** - Bruto, ou líquido? Líquido, sete.

**O SR. DELEGADO OLIM - PP** - Bruto, bruto.

**O SR. CLÁUDIO APARECIDO DA SILVA** - Bruto, R\$9.500,00, R\$9.200,00.

**O SR. DELEGADO OLIM - PP** - Bruto? Ok. Pergunto à V. Exa., o senhor usa carro oficial?

**O SR. CLÁUDIO APARECIDO DA SILVA** - Uso sim, uso uma viatura disponibilizada pela Secretaria de Segurança Pública.

**O SR. DELEGADO OLIM - PP** - O senhor tem motorista?

**O SR. CLÁUDIO APARECIDO DA SILVA** - Eu tenho dois policiais que fazem... Quatro policiais, que trabalham em turno 12/36. Em cada turno trabalham um cabo da Polícia Militar e um investigador da Polícia Civil.

**O SR. DELEGADO OLIM - PP** - Pois é. Professor, deixa eu fazer uma pergunta para o senhor então. Agora eu vou... Obrigado pelas respostas, eu lhe conheço quando o senhor começou para ser o ouvidor das polícias, eu fui um dos que lhe ajudei para que o senhor sentasse aí, na época do governo Rodrigo Garcia. Até o nome dele eu levei, o nome do senhor, lá.

E eu queria só lhe fazer uma pergunta aqui rapidamente. O senhor tem tido reuniões com promotores públicos, levado eles em, não sei quantos são, em Santos, o senhor tem ouvido algumas possíveis vítimas de pessoas que, segundo o senhor, a Polícia Militar assassinou, atirou, e os senhores têm levado eles para serem ouvidos juntamente com o Ministério Público, é isso? O senhor só me responda, sim ou não?

**O SR. CLÁUDIO APARECIDO DA SILVA** - Sim, senhor.

**O SR. DELEGADO OLIM - PP** - Sim? Quando eu perguntar o senhor tem que responder, não tem que olhar para ninguém não, o senhor tem que responder para o deputado.

**O SR. CLÁUDIO APARECIDO DA SILVA** - Sim, senhor.

**O SR. DELEGADO OLIM - PP** - Aqui, isso aqui não é nada aqui, para nós. O senhor dá licença, que o senhor não é nada aqui. Então por gentileza, eu gostaria que o senhor respondesse. Então o senhor tem feito isso. Então eu vou lhe contar uma rápida historinha hoje, eu gostaria até que o senhor estivesse junto com esses promotores, se eles estão ouvindo.

Ninguém sabe nada do que está acontecendo. Não há problema nenhum, futuramente, com certeza, todo mundo saberá. Está sendo ouvido, escondido, ninguém sabe nada. Hoje de manhã, só para o senhor ter uma noção, o promotor público da cidade de Pirajuí pediu um apoio para o Baep, é bom que o senhor saiba, precisa da polícia, e foram fazer uma busca e apreensão de um traficante na cidade de... A cidade até que eu nunca tinha ouvido falar, a cidade é do interior de São Paulo, na região de Lins. Me passaram isso agora, tá?

Aconteceu isso agora a pouco. Daqui a pouco vai estar na imprensa, daqui a pouco com certeza o senhor vai estar sabendo. Então eu quero que o senhor me responda aqui, rapidamente, que eu quero só falar a cidade que ele... Que ele estava nessa diligência, que ele quis ir, junto com o Baep, o Baep deu o apoio para ele, a Polícia Militar, e juntamente eles foram... Está aqui, é na cidade na região de Lins, na cidade de Pirajuí é o promotor e eles foram fazer esse mandato de busca e apreensão na cidade de Pongai. Eu nunca ouvi falar, mas é uma cidade no interior de São Paulo.

Eles foram recebidos a tiro e o promotor público quase foi alvejado. E, logo em seguida, os policiais que lá estavam o defenderam, ficaram na frente, deram a sua vida e acabaram atirando nesse traficante que atirou no promotor público. Os senhores têm feito isso lá, os senhores precisam tomar cuidado para vocês não tomarem tiro. É bom levar a polícia junto, os promotores não vão fazer nada lá com os senhores.

Então aconteceu esse fato. Eu pergunto para V. Exa., esse cidadão, esse... Não sei, vou chamar de cidadão porque se chamar ele de traficante ou bandido é capaz de vocês

acharem que ele é vítima da sociedade, ele atirou contra o promotor público e contra uma instituição da Polícia Militar.

Eu lhe pergunto, se o senhor estivesse nesse local e se tivesse tomado esse susto, que o promotor deu entrevista dizendo tudo que aconteceu, será que esse traficante é uma vítima da sociedade? Será que esse traficante que está atirando no promotor, está atirando na polícia, ele é um desses que o senhor tem defendido todos os dias lá em Santos? Que o senhor tem ouvido todo mundo?

Será que, com o salário que os senhores ganham aí, que eu estou vendo aqui, qualquer um dos seus assessores ganha mais que qualquer policial militar aqui. E mais que qualquer policial civil. O seu salário é maior do que de qualquer oficial em início de delegado de polícia. E eu lhe pergunto, quem que o senhor defende, a população, como nós policiais defendemos? O senhor ganha muito mais do que nós.

Eu sou policial, agora estou deputado, o senhor tem muito mais mordomia com motorista que a maioria aqui, que não tem motorista, com exceção do deputado, nós temos, mas a polícia não tem. O cara vai trabalhar de ônibus. E pergunto, onde está, já que todos são vítimas da sociedade, esses bandidos, ladrões que atiraram lá nos policiais, mataram o pai de família lá em Santos, que é o lugar mais violento.

Eu quero que o senhor se explique, me explique, o quê que o senhor acha desses todos policiais que morreram, e hoje o que aconteceu de manhã, se realmente esse traficante que atirou num promotor público, que era a maior autoridade juntamente com os policiais do Baep, se ele é uma vítima da sociedade. Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE - EDUARDO SUPPLY - PT -** Muito obrigado.

**O SR. CLÁUDIO APARECIDO DA SILVA -** Obrigado pelas perguntas, Excelência. É importante dizer que em nenhum momento eu me referi a qualquer pessoa aqui como vítima da sociedade. Eu acredito que nós vivemos no Estado Democrático de Direito, e todas as pessoas que cometeram qualquer ato criminoso devem responder judicialmente por esses atos.

E eu acredito nessa polícia, nessa polícia que como o senhor bem falou aqui, essa polícia que identifica o criminoso, localiza ele, prende ele e coloca ele à disposição da justiça. É só isso. Eu não estou defendendo que essa ou aquela pessoa que cometeu qualquer ato criminoso não passe pelo crivo da justiça. Eu quero que eles passem pelo crivo da justiça. Agora, na minha condição de ouvidor, todas as denúncias que eu receber

a lei determina que eu tenho que verificar a pertinência delas e dar os devidos encaminhamentos.

**O SR. DELEGADO OLIM - PP** - Não dar a sua opinião, como o senhor faz sempre. O senhor não deve dar opinião, o senhor tem que fazer o que o senhor falou aí, mas o senhor não faz. O senhor dá a sua opinião, o senhor já incrimina a polícia e já fala o que tem que ser feito. Desculpa, só isso que tinha que falar (Inaudível.) mas pode continuar com a sua...

**O SR. CLÁUDIO APARECIDO DA SILVA** - Excelência, o senhor está enganado. Eu nunca dou a minha opinião. Todas as minhas manifestações são baseadas em denúncias que chegam. Os repórteres perguntam: “O quê que vocês receberam de informação das famílias?” Eu falo: “As famílias disseram que ocorreu isso, ocorreu isso e ocorreu isso”. “O quê que as testemunhas falaram?”. “Falaram isso, falaram isso e falaram isso”.

E nem tudo, nem tudo que essas pessoas estão falando a gente tem publicizado, Excelência. Sabe por quê? Para não prejudicar as investigações. Quando a gente vai falar com uma vítima, uma testemunha, a gente chama isso de escuta qualificada porque a gente pergunta para elas se elas aceitam que a gente entregue os dados dela para a Corregedoria da Polícia. Se elas aceitam que a gente entregue os dados delas para a Defensoria Pública, porque são famílias muito pobres.

Elas respondem “sim” ou “não”. Se elas aceitam que a gente entregue os dados delas para o Ministério Público, elas respondem “sim” ou “não”. Então, quando a gente vai discutir essa situação, a gente discute. Nesse momento, a gente tem inclusive inquirido essas pessoas se elas aceitam que a gente dê os dados delas para serviços de atenção psicossocial, porque tem uma série de pessoas adoecidas mentalmente naqueles territórios em razão da situação que estão vivendo lá.

Então o nosso trabalho é um trabalho de humanização da recepção dos casos. Quem vai julgar, quem vai definir se o policial é culpado, se ele está certo, se ele estava legítimo, se ele atuou legitimamente naquela situação vai ser o inquérito policial, presidido por uma autoridade policial, que eu acredito, que eu continuo acreditando tanto na Polícia Militar quanto na Polícia Civil, e a autoridade judicial que vai formar a sua opinião a partir de todas as provas elencadas ali no inquérito policial. O ouvidor não vai definir se o policial está culpado ou se não está.

A gente também, Excelência, a gente gostaria muito de não atuar apenas em contraponto à atividade policial. Mas como eu disse aqui no início para V. Exas., infelizmente as condições que são dadas não permitem que isso ocorra. A gente gostaria muito de receber os boletins de ocorrência e analisar a qualidade daquelas prisões. A gente não recebe os boletins de ocorrência e nem recebe as condições para poder fazer essa análise e apresentar para V. Exas. e para a sociedade, e para a opinião pública.

A gente gostaria de fazer mais pesquisas. Vamos lá verificar se a mulher está mais submetida à criminalidade ou se não está. Vamos verificar se os crimes de racismo que têm chegado nas nossas autoridades têm sido efetivamente averiguados e têm tido inquéritos policiais que ficam de pé efetivamente. Para quê? Para que a gente tenha uma efetividade no combate a esse tipo de ação. Só que a ouvidoria não tem condição de fazer isso hoje, como a lei determina. Infelizmente, mas a gente gostaria de fazer isso. A gente gostaria de contribuir melhor para a atividade da segurança pública do estado de São Paulo. Essa é uma questão que a gente tem perseguido.

**O SR. PRESIDENTE - EDUARDO SUPLICY - PT** - Muito bem.

**O SR. DELEGADO OLIM - PP** - Obrigado, Sr. Presidente, estou satisfeito.

**O SR. PRESIDENTE - EDUARDO SUPLICY - PT** - Obrigado. Só para informar que também ainda estão inscritos Emídio de Souza, Juliana Cardoso, Rômulo Fernandes e Tenente Coimbra. Agora, tem a palavra o deputado Carlão Pignatari. Não está presente. Então, o deputado Lucas Bove, por favor.

**O SR. LUCAS BOVE - PL** - Boa tarde, Sr. Presidente. Boa tarde a todos os meus colegas aqui, nossos policiais, bravos policiais militares que sempre fazem a nossa segurança, Sr. Ouvidor Cláudio. Eu vou fazer aqui duas constatações e fazer duas perguntas, mas antes eu queria fazer uma pergunta preliminar.

Se o senhor não se sentir à vontade para responder, sem problemas, e não preciso nem que o senhor se estenda, só gostaria de saber se a informação é verdadeira ou não. O senhor já foi preso?

**O SR. CLÁUDIO APARECIDO DA SILVA** - Nunca fui preso.

**O SR. LUCAS BOVE - PL** - O senhor nunca foi preso?

**O SR. CLÁUDIO APARECIDO DA SILVA** - Nunca fui preso.

**O SR. LUCAS BOVE - PL** - Ok. Bom, importante então a gente destacar aqui a diferença entre indiciamento e condenação. Os exemplos que o senhor trouxe à baila aqui em relação a excessos de policiais são todos frutos de suspeitas, de indiciamento ou de acusações. A mãe do meliante, ou do suspeito, digamos assim morto, certamente não é legista para dizer o que aconteceu. As outras testemunhas da mesma forma. Então, muito importante aqui que a gente respeite os nossos policiais militares, o nosso Corpo de Bombeiros, e separe o que é condenação do que é indiciamento.

Porque todos os exemplos dados foram nesse sentido, e quando o senhor dá exemplos de violência policial baseado em ilações, baseado em acusações e não em condenações, isso acaba se tornando, pelo peso do cargo que o senhor ocupa, uma verdade. E isso contribui para o debate contra a nossa Polícia Militar que o senhor tem acompanhado aí, é tão acalorado. E o senhor se colocou agora, fico muito feliz que tenha se colocado contra o fim da Polícia Militar.

Veja por exemplo o caso do agente de segurança pública que o senhor comentou aqui que não era postura de um agente público fazer uma postagem. Ele sequer estava na operação. Eu rapidamente aqui passando pelas suas redes sociais vi, tem dois aqui, um no dia quatro do 12, que era uma segunda-feira, outro no dia 10 do 11, que era uma sexta-feira, postagens suas com a estrela do PT, falando da gestão Haddad. Portanto, postagens militando, em horário, em dia de trabalho. Não é algo que seria também correto tendo em vista a cadeira que o senhor ocupa.

A que mais me chamou a atenção faz uma semana, onde a legenda, infeliz, na minha opinião infeliz, de uma postagem compartilhada entre o senhor e mais outras pessoas é assim: “Lute pelos direitos humanos, até com discurso, se precisar”. O que eu entendo disso? Que o senhor está dizendo que vamos lutar de outras formas além do discurso. Para mim, isso é uma clara incitação à violência na luta dos direitos humanos. E a gente sabe que a esquerda defende com bastante violência, física inclusive, os direitos humanos.

Então só fazer aqui uma colocação, se o senhor me permite, com todo o respeito, acho que também não é postura de um agente público se colocar dessa forma nas suas páginas sociais. Como o senhor fez uma crítica a um policial militar, eu com todo o

respeito faço essa crítica aqui. E gostaria de fazer duas perguntas para o senhor, rapidamente.

Eu tenho uma matéria aqui do “UOL”, em que pese, seja de 2021, acredito eu que os índices ainda estejam em vigor, mas podemos tratar de 2021, que diz que, apesar da minoria dos nossos policiais no Brasil serem negros, os números aqui dizem que são 42% do efetivo é negro ou pardo, na Polícia Militar a nível Brasil, o índice de mortalidade é de 62%. E tudo que vem da ouvidoria, do trabalho de vocês, e não que essa seja a intenção, é utilizado pela esquerda.

Por isso a importância daquilo que o senhor diz, a importância de tomar cuidado com aquilo que o senhor diz. É utilizado para dizer que a Polícia Militar é racista. Então nesse sentido, onde nós temos uma minoria de policiais negros no Brasil e uma maioria de policiais mortos, negros, eu faço a primeira pergunta para o senhor. Indo nessa mesma linha, então pode-se dizer também que o crime organizado é racista, uma vez que nós temos o índice altíssimo de morte de policiais? Porque nós não podemos ter dois pesos e duas medidas.

Se a realidade do Brasil é essa, onde infelizmente, de fato, a maioria dos que estão encarcerados são negros, a maioria dos que morrem são negros. Mas a maioria dos que morrem são negros tanto do lado do crime quanto do lado dos policiais. Então essa é a minha primeira pergunta, se o senhor acha que é correto dizer que o crime organizado é racista, porque é isso que é dito quando as estatísticas são analisadas de outra parte.

E a segunda pergunta que eu queria fazer para o senhor é em relação à atividade junto à população mesmo, né? Eu, pelo que tenho a informação, o senhor não tem acompanhado, ou me parece, o senhor pode até responder, as incursões, as atividades em campo, mas eu queria saber se o senhor conversou com o presidente do Conselho Comunitário de Segurança do Litoral. Ele que representa de fato aquela população, é o presidente do Conselho Comunitário de Segurança, ou seja, é ali um órgão que é ocupado pela população.

Se o senhor tem conversado com ele, quais são os relatos que ele, que de fato representa a população do ponto de vista da segurança pública, além de nós aqui, deputados, quais são os relatos que o presidente do Conselho Comunitário de Segurança do Litoral vem fazendo aos senhores? São essas as duas perguntas e muito obrigado.

**O SR. CLÁUDIO APARECIDO DA SILVA** - Bom, agradecer, deputado, as suas questões. Suas colocações, suas questões. Quero dizer para V. Exa. o seguinte: eu sou

uma pessoa que atua pouco em redes sociais. Eu não tenho a prática de atuar em redes sociais, aliás é uma crítica que eu tenho me feito, porque eu acho que é importante quando a gente está nesse espaço, a gente transmitir informações para as pessoas. E eu, sinceramente, não tenho feito postagens no meu horário de trabalho.

O senhor entrou nas minhas redes sociais, o senhor pode verificar lá que o espaçamento entre uma postagem e outra muitas vezes dura duas semanas. O senhor pode verificar. E eu de fato sou militante do PT, o ouvidor anterior a mim era militante há mais de 25 anos do PCdoB. Ele, ao ingressar no processo de disputa para a lista tríplice, ele fez a opção de se desfiliar do PCdoB.

Eu respeito a opção dele e entendo perfeitamente a opção dele, ocorre que ele se desfiliar do PCdoB não vai desvestir ele dos ideais históricos da vida dele. Vinte e cinco anos construindo um partido, não é a desfiliação para ocupar um cargo que vai determinar que ele não é mais do PCdoB, na minha modesta opinião.

Eu fiz essa opção de não me desfiliar do meu partido porque eu também acho dessa forma. Não é a minha desfiliação, talvez pudesse ser encarado uma postura dessa como um ato de não seriedade. “O ouvidor está tentando se esconder, ele não quer mostrar que ele é do PT”. Eu sou, sim, do PT. Eu frequento atividades do PT quando eu posso, fora do meu horário de trabalho. Eu não frequento atividades do PT no meu horário de trabalho e essa minha posição partidária não diz respeito ao conjunto das atuações que eu tenho feito.

Se o senhor for verificar, durante toda a minha gestão, eu tenho respeitado o governador, eu não tenho feito falas afrontosas ao governador. Embora, na minha opinião, deveria ter feito, dependendo da ocasião, como por exemplo “o raio que o parta”, né? “Tô nem aí”. Acho que isso não é uma postura de um governador quando está recebendo da sociedade demandas que têm vindo, especialmente demandas que dizem respeito à vida. Eu não tenho feito falas afrontosas ao secretário de Segurança.

Eu respondo às questões que ele coloca. Certa ocasião o secretário falou que a gente estava mentindo, eu disse que não, nós não estamos mentindo. Eu não posso ser taxado de mentiroso se eu tenho convicção de que eu estou falando a verdade. E eu quero dizer aos senhores o seguinte: quando eu falei dos indiciamentos, eu disse em relação aos indiciamentos em razão do fato de que, no tempo que eu estiver na ouvidoria, não vai haver trânsito em julgado.

A gente sabe o quanto que dura o curso de um inquérito, especialmente inquéritos tão delicados etc. E eu, quando falei dos indiciamentos, necessariamente eu não estou

dizendo que os policiais estão condenados, eu estou dizendo que foram indiciados. Que de alguma forma, as denúncias que chegaram têm alguma conexão, podem ter alguma conexão com o indiciamento no inquérito policial. Quem preside o inquérito não sou eu. Quem preside o inquérito é uma autoridade policial do estado.

Então é disso que eu estou dizendo. Eu, em momento algum, vou condenar ou, com as minhas atitudes, afrontar qualquer autoridade policial, seja ela da Polícia Militar ou da Polícia Civil. Mas houve indiciamento.

**O SR. LUCAS BOVE - PL** - O senhor concorda então, desculpe até lhe interromper, agradeço, o senhor concorda então que nós não podemos usar esses indiciamentos como exemplos da violência policial, uma vez que são apenas indiciamentos e as investigações estão em curso, correto?

**O SR. CLÁUDIO APARECIDO DA SILVA** - Eu acho que o indiciamento não determina que o policial foi julgado e condenado. Mas o indiciamento é um elemento importante para dizer que tem sentido as denúncias que têm chegado.

**O SR. LUCAS BOVE - PL** - Mas o secretário disse que o senhor é mentiroso. Então, com base na acusação dele, eu posso lhe chamar de mentiroso, indo por essa premissa. Porque uma acusação não significa uma condenação.

**O SR. SIMÃO PEDRO - PT** - Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. LUCAS BOVE - PL** - É muito grave, e eu digo isso no sentido da gravidade do fato mesmo, porque o senhor mesmo se coloca a favor da polícia e as suas palavras são usadas contra a polícia nesse sentido.

**O SR. CLÁUDIO APARECIDO DA SILVA** - Sim, Excelência, eu...

**O SR. LUCAS BOVE - PL** - Desculpe, eu não vou mais interrompê-lo, me perdoe.

**O SR. CLÁUDIO APARECIDO DA SILVA** - Sem problemas. Excelência, eu dizia aqui que assim, a gente, é papel da ouvidoria atuar quando necessário for em contraponto à atividade policial com o objetivo único de cada vez mais aprimorar. Buscar

o aprimoramento da atividade policial. Eu tenho certeza absoluta de que V. Exa., como democrata que é, também concorda comigo que é importante a gente levantar opiniões sobre a atividade policial, especialmente quando se está sendo suscitado a se manifestar em razão de uma série de denúncias que tem chegado.

Eu não indício policial, eu não vou indiciar, em momento algum eu vou apontar o dedo e falar “aquele policial fez aquilo”, a não ser que eu tenha uma imagem que seja determinante para eu fazer isso. Então quando as imagens falarem por si só, talvez o senhor me veja falando “aquele policial fez aquilo”. Isso não é do meu feito, isso não vai acontecer.

E é como eu disse para o senhor, eu gostaria muito que a ouvidoria não atuasse apenas em contraponto à atividade policial. Eu fiz inúmeras sugestões ao secretário de Segurança Pública que não foram atendidas. Criação de grupo de trabalho, eu convidei o chefe da Assessoria Policial Militar da Secretária de Segurança Pública e o chefe da Assessoria Policial Civil da Secretaria de Segurança Pública para uma reunião no Dieese para a gente discutir um projeto de estudo sobre valorização policial em São Paulo. Eles não compareceram.

Eu estou falando para o senhor que eu tenho feito um trabalho de interação com a Secretaria de Segurança Pública que não está obtendo resposta. Nem quando eu sou ameaçado. A Secretaria de Segurança Pública responde ao Ministério Público, mas não responde à ouvidoria. Não responde. “Olha, fui ameaçado, está aqui, inquérito policial, pessoa que ameaçou condenada”. Não tenho resposta da Secretaria de Segurança Pública.

Então eu sinto que, por parte da gestão da Secretaria de Segurança Pública não há uma perspectiva de construção conjunta. A gente quer construir conjuntamente, estamos abertos. Até o dia 24 de dezembro, a Ouvidoria da Polícia vai estar aberta ao diálogo com a Secretaria de Segurança Pública, com as forças de Segurança Pública. Eu tenho elogio do corregedor da Polícia Militar, pediria que colocasse na tela. Elogio em relação à minha postura.

Sabe por quê? Porque eu tenho sido leal com a instituição, tenho sido leal com seus comandantes, e tenho sido leal com o governador. Mas, infelizmente, eu não tenho recebido a reciprocidade disso. Então a gente está tentando construir, eu estou disposto à construção, quero fazer pesquisa, quero analisar dados, quero apresentar para a sociedade sugestões. Já sugeri uma série de coisas, consegui recurso para a compra de viaturas para equipar a nossa polícia. Eu estou à disposição. Então eu acho que isso responde um pouco.

Mais uma questão, para concluir. Eu vou concluir nessa, em menos de um minuto, mais uma questão. O senhor perguntou em relação ao Conselho de Segurança. Eu fiz mais de quatro pedidos para a Secretaria de Segurança Pública da relação de nome e telefone dos Conselhos de Segurança Pública que tem em todo o estado de São Paulo. São mais de 400, se não me engano. Não recebi nenhuma resposta. Então como que eu vou fazer contato com o presidente do Conselho de Segurança, que eu julgo que é um órgão fundamental, importante?

Eu tenho dito para todas as pessoas que a gente precisa ir para dentro dos Conselhos Comunitários de Segurança porque é o espaço de participação popular mais próximo ali da realidade local. Eu tenho dito para as pessoas que tem que ocupar o Conselho de Segurança, é fundamental. Agora, eu não tenho o contato do presidente do Conselho de Segurança porque a Secretaria de Segurança Pública que tem uma coordenadoria que cuida dos conselhos não me passa os dados. Não me passa os dados.

**O SR. SIMÃO PEDRO - PT** - Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. LUCAS BOVE - PL** - Ouvidor, se o senhor realmente tem vontade de falar com o conselho, eu vou pedir ao deputado Reis, que inclusive esteve recentemente participando, que ter passe. O senhor tem outras formas de conseguir, né? Se há vontade mesmo de conversar com a sociedade, um e-mail não basta. É simples de conseguir esse contato, e o senhor sabe disso.

**O SR. CLÁUDIO APARECIDO DA SILVA** - Deputado, deputado...

**O SR. PRESIDENTE - EDUARDO SUPLICY - PT** - Deputado Lucas Bove, aqui eu preciso dar a palavra...

**O SR. CLÁUDIO APARECIDO DA SILVA** - Eu não posso colher prova de acusação contra policial com bandido, assim como eu não posso colher documento institucional de qualquer forma. Eu faço os meios institucionais, eu busco os meios institucionais para conseguir a documentação. Eu não estou conseguindo.

Sinceramente, eu nunca imaginei que eu pudesse pedir para o deputado Reis a lista de Consegs do estado de São Paulo, que ele seria detentor dessa lista. Agora que o senhor está me dizendo, eu vou, eu vou expedir um ofício e pedir para o deputado Reis a lista

dos Consegs com nome do presidente e número do telefone para eu poder fazer contato, porque eu julgo ser esse espaço um espaço fundamental de construção da política de segurança pública.

**O SR. SIMÃO PEDRO - PT** - Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE - EDUARDO SUPLICY - PT** - Agora tem a palavra a deputada Bebel. Professora Bebel, por favor.

**O SR. SIMÃO PEDRO - PT** - Pela ordem, Sr. Presidente. Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. REIS - PT** - Som. É que eu não tenho a lista, viu deputado Bove? Eu não tenho essa lista.

**O SR. PRESIDENTE - EDUARDO SUPLICY - PT** - Simão Pedro.

**O SR. SIMÃO PEDRO - PT** - É que eu vou ter que me retirar, Sr. Presidente, por dois outros compromissos. Estou aqui desde as 13h ouvindo atentamente, mas primeira coisa, falar um minuto só. Parabenizar o Claudinho pela sua postura, pela sua firmeza e dizer, você tem, Claudinho, V. Sa. tem todo o nosso apoio e parabéns pela firme atuação dentro dos preceitos do Estado Democrático de Direito e da função.

**O SR. CONTE LOPES - PL** - Do PT, do PT. Do PT, Excelência? Do PT? Apoio do PT?

**A SRA. MONICA SEIXAS DO MOVIMENTO PRETAS - PSOL** - Da sociedade.

**O SR. CONTE LOPES - PL** - Apoio do PT?

**A SRA. MONICA SEIXAS DO MOVIMENTO PRETAS - PSOL** - É da sociedade. E da sociedade.

**O SR. SIMÃO PEDRO - PT** - É meu apoio. Meu apoio, meu apoio.

**O SR. CONTE LOPES - PL** - Tá bom.

**O SR. PRESIDENTE - EDUARDO SUPLICY - PT** - Agora tem a...

**O SR. SIMÃO PEDRO - PT** - Eu queria só deixar uma sugestão, Sr. Presidente. Que o Claudinho informou aqui que fez diversas solicitações de informações à Secretaria de Segurança Pública e não obteve retorno. Eu gostaria de fazer uma solicitação que V. Sa. nos passasse isso, passasse para a comissão, para que, quem sabe, a comissão... Porque o secretário veio aqui e disse que não sabia de nada disso. Então, se pudesse passar para a gente essa lista, os ofícios, as cópias para que a gente pudesse ter conhecimento de como a secretaria tem tratado a ouvidoria.

E no mais, queria só dizer que o Mauro, que o Delegado Olim disse que não era nada aqui, ele é assessor, funcionário público contratado, assessor da ouvidoria, tem todo o nosso respeito. E todas as pessoas que são convidadas a vir numa comissão sempre se socorrem de um assessor ao lado para ter uma informação. Então foi uma citação, uma postura infeliz. Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE - EDUARDO SUPLICY - PT** - Agora tem a palavra a Professora Bebel.

**O SR. REIS - PT** - Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE - EDUARDO SUPLICY - PT** - Certo, vamos fazer uma pausa de um a dois minutos. Para o ouvidor poder ir ao banheiro.

**O SR. REIS - PT** - Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. CONTE LOPES - PL** - Pode ir todo mundo, presidente? Pode ir todo mundo? Todo mundo, também vou, né?

**O SR. LUCAS BOVE - PL** - Está suspenso, Reis, está suspenso, Reis. Está suspenso, Reis. Está suspenso, presidente?

**O SR. REIS - PT** - Não, ele ainda não suspendeu. Presidente...

**O SR. LUCAS BOVE - PL** - Está suspenso, está suspenso. Está suspensa a sessão, presidente? Está suspensa a sessão, Reis.

**O SR. REIS - PT** - Bom, eu gostaria...

**O SR. LUCAS BOVE - PL** - Está suspensa a sessão, deputado.

**O SR. REIS - PT** - Está bom, eu não estou falando na sessão mais. Eu não estou falando... Mas você está indo embora? Está bom, vai lá.

**O SR. PRESIDENTE - EDUARDO SUPLICY - PT** - Bom, a Professora Bebel não está presente. Está presente a próxima deputada, Monica do Movimento Pretas, é a próxima inscrita.

**O SR. REIS - PT** - Você me inscreveu, senador?

**O SR. CONTE LOPES - PL** - Vai até que horas a reunião?

**O SR. PRESIDENTE - EDUARDO SUPLICY - PT** - Deputado Reis está inscrito. Mas há diversos inscritos na frente.

\* \* \*

- Suspensa por dois minutos, a sessão é reaberta.

\* \* \*

**O SR. PRESIDENTE - EDUARDO SUPLICY - PT** - Prontinho já. Cláudio Aparecido da Silva, ouvidor, já está de volta. Então, continuando a lista de oradores, agora, com a palavra, a deputada Monica do Movimento Pretas.

**A SRA. MONICA SEIXAS DO MOVIMENTO PRETAS - PSOL** - Obrigada presidente. Ouvidor, ainda que tarde, bem-vindo à nossa Assembleia Legislativa. Muito obrigada pela aula, enquanto professor de senso democrático de responsabilidade com o cargo que ocupa, de maneira muito ativa. Ainda que ouvindo coisas inimagináveis como a defesa do Estado de Execução, que é completamente incompatível com o Estado Democrático de Direito.

O senhor respondeu às falas de maneira bastante calma, pedagógica, e dentro da altura do cargo que ocupa. Eu quero, depois de saudar o trabalho e a atuação do senhor, inclusive aqui hoje, dizer que o senhor fez uma citação ao nosso mandato dizendo que nós defendemos a vida das pessoas negras, o que é verdade. A gente chegou aqui eleito inclusive com essa promessa e esse pacto aos nossos eleitores.

No entanto, nos últimos cinco anos, eu abri a porta do meu gabinete a policiais penais, civis, militares, científicos por conta também de que existe nessas corporações uma maioria de pessoas negras violentadas por razões que esse Estado ainda não tem condições de explicar. De um lado e de outro, nas favelas e periferias e nas baixas patentes, e aqui fazendo uma citação, o Olim chegou a dizer que o senhor ganha muito mais que um policial em início de carreira.

Se eu não me engano, o senhor ganha por volta de seis mil, me perdoe a ousadia de abrir, e eu acho uma vergonha, uma vergonha, uma vergonha, que a gente diga isso em voz alta com orgulho de dizer que esse salário é um salário que se julgue satisfatório, grande, alto, para as carreiras das polícias. A vergonha é que policial não ganhe isso, não o salário de V. Exa., friso aqui.

O senhor também disse, e isso foi um dado alarmante que apareceu no gabinete, que tem policiais no estado de São Paulo morrendo mais em decorrência de suicídio do que em função de suas atividades laborais, do que em confronto. Eu gostaria que a gente se ativesse a isso. Ao longo do nosso mandato, a gente vem atendendo policiais, sobretudo mulheres vítimas de um alarmante número de violências sexuais no seu trabalho, no seu ambiente de trabalho, em função dos seus superiores etc. Que adoeceram e que foram demitidas por não ceder a esse tipo de pressão.

A gente desenvolve a necessidade, por exemplo, de que o atendimento médico, sobretudo na saúde mental dos policiais, seja feito por civis. Hoje o relato é que um policial militar, ao chegar ao psicólogo ou psiquiatra militar, da carreira militar, não tem levado em consideração a amplitude das suas dores provocadas por uma profissão de alto risco à sua saúde e integridade física e saúde mental. Não é justo que ele chegue a um

superior, e aí eu vou responder ao Bove quando ele pergunta se a gente acha que o crime é racista porque a maior parte dos policiais mortos são negros.

Eu reafirmo, diante desse dado, de que a maioria dos policiais mortos são negros, que a maior parte dos policiais adoecidos são negros, que a maior parte dos policiais de baixa patente é negra, e que não são a maioria entre as altas patentes e os comandantes, que não estão na viatura com eles todos os dias cumprindo ordens muitas vezes bárbaras, que a instituição é racista. Fundada sobre princípios fundantes racistas. Não tenho nenhum constrangimento em dizer que esses dados confirmam a hipótese de que a instituição é racista e que a instituição trabalha o tempo todo para confundir o trabalhador com a própria instituição.

A instituição trabalha o tempo todo para confundir o trabalhador com a própria instituição. Esses trabalhadores adoecidos, afastados ou demitidos, à beira do suicídio, por não estar mais na corporação que sonhou estar, eles adoecem porque eles acham que essa é a vocação. Eu escuto isso cotidianamente, “eu sou um herói”, ou “eu nasci para ser policial”, ou “eu quero libertar a minha comunidade de todo o mal”. E quando ele é impedido de fazê-lo, de atuar pelo que ele considera o bem maior, ele adoece, tamanha é a identidade do trabalhador com a instituição.

E aí agora falando sobre desconfundir a necessidade de atendimento à saúde mental, é necessário que a gente tenha uma instituição que acolha esse trabalhador. É necessário que a gente tenha um atendimento à saúde integral do policial, projeto que eu já vou para a segunda vez que aprova aqui na Assembleia Legislativa, vetado pelo governo. É necessário ter um programa de proteção ao policial vítima de ameaça.

A gente está caminhando com esse projeto aqui e é um absurdo que um policial vítima de ameaça não seja afastado do local onde ele foi ameaçado, do local onde ele sofre ameaça ou do superior eminente que pode ameaçar. Ouvi aqui, inclusive, muitas vezes, e Claudinho, muitas opiniões foram dadas e eu vou me permitir dar a minha, a gente está diante do menor orçamento público para as pastas essenciais. A gente está diante do menor orçamento público do Governo Tarcísio, a gente está votando o PPA agora lá embaixo, no plenário.

É o menor investimento em educação, a gente tem salas superlotadas e mais de 40.000 professores desempregados, crianças esperando na fila por matrículas. Crianças com deficiência em situação de violência porque não tem quem cuide. A gente tem o menor orçamento em saúde, as filas para internação, cirurgias estão na barbaridade em meio de dengue. As pessoas estão esperando por internação em macas.

A gente tem o menor Orçamento em Segurança Pública. Enquanto eles ficam tentando fazer malabarismo dizendo que a gente é contra a Segurança Pública etc. A gente está enviando emenda para delegacia para garantir que delegado possa imprimir boletim de ocorrência. E no meio disso tudo, para distrair a população dessa desassistência geral no serviço público, a gente tem o medo de um crime desenfreado usado como máquina de publicidade política.

Prova disso é a intervenção dos companheiros aqui da direita tentando o tempo todo colocar, eles não querem que use inquéritos para criminalizar policiais ruins, mas ao mesmo tempo eles ficam dizendo que há criminosos, que há bandidos, que há malvados, que há demônios do outro lado, que foram mortos sem o devido processo legal. Sem o devido julgamento, sem a perícia para a gente saber em que circunstâncias essas pessoas morreram, ao mesmo tempo que banaliza a morte do Patrick, por exemplo.

Do Patrick, porque quando a morte não é investigada até o fim, matar um policial se torna mais um ato cotidiano, e a gente não quer que mortes se tornem atos do cotidiano. Enquanto a população morre de medo desse estado de coisas, a gente bate recorde de furtos de celulares, a gente bate recordes de violência no centro de São Paulo. E fica esse malabarismo deles contra nós, enquanto quem está morrendo na ponta é o jovem preto periférico e o policial de baixa patente preto periférico que ganha mal e que está sendo usado por essa guerra infundável que não salva a vida de ninguém.

Para construir uma política de segurança pública de verdade é preciso não ignorar que existem diversos modelos de polícia no mundo, e no Brasil tem pelo menos umas cinco. Desintegradas, sem inteligência, a Polícia Civil, inclusive, desmontada por esse governo. O déficit chega a 32.000 trabalhadores, e aí quando a gente quer investigar o “crime do PIX” que a nossa mãe caiu sem querer achando que estava falando com a gente no celular cobrado, você demora anos para ter a solução.

A gente quer uma polícia efetiva porque a gente quer ver sendo punidos os crimes de racismo, o crime de violência contra a mulher, que a gente luta aqui todos os dias. A gente quer ver devolvido o celular daquela pessoa que parcelou em 24 meses o seu celular. A gente quer que nossas mães, que não sabem usar a tecnologia, tenham ressarcido o dinheiro da sua aposentadoria quando ela foi lesada num “golpe do PIX”. A gente quer ver a segurança pública funcionar.

Mas a verdade é que 51% da população de São Paulo já disse “a gente não confia na segurança pública”. A gente não confia na segurança pública num estado que está usando essa pauta tão legítima para colocar gente para matar e para morrer. Eu tenho ido

para a Baixada Santista com o senhor e sem o senhor, eu tenho subido tranquilamente morros em conflitos, que o governo diz que está em conflito.

Tenho ouvido mulheres, mães, vítimas, viúvas de policiais e de assassinados na Baixada Santista. Tenho ouvido tortura, violência, chantagem, “forjação”, e nesse momento nem o policial se sente bem com essa operação.

Na última vez que eu estive em São Vicente, existia três trabalhadores trabalhando na delegacia, e eles me mostraram a viatura. A viatura não os protege nem da chuva. Nem da chuva. E agora vem os senhores me dizer que a gente é que não gosta do policial? Eu não acho que a vida de policial tem que ser colocada na rua dessa forma, para matar e para morrer. Eu acredito numa polícia que tem que ser estruturada, planejada, e esses trabalhadores conhecidos como tal, não confundido com a sua instituição, valorizados.

Na Saúde, o movimento de mulheres... Para encerrar, mas já vou devolver a minha pergunta, é que houve um malabarismo ideológico para tentar justificar o injustificável. Na saúde, o movimento de mulheres, inclusive com o apoio da Ouvidoria do SUS, porque o SUS também tem uma ouvidoria, vem a anos dizendo que estamos batendo recorde de violência obstétrica. Nunca ouvi ninguém dizer, ousar dizer para uma mulher que ela não pode usar o pré-natal ou fazer um parto com um obstetra porque teme a violência obstétrica.

Muito pelo contrário, a gente vem avançando no aperfeiçoamento da participação das mulheres no seu parto. Por isso, quando a gente diz que tem uma polícia que está aumentando a sua letalidade à medida que aumenta o número de mortes de policiais, a gente quer ver resultado e não negação do Estado.

Aí eu pergunto, semana passada, o secretário Derrite esteve aqui e ele disse que ignora qualquer ação de excesso na operação “Escudo” e na operação “Verão”. Apresentei os casos de vídeo, policial não quer, tem gente que defende que policial não quer câmera no uniforme do policial, mas não falta policial se filmando e postando em rede social os seus próprios excessos. Perguntado, o secretário disse que ignora a todos.

Aqui também parece que há um ruído entre o trabalho da ouvidoria e o que fazem as corregedorias. O senhor pode afirmar, por favor, quantas denúncias foram ofertadas à corregedoria no último período e por que será que o secretário Derrite diz que ignora todas elas e como é que está essa relação entre a ouvidoria e as corregedorias? Por fim, eu gostaria de saber também...

**O SR. PRESIDENTE - EDUARDO SUPPLY - PT** - A senhora precisa concluir, fazendo favor. Já ultrapassou o tempo.

**A SRA. MONICA SEIXAS DO MOVIMENTO PRETAS - PSOL** - Perdão, presidente. Esse é um assunto que me toca muitíssimo. Eu gostaria de saber também se o senhor recebe também, assim como nós recebemos, na ouvidoria, relatos de violência sexual contra policiais militares dentro da sua atribuição, se o senhor já se deparou com um caso como esse nesses seus anos de ouvidoria. Obrigada. (Palmas.)

**O SR. CLÁUDIO APARECIDO DA SILVA** - Obrigado, deputada.

**O SR. REIS - PT** - Só para avisar que eu estou assumindo provisoriamente a Presidência.

\* \* \*

- Assume a Presidência o Sr. Reis.

\* \* \*

**O SR. CLÁUDIO APARECIDO DA SILVA** - Obrigado, deputada. Obrigado, deputado Reis. Eu queria agradecer as suas questões, deputada, fundamentalmente por conta de uma questão que me passou ao léu na vez anterior, o questionamento do deputado Lucas Bove sobre o racismo, né? O racismo presente no crime, ou não no crime. É importante deixar consignado que o racismo é um fenômeno que, desde muitos anos atrás, estrutura as relações estruturais, todas as relações da sociedade brasileira.

Isso faz com que esse fenômeno seja o causador de uma infinidade de mortes de pessoas negras. Porque quando a gente vai olhar todos os dados de mortalidade do nosso País, a gente vai perceber que quem mais morre de parto são mulheres negras, quem mais morre em hospitais públicos são pessoas negras, e conseqüentemente, quem mais morre pelas mãos do crime são pessoas negras, quem mais morre pelas mãos do Estado, das polícias, são pessoas negras. Então a consequência da morte da população negra é muito latente, fundamentada pelas relações raciais que foram estruturadas historicamente na nossa sociedade.

Então eu não só acredito que, sim, o crime mata mais pessoas negras, como eu acredito que toa a construção das relações sociais brasileiras culminam com a morte de pessoas negras. Outra questão que a senhora traz, sobre os casos que chegam na ouvidoria e se nós estamos comunicando ou não as autoridades do Estado. Sim, todos os casos de mortes que chegam na Ouvidoria da Polícia a gente encaminha para as corregedorias, para a Polícia Civil e para a Polícia Científica vários pedidos.

Dentre esses pedidos, a gente pede instauração de inquéritos policiais militares. A gente pede câmeras corporais. A gente pede laudos necroscópicos, laudos de local. A gente pede, também, relatórios dos inquéritos quando esses inquéritos são relatados etc. Então, a gente, para todos os casos que chegam ao nosso conhecimento de que houve morte decorrente de intervenção policial, é instaurado procedimento na Ouvidoria da Polícia e são disparados uma série de ofícios para várias autoridades, inclusive as corregedorias.

Quais casos que a gente não comunica nem a Secretaria de Segurança Pública e nem a corregedoria? Os casos em que as pessoas não autorizam que a gente entregue as suas informações e os seus dados para esses órgãos. Então como a legislação define que a gente tem que ter essa postura, a gente, no pedido das pessoas que fazem as denúncias, a gente não entrega os dados para esses órgãos, né? Então é isso que a gente tem feito.

A gente, sim, recebe denúncias de violência sexual praticadas no “Interna Corporis”, né? Dentro das corporações. A gente já recebeu uma infinidade de denúncias nesse sentido. Em geral, esse tipo de denúncia, entre as denúncias que chegam na ouvidoria partindo da própria corporação, ou das corporações, esse é um tipo muito comum de denúncia a se chegar. É isso. Obrigado.

\* \* \*

- Assume a Presidência o Sr. Eduardo Suplicy.

\* \* \*

**O SR. PRESIDENTE - EDUARDO SUPLICY - PT** - Muito bem. Obrigado ao deputado Reis por ter me substituído por um tempinho.

**O SR. REIS - PT** - Não teve golpe, viu?

**O SR. PRESIDENTE - EDUARDO SUPLICY - PT** - Agora o deputado Conte Lopes tem a palavra.

**O SR. CONTE LOPES - PL** - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados. Eu queria, até ontem foi dito no plenário, nobre presidente senador Suplicy, que nenhuma pessoa dos Direitos Humanos compareceu, com a colocação até do Major Mecca, compareceu ao enterro de policiais. Não é verdade, V. Exa. compareceu ao enterro de um colega nosso da Polícia Militar, da Rota. O capitão Henrique.

**O SR. PRESIDENTE - EDUARDO SUPLICY - PT** - Sim.

**O SR. CONTE LOPES - PL** - Que ele estava aniversariando e os bandidos chegaram em Pinheiros para fazer um assalto a casa dele. Quando souberam que ele era policial militar, o mataram no dia do aniversário, na frente dos filhos. Eu também, Sr. Presidente e deputados, tenho ido à Baixada Santista também, ouvidor. Tenho ido. Tenho falado com o sorveteiro, com o pipoqueiro, com o comerciante, e todos estão adorando a ação da polícia. Menos, é lógico, os parentes dos bandidos que morreram. Aí não vão gostar mesmo, né?

Aí não vão gostar, não. Aí vão falar que o filho é (Inaudível.), o pai é santo, a mãe não sei o quê, tal, tal. Eu estou na polícia, Sr. Presidente e ouvidor, desde 67. Quando eu entrei na Polícia Militar não era Polícia Militar, era Força Pública. Aí veio o Regime Militar, para uns a Ditadura Militar, e em 70 transformou em Polícia Militar. Mas mesmo em 67, na Força Pública, existia hierarquia e disciplina, porque tem que ter. Sem hierarquia e disciplina a coisa não anda, senão o soldado vai querer mandar no quartel e aí não anda, tem que ter disciplina, não é verdade?

Então, por exemplo, você ainda colocou aí os oficiais que foram transferidos. Por que foram transferidos? Porque eles não querem trabalhar como prevê a própria Polícia Militar. Polícia é substantivo e militar é adjetivo. Tem que fazer polícia, eles não querem fazer polícia, aliás muitos deles amam a câmara, ouvidor, V. Exa. me pergunta, muitos amam a câmara, por quê?

Porque com a câmara no peito dos policiais, como na minha época por exemplo, do Mecca, a gente tinha que ir atrás, participar de ocorrência, fiscalizar ocorrência, hoje muitos oficiais não precisam nem ir, porque pela câmara ele está assistindo. É igual (Inaudível.) assiste jogo de futebol, né? O VAR, lá, que ferra quem te quer no VAR

também, mas a mesma coisa. E também, então, para muitos, ele só quer a câmera, ele não quer mais nada, e o oficial também tem que estar nas ruas combatendo o crime. Então alguns têm que ser transferidos mesmo.

Cumprimento aqui o governador Tarcísio de Freitas pela coragem, porque eu estou na polícia desde 67, quase 60 anos, nunca houve um governador que teve a coragem de colocar à frente da Secretaria de Segurança Pública um policial, e o Tarcísio teve. Talvez até o PT um dia, se vier a ser governo, pode colocar um Reis para ser secretário, né?

Por quê? Porque se não fosse o Tarcísio, tenha certeza de que outros que viriam “não, tem que ser o jurista, tem que ser o promotor público, tem que ser o advogado” e não colocam o policial. Então pelo menos a polícia está sendo comandada por polícia.

As câmeras, eu acredito piamente que não se tire mais câmeras, porque é uma tecnologia, e se alguém tirar vai vir complicação do mundo inteiro para aquele governador. Vai vir, não resta a menor dúvida. Só que eu acredito uma coisa, a câmera foi muito mal colocada aqui em São Paulo. Por quê? Colocaram a câmera para o policial não trabalhar. Para o policial não combater o crime, V. Exa. é ouvidor, então tem que ouvir isso. Então foi colocado para isso.

Então o policial tem aquilo para intimidá-lo, então colocaram errado. Não sei se V. Exa. está me entendendo. Foi colocado errado, então não explicaram para ele para quê é aquela câmera. Outra coisa, em ocorrências, como aconteceu no litoral, que um amigo meu, que tem o apelido de “Fofinho”, a irmã dele é Marilda, foram atacados dentro de casa por bandidos. Roubados, barbarizados, levaram o carro dele, levaram tudo. A polícia do Guarujá conseguiu prender os bandidos. Um morreu em tiroteio.

Pelas câmeras da “TV Globo”, no “Fantástico”, porque mandaram as câmeras para o “Fantástico”, eu não sei como é que consegue mandar câmera para o “Fantástico”. A ouvidoria não tem as câmeras, muitos não têm, mas o “Fantástico” tem. E lá se faz uma análise da ação do policial. Por que que o policial não conseguiu ver, a câmera não pegou o bandido atirando nele? Não é minha obrigação, como policial, captar que o bandido dali a minha câmera pegue ele atirando em mim quando eu atiro nele. Então a câmera foi colocada infelizmente de uma forma errada na polícia.

Porque acho que no mundo inteiro vários países têm. Então aqui em São Paulo, quando foi colocado, foi colocado justamente para isso. “Policial, não faça nada, se você fizer, não resta a menor dúvida, você vai se ferrar, o promotor público está aí para te condenar”. E já dá o promotor público é o primeiro a falar “aí, ele pôs a mão na frente da câmera”. Como é que ele sabe que (Inaudível.) na câmera, na frente da câmera?

Então, na verdade é isso, eu acho que está na hora da esquerda, como se fala muito da esquerda, da direita, ou do centro, sei lá o quê, ver qual polícia que ela quer. Como eu falei, em 67 era Força Pública, não era Polícia Militar. O quê que querem da polícia? Porque a polícia tem que servir a sociedade, eu não vi ninguém aqui falar de sociedade. Todo mundo fez discurso e poucos falam isso, vi o Mecca falar aqui. Não se fala da sociedade, que polícia que a sociedade quer? É isso que eu acho que todo mundo, a ouvidoria, corregedoria, a Polícia Militar...

Vale uma polícia única? Está o Lula lá como presidente. Está o Lula lá. Porque eu sou favorável a ter uma polícia só. Não por mim, que eu goste mais ou não, para o cidadão. Porque não é justo o cidadão, quando está sendo atacado, ameaçado, com a família dele, ele vai na delegacia, chega na delegacia o Reis é o delegado manda ele ligar o 190. Ele liga o 190, o 190 manda ele ir para a delegacia. Então a ordem da polícia some, um vai empurrar para o outro.

Então são minhas opiniões, só acho isso, que se ouve um lado e não se ouve o outro. Eu fui um dos primeiros a denunciar aqui o que estava acontecendo na Baixada, para o Governo Dória, para o General Campos, foi aqui, nesse plenário, quando começaram a matar policiais de folga. Policiais varrendo rua, lavando a rua, aposentados como eu. Chega dois, três caras, te matam, você está lá na praia de boa... Isso aí tem que acabar aqui no Brasil, pelo amor de Deus, né?

Isso tem que acabar, alguém tem que fazer alguma coisa. O presidente da República, o governador, sei lá, o Congresso, os caras só fazem discurso igual nós, né? Eu vim fazer discurso aqui porque me tiraram da Rota. Posso terminar?

**O SR. PRESIDENTE - EDUARDO SUPPLY - PT** - Deputado Conte Lopes, está precisando terminar.

**O SR. CONTE LOPES - PL** - Só para terminar, eu vim para essa Casa aqui em 86 porque me tiraram da Rota e me puseram dentro de um hospital porque eu combati o crime.

**O SR. REIS - PT** - Vossa Excelência me dá um aparte?

**O SR. CONTE LOPES - PL** - Então quem combate o crime acaba sendo jogado de lado. Infelizmente não posso, porque nosso presidente...

**O SR. REIS - PT** - Vossa Excelência não pode me dar um aparte?

**O SR. CONTE LOPES - PL** - Não, posso, mas pede para o presidente.

**O SR. PRESIDENTE - EDUARDO SUPLICY - PT** - Mas é que...

**O SR. REIS - PT** - É só para lembrar que o Ferreira Pinto também foi PM, foi policial militar. O Antônio Ferreira... Mas ele foi policial militar também.

**O SR. CONTE LOPES - PL** - Não, mas era promotor público. Ele veio como promotor, né?

**O SR. REIS - PT** - É, Antônio Ferreira Pinto.

**O SR. CONTE LOPES - PL** - Ele foi colocado na secretaria como promotor público.

**O SR. REIS - PT** - Porque ele era promotor, e o Derrite está lá porque é deputado, porque se fosse só capitão jamais seria secretário.

**O SR. CONTE LOPES - PL** - E V. Exa. também é deputado. Por isso citei Vossa Excelência. Obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. MAJOR MECCA - PL** - Só um aparte, Conte.

**O SR. PRESIDENTE - EDUARDO SUPLICY - PT** - Nós precisamos...

**O SR. MAJOR MECCA - PL** - Para a esquerda o problema são os policiais, não são os bandidos.

**O SR. CONTE LOPES - PL** - Infelizmente é isso, é isso que tem que mudar.

**O SR. REIS - PT** - Eu quero dizer que pelo menos V. Exa. e o Mecca defendem a polícia, mas tem uns bolsonaristas aí que não tem nada a ver com a polícia e está se apropriando da pauta de vocês.

**O SR. PRESIDENTE - EDUARDO SUPPLY - PT** - Está bem. Olha, nós temos agora um mínimo de tempo acho que cinco minutos, é? Aproximadamente então...

**O SR. CONTE LOPES - PL** - Mas ele não respondeu minha pergunta (Inaudível.) câmara se ele poderia...

**O SR. PRESIDENTE - EDUARDO SUPPLY - PT** - Ele está respondendo, já está...

**O SR. CONTE LOPES - PL** - Analisar o problema da câmara para beneficiar o policial, ele entender que é bom para ele.

**O SR. PRESIDENTE - EDUARDO SUPPLY - PT** - Certo. Se V. Exa. interromper nós não vamos dar chance a ele de responder.

**O SR. CLÁUDIO APARECIDO DA SILVA** - Eu vou ser objetivo. Eu acho que boa parte do que o senhor traz sobre as câmeras corporais podem ter sim um fundamento. Eu também acho que as câmeras corporais poderiam ter sido equipadas ou levadas ao corpo dos policiais de uma forma mais qualificada. Inclusive, eu defendo que essas imagens, deveria ter um comitê para poder acompanhar essas imagens e aferir essas imagens com o compromisso público de não as divulgar em hipótese alguma a não ser que esse próprio comitê ache relevante divulgar.

Então eu defendo que as imagens deveriam ter um comitê que cuidasse. Por exemplo, o comitê poderia ser composto pela própria Secretaria de Segurança Pública, pela Comissão de Segurança Pública aqui da Casa, pela Defensoria Pública, pelo Ministério Público e pela Ouvidoria da Polícia. Fechados ali com compromisso público e fiel de não divulgar aquelas imagens e só divulgar em casos que esse comitê achar que é relevante divulgar para ele dirimir qualquer dúvida que se tenha sobre uma atuação ou outra da polícia.

**O SR. PRESIDENTE - EDUARDO SUPLICY - PT** - Bom, agora eu vou dar um minuto para a Ediane Maria, Rômulo Fernandes e Reis.

**A SRA. EDIANE MARIA - PSOL** - Poxa, um minuto?

**O SR. PRESIDENTE - EDUARDO SUPLICY - PT** - Um minuto para cada um porque tem que terminar, e ele vai responder em bloco, o Claudinho.

**A SRA. EDIANE MARIA - PSOL** - Ah, perfeito, perfeito.

**O SR. PRESIDENTE - EDUARDO SUPLICY - PT** - Senão eu vou desobedecer ao Regimento aqui.

**A SRA. EDIANE MARIA - PSOL** - Sim. Primeiro eu quero agradecer o nosso ouvidor Claudinho por estar aqui hoje, fazendo essa grande explanação, né? Porque é uma coisa, sabe, Sr. Ouvidor Claudinho. Eu sou a única membra mulher, membra da Comissão de Segurança Pública. Você imagina que a nossa vida ali, o deputado Reis e o deputado Suplicy também fazem parte da comissão, e aí todas as vezes nós temos que explicar o óbvio.

O óbvio. Que aqui ninguém está defendendo a morte de nenhuma das partes. Eu acho que agora ter os esclarecimentos com todas as numerações, a gente chega numa conclusão que é muito importante. Eu acho que todas as horas eu escuto que estão aqui em defesa da vida, em defesa da sociedade, e eu falo que a sociedade, deputado Conte, ela é completa, nós fazemos parte da sociedade, a periferia faz parte da sociedade. Só que o tempo inteiro o povo preto, o jovem, aquele que está sendo massacrado na comunidade, nas periferias pelas operações policiais.

**O SR. CONTE LOPES - PL** - Tem branco que mora na periferia também, deputada.

**A SRA. EDIANE MARIA - PSOL** - Essas pessoas não estão aqui falando, elas não conseguem falar. Elas só têm acesso a conseguir falar alguma coisa quando vai lá a ouvidoria, quando os deputados descem para fazer suas falas. Inclusive, várias vezes aqui

ouvi que se a gente desce para qualquer comunidade sem um colete à prova de bala, pronto, nós já estamos organizados com alguém, nós já estamos fazendo alguma coisa.

E eu insisto e teimo em dizer que a trabalhadora doméstica, quem veio da periferia para trabalhar no centro, inclusive são esses que trabalham com os comerciantes que o governador Tarcísio fala que está conversando com os comerciantes. É importante que o governador, é importante que o Estado converse com quem está sofrendo as operações policiais. Essas pessoas importam e são essas pessoas que vão trabalhar nos comércios. Então, quer dizer, existem essas operações, a gente viu o aumento, a gente viu 70, né?

Eu ia fazer essa pergunta, Claudinho, sobre esse aumento, sobre o número real das mortes, que são essas as acusações, são essas as denúncias que a gente recebe o tempo inteiro, então a gente acaba cansando de falar coisas óbvias. Falar do racismo estrutural sendo que ele é estruturante. Se ele é estruturante, ele está na estrutura. Essa estrutura que move toda a sociedade. Ou seja, quem está morrendo nas operações policiais? Jovem preto e periférico, sem muitas vezes nem perguntar quem é a pessoa.

Bom, aí quem está morrendo também dos policiais? Quem são essas pessoas? Também são homens pretos, também são homens de periferia, e isso também justifica o aumento no suicídio desses policiais, porque eles têm que combater, eles sabem que eles têm que voltar para a comunidade onde eles têm que combater, sendo que quem organiza, sendo que quem orquestra essas operações estão mais nas suas casas, sentados, ou nos seus gabinetes. Fazem essas operações e falando por pessoas que nem são, muitas vezes, ouvidas. Ou seja...

E em relação à delegacia da mulher, é importante que a gente traga quando a gente fala da proteção da vida das mulheres, né? Protocola inclusive uma lei, que é federal, que foi protocolada, é do nosso presidente Lula, fez e foi sancionada no dia quatro de abril de 2023. Um aumento gigantesco na violência contra a mulher, e a gente vê o estado de São Paulo, onde fala-se muito da segurança pública, onde fala de que agora sim o Tarcísio arranjou, ele conseguiu fazer o que nenhum governador fez na história do estado de São Paulo. Lembrando que o estado de São Paulo nunca foi governado pela esquerda, então não pode nos avaliar a partir do momento que nunca governamos ele, né?

Então vamos colocar aí, 140 delegacias da mulher num estado que são 645 municípios, sendo que apenas oito, isso é descumprir, inclusive, uma lei que é federal para que as delegacias da mulher funcionem 24 horas. Já são poucas, já não chega para todo mundo, é só olhar lá Santa Isabel que é a cidade ali próximo do presidente dessa Casa, André do Prado. Ou seja, a gente está falando de cidades que ainda não têm uma

delegacia da mulher. A gente está falando do aumento da violência e aí a gente tem que lidar com isso, onde oito, são apenas 11 delegacias, vamos fazer o cálculo, Conte Lopes.

São 140 delegacias da mulher no estado que são 645 municípios, aí vamos imaginar o seguinte, são apenas 11 que funcionam 24 horas, lembrando que tem aquelas que são online, delegacias online. Bom, delegacia online, quando a gente sofre uma violência doméstica a primeira coisa que acontece, muitas vezes levam nosso celular, pegam nosso celular para a gente não fazer a denúncia. Aí são 11 apenas que funcionam. Sabe onde estão essas oito que funcionam? Estão aqui na Capital.

**O SR. PRESIDENTE - EDUARDO SUPPLY - PT** - Deputada Ediane, peço para concluir, fazendo favor.

**A SRA. EDIANE MARIA - PSOL** - Ou seja, ainda estamos lutando contra a violência doméstica, ainda estamos lutando contra a violência contra o povo preto e periférico. Nós estamos falando ainda, senhor, que o racismo é estruturante e ele organiza e orquestra a morte de preto e pobre a mais de 500 anos.

E podemos falar de 145 anos apenas que nós temos da abolição da escravidão. Eu acho que vários dos Srs. Deputados ou que estão aqui acompanhando teve o seu pai que foi escravizado, então a escravização dos nossos corpos foi muito grande, né? Então fizeram todas essas armadilhas para que a gente não conseguisse, Claudinho, chegar a lugar nenhum. Continuar nessas amarras.

**O SR. PRESIDENTE - EDUARDO SUPPLY - PT** - Peço que conclua, fazendo favor.

**A SRA. EDIANE MARIA - PSOL** - Que bom, que estamos aqui, muito obrigada, Sr. Presidente. Bom, então, as perguntas não têm. Mas quero agradecer, Claudinho.

**O SR. PRESIDENTE - EDUARDO SUPPLY - PT** - Mas deixarei responder então, mas antes, os deputados Rômulo Fernandes, Reis, e Leci Brandão têm a palavra, rapidamente.

**O SR. RÔMULO FERNANDES - PT** - Vou tentar ser bem rápido. Primeiro eu queria iniciar uma frase que o Claudinho falou e tem uma espécie de jogo nós contra eles

aqui com relação à segurança pública. Não é bem isso. Os policiais são trabalhadores que há direitos, têm suas aflições, então eu queria começar dizendo isso. Não queiram fazer isso. E aí, Claudinho, queria dar toda a minha solidariedade a você, uma instituição que foi em 97.

Eu acho que você está no lugar certo, no momento certo. Não dá para admitir uma frase como essa aqui que todo mundo já falou aqui. “Pessoal da ONU pode vir aqui, a Liga da Justiça e o raio que os parta”. A gente não pode esquecer, isso não é postura de um governador, está certo? Simples assim. Então eu queria dizer que você está no local certo, no momento certo. Não dá para a gente admitir, como você relatou aqui, postagens como a “dez a um, dez a dois”. Não é isso que a gente está discutindo, isso é terrível.

E a gente tem que entender que os policiais, você o tempo todo tem feito a defesa deles, são trabalhadores da segurança pública. É simples assim. E quando há um desmonte, quando você me fala que não tem wi-fi na ouvidoria, isso é um método que o governador tem de atrapalhar, é pensado. Isso não é à toa. Não é possível, entendeu?

Ele está cortando dez milhões da educação, que todo mundo está sabendo aqui. Então não colocar wi-fi? Isso é uma metodologia que eles têm, quanto menos participação popular, quanto menos controle, é isso que eles querem. Então por isso que eu queria dar toda a minha solidariedade a você e à ação da ouvidoria. Não é possível o governador continuar com essa postura, está certo? A mesma dor de uma mãe de um policial é a mesma dor que uma dona de casa que enterra o seu filho com uma camisa ensanguentada. É a mesma dor. A gente não pode fazer essa comparação, é terrível.

E tem uma coisa que é muito simples. Sabe o que que é? O limite disso é cumprir a lei. O limite disso é cumprir a lei, não é difícil. Então por isso eu quero agradecer, Suplicy e Claudinho.

**O SR. PRESIDENTE - EDUARDO SUP LICY - PT** - Obrigado. Deputado Reis, tem que ser muito breve que começou a sessão e temos que estar lá.

**O SR. REIS - PT** - Eu gostaria de falar, mas a Bancada da Bala saiu, a da Segurança Pública saiu, se retiraram. Mas o que eu posso dizer é dar os parabéns ao Claudinho, você foi muito bem, você enfrentou uma bateria pesada, não é fácil. Dizer que o papel da ouvidoria é isso mesmo, nós temos que ter o controle interno e o controle externo da polícia. Então, como que se controla a polícia?

A ouvidoria tem o seu papel e você está exercendo esse papel com maestria. E mesmo os deputados que defendem a polícia, que são militares, no caso o deputado Mecca, o deputado Conte Lopes, também eles estão no direito deles de fazer a defesa, eles foram eleitos, estão aqui como a deputada Ediane Maria, eu, o Rômulo, a esquerda, a Leci Brandão, nós estamos no nosso direito de defender os nossos pontos de vistas e eles os deles. E claro, nós não concordamos com uma série de coisas desse governo, em que pese que foi eleito pelo povo, foi legitimado nas urnas, mas a gente não concorda.

É um governo forasteiro, é um governo, quando ele vai lá e fala da Liga da Justiça, eu até fiz uma brincadeira na tribuna, quando ele fala para procurar a Liga da Justiça é porque ele é da Marvel né? Ele é o “Thorcício”. O “Thorcício” que tem um martelo que pensa em vender tudo. Só quer privatizar, vender a Sabesp, vender a CPTM, vender o Metrô, né? Então a cabeça do governador não está na segurança pública, não está na educação, não está na saúde. Está nos negócios, ele é um homem de negócios e assim é o seu governo.

Agora, continue o seu trabalho, continue fazendo as apurações. É que o deputado Bove não está aí, mas eu queria dizer para ele que quando há o indiciamento, é que há uma indicação, há uma indicação de que alguma coisa foi feita de errado. Por isso que existe essa palavra indiciamento, né? Que talvez ele desconheça. Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE - EDUARDO SUPLICY - PT** - Muito obrigado, deputado Reis. Deputada Leci Brandão, a última a falar antes do nosso Claudinho da Silva.

**A SRA. LECI BRANDÃO - PCdoB** - Boa tarde a todos, Sr. Presidente Suplicy. Queria dizer que só vim aqui primeiro porque V. Exa. pediu para que a gente estivesse aqui de alguma forma, eu estou aqui presente, com toda a situação que eu estou passando, eu estou aqui. Dizer o seguinte, Claudinho, eu também estou aqui principalmente porque você é o ouvidor. Eu conheço a sua história, acompanho você há algum tempo. Nem sonhava em entrar nessa Casa, já o conhecia.

A sua vida e a sua gestão têm compromisso com movimentos sociais, têm compromissos com direitos humanos, tem compromisso com a luta das mulheres, dos LGBTs, do povo da favela, da periferia, do hip-hop, do funk. Você é legítimo, você é um cidadão legítimo de estar onde você está. Agora, foi perguntado para você, inclusive, qual era o seu partido, perguntaram para você se você tinha ligação com o PCC, sei lá com quem, né?

As pessoas que têm a sua história e que moram no lugar que você sempre morou, que você mora, evidentemente que vão conhecer traficantes, vão conhecer quem é o dono do morro, o dono da favela. Vão conhecer. Agora, dentro da sua posição, do seu trabalho, você está fazendo as coisas que você tem que fazer, está respeitando quem você tem que respeitar. Agora, você é um cara que não é da desigualdade, sabe? O que eu ia dizer para você é o seguinte, o quê que você acha do comportamento, por que a polícia tem o perfil de sempre desconfiar de qualquer cidadão e cidadã negro? Por que que os pretos são sempre abordados pela polícia?

Isso virou uma forma, é o perfil. O perfil da polícia é esse, e não digo não é só São Paulo não, é do Brasil. É preto tem que suspeitar. E é uma coisa que isso aí ninguém quer colocar na mesa né? Porque é complicado. Mas a gente sabe o que é isso. E também dizer para você o seguinte. Eu sei que você quer uma apuração transparente de tudo que está acontecendo. Esse é o problema, tem que ter apuração, e na hora que vai apurar não quero saber se tem câmera, se não tem câmera, se tem filme. Tem que apurar.

Como o deputado acabou de dizer agora. Tem que cumprir a lei. E a lei brasileira infelizmente é de um lado muito forte e de outro não. Saber por que que essa questão policial também não é igual em todos os bairros de São Paulo, porque se vai para sul, vai para fundão da leste, vai para comunidade, é um jeito. Aí quando vai para os bairros mais elitistas, enfim, o povo lá também fuma, cheira, faz um monte de coisa e eu não vejo a presença eficiência da polícia. Tem que ter, tem que ser igual, o problema é desigualdade. Para uns o gatilho funciona, para outros tem uma boa conversa.

Quero parabenizar você e quero que Deus te proteja porque a gente está aqui porque a gente não sabia o que ia acontecer. Falaram tanta coisa aí. Falaram até que você... Quiseram saber o seu salário, enfim, um monte de coisa que não tem para ver. E todo mundo sabe que eu respeito todo mundo. Eu respeito aí o deputado Mecca, o Conte, enfim, nunca os desrespeitei. Agora a gente tem que colocar a nossa verdade para ser falada porque senão fica muito bonito. Os discursos são ótimos, mas a verdade é outra. A realidade é outra. Parabéns a você pelo seu trabalho. Obrigada, viu, presidente?

**O SR. PRESIDENTE - EDUARDO SUPPLY - PT** - Muito obrigado, Leci Brandão. (Palmas.) Claudinho, você vai ter a palavra final, eu só o quero dizer, eu acho que hoje foi um momento histórico para a Ouvidoria da Polícia Militar. Eu acho que você hoje dignificou o seu cargo. Havia uma preocupação, será que vão te tratar bem aqui. Olha, nós estamos aqui desde as 13 horas, são 17h08, e quatro horas e tanto seguidas,

você respondeu de uma maneira mais adequada, com informações precisas sobre as funções da ouvidoria, e eu fiquei, me senti aqui muito grato de ter insistido inclusive que você viesse aqui na nossa Comissão de Direitos Humanos.

Os membros da Comissão de Segurança Urbana também estiveram aqui, inclusive o presidente Major Mecca, e puderam fazer as perguntas que queriam, e você as respondeu com muita seriedade, honestidade, meus parabéns a você. Você honrou a Ouvidoria da Polícia Militar e Civil de São Paulo. Obrigado. Última palavra.

**O SR. CLÁUDIO APARECIDO DA SILVA** - Eu quero dizer, deputada. Primeiro agradecer as palavras da deputada Ediane, e dizer para a senhora, o dado que a gente tem é de 43 mortes na operação “Verão” e 28 mortes na operação “Escudo”, que totaliza aí 71 pessoas em ambas as operações, tá? Em relação à questão de delegacia da mulher, a política de segurança pública em relação a mulher, a gente tem uma leitura dos dados que na nossa opinião é muito preocupante. Todos os índices de violações e violências contra a mulher tem crescido vertiginosamente em São Paulo e no Brasil e a gente acha que essa é uma política fundamental e importante.

Nós temos sido, enquanto ouvidoria, suscitados por várias organizações de mulheres, mas também por Unidades Básicas de Saúde que tem recebido relatos ou recebido mulheres violadas nas suas unidades, e é muito importante e fundamental dizer que a câmara corporal aumentou, deputada Leci, 102% as notificações de violência doméstica contra a mulher. Então essa também é uma relevância da câmara.

Dando continuidade aqui de falar de câmara corporal como a senhora falou, a senhora perguntou aqui por que a polícia tem um perfil de desconfiar de cidadão negro. Eu atribuo isso à nossa construção histórica.

Historicamente o Brasil, nós sabemos que o racismo brasileiro não é simples, o racismo brasileiro não pode ser comparado a nenhum tipo de racismo do mundo. Racismo brasileiro é muito sofisticado, nós nos escondemos a vida inteira atrás do mito da democracia racial, em que as pessoas reconhecem que existe racismo, mas não reconhece que são racistas.

Eu acho que isso determina muito o papel da polícia nisso, porque a polícia, os policiais não são seres de fora dessa sociedade, né? Eles são dessa sociedade, formados por essa sociedade e por isso que a gente tem aí um perfilamento racial nas abordagens policiais. E falo para a senhora uma coisa, as câmeras corporais são fundamentais inclusive para abordar essa chaga da abordagem com perfilamento racial, porque a partir

das câmeras corporais, se a gente tiver um comitê que efetivamente acompanhe elas, a gente pode acompanhar como que são feitas as abordagens, a quem tem sido feitas as abordagens e porque tem sido feitas as abordagens. Ela pode colaborar para aperfeiçoar a política de abordagem que é uma política fundamental das funções da polícia né?

Então eu defendo as câmeras corporais por isso. Se a gente tiver toda a polícia de São Paulo equipada com câmeras corporais, inclusive as equipes operacionais da Polícia Civil, e eu defendo radicalmente a implantação de câmeras corporais inclusive no sistema penitenciário, a gente vai reduzir uma série de questões que chegam para os deputados, para a ouvidoria e para os organismos de direitos humanos todos porque a gente vai perceber que as pessoas vão estar cumprindo os protocolos devidamente.

Agradecer o deputado Reis, a deputada Leci citou aqui que eu fui questionado em relação à minha filiação partidária. Quem me filiou foi o Reis, a culpa é dele. O Reis foi o cara que me filiou em 1998, o Reis me fiseou na rua, atuando no movimento negro, no movimento hip-hop, e me trouxe para ter uma filiação partidária. Mais uma vez eu quero dizer que eu não me arrependo de ter filiação partidária, sou convicto da minha filiação. Mas eu faço o exercício, deputada Leci, todos os dias, de não atuar com a minha convicção partidária no posto que eu estou, porque eu sei que a gente precisa ter muito equilíbrio.

A senhora me conhece há muito tempo, a gente foi junto do Conselho Nacional da Promoção da Igualdade Racial, já travamos vários embates no conselho, embates muito parecidos com os que a gente trava aqui em São Paulo, e a senhora sabe que a minha postura sempre foi essa de quando achar que uma coisa está errada questionar inclusive os governos que são dirigidos pelo partido que eu sou filiado. Então essa nunca foi uma questão para mim e a gente tem feito isso com muita tranquilidade.

Agradecer todos os deputados, o deputado Rômulo, todos os deputados que estiveram aqui, inclusive os deputados aqui da Bancada da Bala, da Bancada Governista, que fizeram questões muito pertinentes. Eu considero que o tom dessa conversa nossa aqui foi um tom muito respeitoso. Eu quero renovar os meus cumprimentos e o meu respeito a todos os deputados que aqui estiveram, todas as deputadas, e me colocar à disposição, deputado Suplicy.

O senhor faz parte também da Comissão de Segurança Pública. Eu me coloco totalmente à disposição para vir trazer para a Assembleia Legislativa, sempre que necessário, todos os esclarecimentos necessários. À Comissão de Direitos Humanos, à

Comissão de Segurança Pública ou qualquer outra que achar pertinente a nossa vinda aqui, e dizer que a Ouvidoria de Polícias está de portas abertas.

Convidar todos os deputados e deputadas para conhecer a Ouvidoria da Polícia, conhecer a nossa estrutura de funcionamento e conhecer lá as condições nas quais a gente trabalha, mas também conhecer as pessoas que trabalham conosco que são pessoas muito sérias.

**O SR. PRESIDENTE - EDUARDO SUPPLY - PT** - E uma palavra final da presidenta da Comissão de Direitos Humanos da Ordem dos Advogados do Brasil, Dra. Priscila Beltrame. Ela que vai terminar então. Uma mulher brilhante.

**O SR. CLÁUDIO APARECIDO DA SILVA** - Eu só vou concluir a minha fala, que eu preciso fazer um agradecimento especial, senador. Eu preciso agradecer à minha equipe. Porque eu não teria tido condições de dar todas as respostas que a gente deu aqui hoje se a gente não tivesse uma equipe equilibrada, a par de tudo que acontece na ouvidoria para nos dar esse suporte.

Fernanda, Mauro, Élcio, Melissa, e as pessoas que não estão aqui, que estão na ouvidoria, que também atuaram para que a gente pudesse trazer tudo que a gente trouxe aqui para os deputados e deputadas, eu quero agradecer. Porque o trabalho da ouvidoria não é feito apenas pelo ouvidor, é feito também pela sua equipe, então muito obrigado e vamos ouvir aqui as palavras da Dra. Priscila.

**A SRA. PRISCILA BELTRAME** - Boa tarde a todos, a todas. Rapidamente para encerrar eu queria agradecer a oportunidade de falar nessa Casa, é uma honra muito grande acompanhar essa atividade, acompanhar o trabalho do ouvidor e da ouvidoria nessa brava jornada de defesa da instituição que como a OAB é um dos pilares da democracia. Então eu o saúdo, da minha instituição, a ouvidoria, a bravura com que o nosso ouvidor tem levado a cabo o seu mandato.

E só fazendo uma brincadeira aqui, no começo da sua fala o ouvidor disse que ele não é um gênio. Acho que a gente não precisa de gênios, a gente precisa de pessoas sábias, principalmente na posição que ele está, propiciando o diálogo, propiciando a construção, e um trabalho que fica para a sociedade. Acho que é um dia histórico, como o deputado falou, e que a gente esteja aqui para celebrar a atuação da ouvidoria pelos próximos anos. Obrigada e parabéns, Claudinho. (Palmas.)

**O SR. PRESIDENTE - EDUARDO SUPLICY - PT** - Muito obrigado a todos.  
Nós estamos atrasados para ir ao plenário, mas vamos lá. Parabéns a todos.

\* \* \*

- Encerra-se a reunião.

\* \* \*